



## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Ofício nº 2712 GAB-SPR

Brasília, 20 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **RAIMUNDO LIRA**  
Presidente da Comissão Especial do Impeachment  
Senado Federal  
Brasília-DF

Assunto: **Envio de documentos. Requerimento nº 49/2016**

Senhor Senador,

Em atenção ao Ofício nº 49/2016, mediante o qual se solicita o envio de memórias de cálculo, apresentadas à época do crédito, referentes às fontes de excesso de arrecadação e superávit financeiro de anos anteriores às receitas próprias da unidade orçamentária desta Corte, utilizadas nos créditos questionados na Denúncia nº 01 de 2016, encaminho a Vossa Excelência a Informação nº 1/2016 da Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal, acompanhada de documentação complementar.

Atenciosamente,

Ministro **GILMAR MENDES**

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **GILMAR FERREIRA MENDES, PRESIDENTE**, em 20/06/2016, às 11:47, conforme art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida em

<https://sei.tse.jus.br>

[/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&](https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=0171868&crc=01279D0C)

[id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=0171868&crc=01279D0C](https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=0171868&crc=01279D0C), informando, caso

não preenchido, o código verificador **0171868** e o código CRC **01279D0C**.





## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Informação nº 1 SOF

Referência: Ofício nº 49/2016 – CEI2016

**Assunto: Solicitação de documentos. Comissão Especial do Impeachment - Senado Federal**

Senhor Diretor-Geral,

1. Trata-se do Ofício nº 49/2016 – CEI2016 (0167365), de 6 de junho, por meio do qual o Senador Raimundo Lira - Presidente da Comissão Especial que analisa o pedido de Impeachment da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff - solicitou a apresentação das memórias de cálculo referentes às fontes de excesso de arrecadação e superávit financeiro de receitas próprias das unidades orçamentárias da Justiça Eleitoral utilizadas nos créditos questionados na Denúncia nº 1 de 2016.

2. O pedido decorreu da aprovação do Requerimento nº 49/2016 pela citada Comissão, que solicitou que fosse oficiada, dentre outros órgãos, a Justiça Eleitoral para apresentação das memórias de cálculo acima mencionadas. É esclarecido no Requerimento que a Presidente da República foi denunciada por crime de responsabilidade por suposta abertura de créditos suplementares mediante decretos presidenciais sem autorização do Congresso Nacional e pela suposta contratação ilegal de operação de crédito.

3. No que se refere à aprovação dos créditos suplementares, a denúncia apresentada alegou que os decretos *“importam dotação orçamentária concernente a suposto superávit financeiro e excesso de arrecadação”* e que *“esses superávits e excessos de arrecadação são artificiais”*, pois já era de conhecimento do Poder Executivo que as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO não seriam cumpridas.

4. Em sua peça de defesa a Presidente da República alegou falta de sentido técnico da informação e utilizou como exemplo um dos créditos constantes dos Decretos questionados, que se refere a despesas da Justiça Eleitoral com a realização de concursos públicos, que tiveram como fonte de receita o excesso de arrecadação de recursos próprios não financeiros decorrentes do recolhimento de taxas de inscrição nos concursos. Nesse contexto, observou que aceitar o argumento dos denunciante, seria admitir que a Justiça Eleitoral teria fraudado e indicado recursos que efetivamente não arrecadou.

5. Os créditos da Justiça Eleitoral relacionados nos anexos da Denúncia nº 1 de 2016 foram aprovados por meio dos *Decretos de 7 de novembro de 2014* (0171279) e *de 20 de agosto de 2015* (0171315), que abriram créditos suplementares para reforçar, respectivamente, as dotações do Fundo Partidário e as dotações destinadas à realização de concursos públicos nos Tribunais Regionais



Eleitorais do Espírito Santo, Mato Grosso, Pernambuco e Santa Catarina. Os recursos necessários para abertura desses créditos foram provenientes de excesso de arrecadação de receita própria de cada unidade.

6. Inicialmente cumpre esclarecer que os processos para reestimativa de arrecadação de receitas orçamentárias para a abertura de créditos suplementares foram realizados nos termos das Portarias da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento – SOF/MP que instituíram os procedimentos para essa atividade (Portaria nº 17/2014 - 0171344 e Portaria nº 4/2015 - 0171354).

7. Os Tribunais Regionais Eleitorais elaboraram a reestimativa de arrecadação de receitas orçamentárias obtidas com o pagamento de taxa de inscrição em concurso público, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, e, no caso do Fundo Partidário, a reestimativa foi realizada pela Unidade Setorial de Orçamento da Justiça Eleitoral (Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SOF/TSE) com base nas multas e penalidades previstas no Código Eleitoral.

8. Após a consolidação dessas informações, a SOF/TSE encaminhou a reestimativa de receitas próprias e as respectivas memórias de cálculo, por meio de preenchimento de formulário eletrônico no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, à Secretaria-Adjunta de Gestão Fiscal – SEAFI/SOF/MP, a qual compete avaliar as solicitações dos órgãos setoriais.

9. Cumpridos os procedimentos acima, relativos às reestimativas de receita, os pedidos de créditos suplementares foram encaminhados à SOF/MP com base na autorização dada pelas Leis Orçamentárias Anuais (Leis nºs 12.952/2014 e 13.115/2015) para abertura de créditos suplementares mediante utilização de recursos provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias, respeitados os limites de suplementação admitidos para a Justiça Eleitoral. Além disso, foram observados os dispositivos das Leis de Diretrizes Orçamentárias dos respectivos exercícios financeiros, das Portarias da SOF/MP (Portarias nºs 11/2014 - 0171368 e 16/2015 - 0171372), que estabelecem procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias, bem como da Lei nº 4.320/1964.

10. Após aprovação e publicação dos *Decretos de 07 de novembro de 2014 e de 20 de agosto de 2015*, o Tribunal Superior Eleitoral, no que concerne ao Fundo Partidário, e os Tribunais Regionais Eleitorais de Mato Grosso, Pernambuco e Santa Catarina empenharam os recursos no limite da efetiva arrecadação. Já o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo desistiu da realização do concurso público, razão pela qual não houve arrecadação da receita e empenho da despesa.

11. Importante ressaltar que a base de cálculo para a reestimativa de receita para realização de concursos públicos é fundamentada na previsão do número de candidatos e no valor da taxa de inscrição, que não necessariamente se concretiza. Nesse contexto, não há que se falar em fraude no caso de não haver arrecadação dos valores indicados pela Justiça Eleitoral na reestimativa, conforme aventado no Requerimento nº 49/2016, mas apenas em impossibilidade de empenho da despesa.

12. Convém esclarecer que o Tribunal Superior Eleitoral desempenha, no âmbito do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, o papel de Órgão Setorial de Orçamento da Justiça Eleitoral, e não lhe cabe manifestar-se sobre a compatibilidade entre as alterações promovidas por meio dos créditos suplementares citados na Denúncia nº 1/2016 e a obtenção da meta de resultado primário estabelecida na LDO. Os pedidos de créditos suplementares da Justiça

Eleitoral são submetidos ao Poder Executivo (Órgão Central de Orçamento), a quem compete fazer essa avaliação tendo como referência o conjunto das alterações propostas por todos os órgãos da Administração Pública Federal.

13. Por fim, em atenção ao Ofício nº 49/2016 - CEI2016, sugere-se o envio ao Presidente da Comissão Especial do Impeachment, Senador Raimundo Lira, das memórias de cálculo e dos demais detalhamentos, conforme Anexos 2 (0171309) e 4 (0171334) desta informação.

É a informação.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO DEMÉTRIO BECHARA, SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**, em 16/06/2016, às 19:01, conforme art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida em [https://sei.tse.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=0171213&crc=08C17BF4](https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=0171213&crc=08C17BF4), informando, caso não preenchido, o código verificador **0171213** e o código CRC **08C17BF4**.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

## ANEXO 1

Informação SOF/TSE nº 1/2016





**Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente, sem modulação de efeitos.**

**ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.130 (10)**  
**ORIGEM** ADI - 5130 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
**PROCED** DISTRITO FEDERAL  
**RELATOR** : MIN. GILMAR MENDES  
**REDAÇÃO DO ACÓRDÃO**  
**REQTE(S)** MIN. ROSA WEBER  
**INTDO(A/S)** MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS  
**ADV(A/S)** PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
**INTDO(A/S)** ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO  
**INTDO(A/S)** CONGRESSO NACIONAL  
**INTDO(A/S)** TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**Decisão:** Após o relatório e as sustentações orais do Ministro Luís Inácio Lucena Adams, pela Advocacia-Geral da União, e do Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República, pelo Ministério Público Federal, o julgamento foi suspenso. Ausente, justificadamente, o Ministro Luiz Fux. Presidência do Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 11.06.2014.

**Decisão:** Após os votos dos Ministros Gilmar Mendes (Relator), Roberto Barroso e Dias Toffoli, julgando improcedente a ação direta, e os votos dos Ministros Rosa Weber, Teori Zavascki, Joaquim Barbosa (Presidente), Luiz Fux, Marco Aurélio, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski, julgando-a procedente, o julgamento foi suspenso. Ausente a Ministra Cármen Lúcia, representando o Tribunal no *XX Encontro de Presidentes e Magistrados de Tribunais, Salas y Cortes Constitucionales de América Latina*, em Buenos Aires, Argentina, e no *Primer Encuentro Internacional sobre "Justicia Constitucional con Perspectiva de Género"*, em Quito, Equador. Plenário, 18.06.2014.

**Decisão:** Colhido o voto da Ministra Cármen Lúcia, o Tribunal, por maioria, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, e da Resolução nº 23.389/2013, do Tribunal Superior Eleitoral, vencidos os Ministros Gilmar Mendes, Roberto Barroso e Dias Toffoli, que julgavam improcedente o pedido. O Ministro Teori Zavascki julgou parcialmente procedente a ação para dar interpretação conforme ao parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 78/1993 e declarar a inconstitucionalidade da Resolução nº 23.389/2013. Em seguida, após os votos dos Ministros Rosa Weber, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski, modulando os efeitos da decisão para que a Resolução nº 23.389/2013, do Tribunal Superior Eleitoral, tenha vigência para as eleições de 2014, e os votos dos Ministros Marco Aurélio, Teori Zavascki e Luiz Fux, que não modulavam os efeitos da decisão, o julgamento foi suspenso para colher o voto, quanto à modulação, do Ministro Joaquim Barbosa (Presidente), ausente justificadamente. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski, Vice-Presidente no exercício da Presidência. Plenário, 25.06.2014.

**Decisão:** Colhido o voto do Ministro Joaquim Barbosa (Presidente), o Tribunal deixou de modular os efeitos da declaração de inconstitucionalidade por não ter alcançado o *quorum* previsto no art. 27 da Lei nº 9.868/99. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello, com voto proferido na assentada anterior. Plenário, 01.07.2014.

#### EMENTA

**ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL ELEITORAL. ART. 1º, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 78/1993. RESOLUÇÃO Nº 23.389/2013 DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. DEFINIÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. ART. 45, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PROPORCIONALIDADE RELATIVAMENTE À POPULAÇÃO. OBSERVÂNCIA DE NÚMEROS MÍNIMO E MÁXIMO DE REPRESENTANTES. CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO. MATÉRIA RESERVADA À LEI COMPLEMENTAR. INDELEGABILIDADE. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. FUNÇÃO NORMATIVA EM SEDE ADMINISTRATIVA. LIMITES. INVASÃO DE COMPETÊNCIA.**

1. Segundo a jurisprudência desta Suprema Corte, viável o controle abstrato da constitucionalidade de ato do Tribunal Superior Eleitoral de conteúdo jurídico-normativo essencialmente primário. A Resolução nº 23.389/2013 do TSE, ao inaugurar conteúdo normativo primário com abstração, generalidade e autonomia não veiculada na Lei Complementar nº 78/1993 nem passível de ser dela deduzido, em afronta ao texto constitucional a que remete - o art. 45, *caput* e § 1º, da Constituição Federal -, expõe-se ao controle de constitucionalidade concentrado. Precedentes.

2. Embora apto a produzir atos abstratos com força de lei, o poder de editar normas do Tribunal Superior Eleitoral, no âmbito administrativo, tem os seus limites materiais condicionados aos parâmetros do legislador complementar, no caso a Lei Complementar nº 78/1993 e, de modo mais amplo, o Código Eleitoral, recepcionado como lei complementar. Poder normativo não é poder legislativo. A norma de caráter regulatório preserva a sua legitimidade quando cumpre o conteúdo material da legislação eleitoral. Pode conter regras novas, desde que preservada a ordem vigente de direitos e obrigações, limite do agir administrativo. Regras novas, e não direito novo.

3. Da Lei Complementar nº 78/1993, à luz da Magna Carta e do Código Eleitoral, não se infere delegação legitimadora da Resolução nº 23.389/2013 do Tribunal Superior Eleitoral.

4. O art. 45, § 1º, da Constituição da República comanda a definição, por lei complementar (i) do número total de Deputados e

(ii) da representação dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente à população - e não ao número de eleitores -, respeitados o piso de oito e o teto de setenta cadeiras por ente federado. Tal preceito não comporta a inferência de que suficiente à espécie normativa complementadora - a LC 78/1993 -, o número total de deputados. Indispensável, em seu bojo, a fixação da representação dos Estados e do Distrito Federal. A delegação implícita de tal responsabilidade política ao Tribunal Superior Eleitoral traduz descumprimento do comando constitucional em sua inteireza.

5. Compete ao legislador complementar definir, dentre as possibilidades existentes, o critério de distribuição do número de Deputados dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente à população, observados os demais parâmetros constitucionais. De todo inviável transferir a escolha de tal critério, que necessariamente envolve juízo de valor, ao Tribunal Superior Eleitoral ou a outro órgão.

6. A Resolução impugnada contempla o exercício de ampla discricionariedade pelo TSE na definição do critério de apuração da distribuição proporcional da representação dos Estados, matéria reservada à lei complementar. A renúncia do legislador complementar ao exercício da sua competência exclusiva não legitima o preenchimento da lacuna legislativa por órgão diverso.

7. Inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 78/1993 por omissão do legislador complementar quanto aos comandos do art. 45, § 1º, da Carta Política de definição do número total de parlamentares e da representação por ente federado, e da Resolução nº 23.389/2013 do TSE, por violação do postulado da reserva de lei complementar ao introduzir inovação de caráter primário na ordem jurídica, em usurpação da competência legislativa complementar.

**Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente, sem modulação de efeitos.**

**MEDIDA CAUTELAR NA ACÇÃO DIRETA DE INCONS- (11)**  
**TUTUCIONALIDADE 5.136**  
**ORIGEM** ADI - 5136 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
**PROCED** DISTRITO FEDERAL  
**RELATOR** : MIN. GILMAR MENDES  
**REQTE(S)** PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB  
**ADV(A/S)** MARILDA DE PAULA SILVEIRA E OUTRO(A/S)  
**INTDO(A/S)** PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
**INTDO(A/S)** CONGRESSO NACIONAL  
**ADV(A/S)** ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**Decisão:** Após o voto do Ministro Gilmar Mendes (Relator), indeferindo o pedido de medida cautelar, no que foi acompanhado pelos Ministros Roberto Barroso, Teori Zavascki, Rosa Weber e Cármen Lúcia, o Tribunal, por unanimidade, acolheu proposta da Ministra Cármen Lúcia para julgar o mérito da ação. Em seguida, colhida a manifestação do Ministério Público Federal, o Tribunal, por maioria, julgou improcedente a ação, vencidos os Ministros Marco Aurélio e Joaquim Barbosa (Presidente). Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Falou pelo requerente a Dra. Marilda de Paula Silveira. Plenário, 01.07.2014.

**Ação direta de inconstitucionalidade §1º do art. 28 da Lei n. 12.663/2012 (Lei Geral da Copa). Violação da liberdade de expressão. Inexistência. Aplicação do princípio da proporcionalidade. Juízo de ponderação do legislador para limitar manifestações que tenderiam a gerar maiores conflitos e atentar contra a segurança dos participantes de evento de grande porte. Medida cautelar indeferida. Ação julgada improcedente.**

#### DECISÕES

**Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental**  
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 3.12.1999)

#### Acórdãos

**AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE (1)**  
**PRECEITO FUNDAMENTAL 237**  
**ORIGEM** RMS - 32704 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**PROCED** SANTA CATARINA  
**RELATOR** : MIN. CELSO DE MELLO  
**AGTE(S)** PARTIDO DOS TRABALHADORES  
**ADV(A/S)** JEAN CHRISTIAN WEISS E OUTRO(A/S)  
**AGDO(A/S)** RELATOR DO RMS Nº 32.704 NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausentes, neste julgamento, os Ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Dias Toffoli. Plenário, 28.05.2014.

**E M E N T A. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (CF, ART. 102, § 1º) - ACÇÃO ESPECIAL DE INDOLE CONSTITUCIONAL - PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE (LEI Nº 9.882/99, ART. 4º, § 1º) - EXISTÊNCIA DE OUTRO MEIO APTO A NEUTRALIZAR A SUTUAÇÃO DE LESIVIDADE QUE ALEGADAMENTE EMERGE DOS ATOS IMPUGNADOS - INVIABILIDADE DA PRESENTE ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO - PRECEDENTES - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.**

**Quebra - O ajuizamento da ação constitucional de arguição de descumprimento de preceito fundamental rege-se pelo princípio da subsidiariedade (Lei nº 9.882/99, art. 4º, § 1º), a significar que não será ela admitida, sempre que houver qualquer outro meio juridicamente idôneo apto a sanar, com efetividade real, o estado de lesividade emergente do ato impugnado. Precedentes.**

**A mera possibilidade** de utilização de outros meios processuais, contudo, não basta, só por si, para justificar a invocação do princípio da subsidiariedade, pois, para que esse postulado possa legitimamente incidir - impedindo, desse modo, o acesso imediato à arguição de descumprimento de preceito fundamental - **revela-se essencial** que os instrumentos disponíveis **mostrem-se capazes de neutralizar, de maneira eficaz, a situação de lesividade** que se busca afastar com o ajuizamento desse "writ" constitucional.

**A norma inscrita no art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/99 - que consagra o postulado da subsidiariedade - estabeleceu, validamente, sem qualquer ofensa ao texto da Constituição, pressuposto negativo de admissibilidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental, pois condicionou, legitimamente, o ajuizamento dessa especial ação de índole constitucional à observância de um inafastável requisito de procedibilidade, consistente na ausência de qualquer outro meio processual revestido de aptidão para fazer cessar, prontamente, a situação de lesividade (ou de potencialidade danosa) decorrente do ato impugnado.**

Secretaria Judiciária  
**JOÃO BOSCO MARCIAL DE CASTRO**  
Secretário

## Atos do Poder Executivo

### DECRETO DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justças Eleitoral e do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 693.354.378,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, *caput*, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, *caput*, inciso I, alíneas "a", "d" e "e", inciso II, inciso VIII, inciso XI, alínea "b", e inciso XXII, alíneas "a" e "b", e § 1º, da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014,

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), em favor das Justças Eleitoral e do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 693.354.378,00 (seiscentos e noventa e três milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e setenta e oito reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, no valor de R\$ 405.621.832,00 (quatrocentos e cinco milhões, seiscentos e vinte e um mil, oitocentos e trinta e dois reais), sendo:

a) R\$ 172.188.527,00 (cento e setenta e dois milhões, cento e oitenta e oito mil, quinhentos e vinte e sete reais) de Recursos Ordinários;

b) R\$ 28.587.000,00 (vinte e oito milhões, quinhentos e oitenta e sete mil reais) de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais;

c) R\$ 476.700,00 (quatrocentos e setenta e seis mil e setecentos reais) de Recursos de Convênios; e

d) R\$ 204.369.605,00 (duzentos e quatro milhões, trezentos e sessenta e nove mil, seiscentos e cinco reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;

II - excesso de arrecadação, no valor de R\$ 189.346.096,00 (cento e oitenta e nove milhões, trezentos e quarenta e seis mil, noventa e seis reais), sendo:

a) R\$ 17.420.341,00 (dezessete milhões, quatrocentos e vinte mil, trezentos e quarenta e um reais) de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais;

b) R\$ 71.929.891,00 (setenta e um milhões, novecentos e vinte e nove mil, oitocentos e noventa e um reais) de Recursos de Convênios;

c) R\$ 95.713.993,00 (noventa e cinco milhões, setecentos e treze mil, novecentos e noventa e três reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e

d) R\$ 4.281.871,00 (quatro milhões, duzentos e oitenta e um mil, oitocentos e setenta e um reais) de Recursos Próprios Não Financeiros; e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 98.386.450,00 (noventa e oito milhões, trezentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de novembro de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
Miriam Belchior





ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral  
UNIDADE: 14901 - Fundo Partidário

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Crédito Suplementar							
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E S	G N	R P	M O	I D	F U	T E	
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								7.620.341
		Operações Especiais								
28 846	0909 0413	Manutenção e Operação dos Partidos Políticos								7.620.341
28 846	0909 0413 0001	Manutenção e Operação dos Partidos Políticos - Nacional								7.620.341
			F	3	1	50	0	174		7.620.341
TOTAL - FISCAL										7.620.341
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										7.620.341

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho  
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNCIÓNAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S	G N	R P	M O	I U	F T	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.434.580
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.813.200
02 122	0571 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais							1.813.200
			F	3	2	90	0	181	1.813.200
		Projetos							
02 122	0571 132V	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Muriaé - MG							174.830
02 122	0571 132V 2849	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Muriaé - MG - No Município de Muriaé - MG							174.830
			F	4	2	90	0	181	174.830
02 122	0571 133E	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Montes Claros - MG							314.035
02 122	0571 133E 2842	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Montes Claros - MG - No Município de Montes Claros - MG							314.035
			F	4	2	90	0	181	314.035
02 122	0571 133Q	Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo - MG							132.515
02 122	0571 133Q 2918	Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo - MG - No Município de Pedro Leopoldo - MG							132.515
			F	4	2	90	0	181	132.515
TOTAL - FISCAL									2.434.580
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.434.580

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho  
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco

ANEXO I			Crédito Suplementar						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODU- TO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							5.000.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							5.000.000
02 122	0571 4256 0026	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Pernambuco							5.000.000
			F	4	2	90	0	181	5.000.000
TOTAL - FISCAL									5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.000.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho  
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
			E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							6.476.700
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							6.476.700
02 122	0571 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná							6.476.700
			F	4	2	90	0	181	6.000.000
			F	4	2	90	0	381	476.700
TOTAL - FISCAL									6.476.700
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.476.700

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho  
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO I - PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Crédito Suplementar						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
			E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							127.311
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							127.311
02 122	0571 4256 0052	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás							127.311
			F	3	2	90	0	181	81.311
			F	4	2	90	0	181	46.000
TOTAL - FISCAL									127.311
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									127.311

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012014111000006

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho  
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar							
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PROD- UTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
			E S F	G N D	R P F	M O D	I U D	F T E	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista	800.000						
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	800.000						
02 122	0571 4256 0051	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso	800.000						
			F	3	2	90	0	181	550.000
			F	4	2	90	0	181	250.000
TOTAL - FISCAL 800.000									
TOTAL - SEGURIDADE 0									
TOTAL - GERAL 800.000									

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República  
UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

ANEXO I		PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)							Crédito Suplementar	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	
			S	N	P	O	U	D	E	
2038			Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							878.000
			Atividades							
04 125	2038 4917	Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil								878.000
04 125	2038 4917 0001	Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil - Nacional								878.000
			F	3	2	90	0	650		314.000
			F	4	2	90	0	650		564.000
2101			Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							1.628.758
			Atividades							
04 122	2101 2000	Administração da Unidade								1.628.758
04 122	2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional								1.628.758
			F	3	2	90	0	650		828.758
			F	4	2	90	0	650		800.000
TOTAL - FISCAL										2.506.758
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										2.506.758

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNCIÓNAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
2040		Gestão de Riscos e Resposta a Desastres							10.200.000
		Atividades							
19 571	2040 20CB	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN)							200.000
19 571	2040 20CB 0001	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN) - Nacional							200.000
			F	3	2	90	0	150	200.000
		Projetos							
19 571	2040 12QB	Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN							10.000.000
19 571	2040 12QB 0001	Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN - Nacional							10.000.000
			F	3	2	90	0	100	10.000.000
2106		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação							864.490
		Atividades							
19 122	2106 2000	Administração da Unidade							864.490
19 122	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							864.490
			F	3	2	90	0	100	
TOTAL - FISCAL									11.064.490
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.064.490

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Crédito Suplementar							
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PROD- TO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E S F	G N D	R P D	M O D	I O U	F T E		
2021		Ciência, Tecnologia e Inovação								5.713.993
		Operações Especiais								
19 571	2021 00LV	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I								5.713.993
19 571	2021 00LV 0001	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I - Nacional								5.713.993
			F	3	2	90	0	296		5.713.993
2106		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação								500.000
		Atividades								
19 122	2106 2000	Administração da Unidade								500.000
19 122	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional								500.000
			F	4	2	90	0	100		500.000
TOTAL - FISCAL										6.213.993
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										6.213.993

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação									
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 VALOR
2059		Política Nuclear							8.701.539
		Atividades							
19 125	2059 20UW	Segurança Nuclear e Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas							1.000.000
19 125	2059 20UW 0001	Segurança Nuclear e Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas - Nacional	F	3	2	90	0	174	1.000.000
19 572	2059 20UX	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nuclear							3.225.127
19 572	2059 20UX 0001	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nuclear - Nacional	F	3	2	90	0	100	3.225.127
19 125	2059 20UY	Radioproteção, Dosimetria e Metrologia das Radiações Ionizantes							2.608.401
19 125	2059 20UY 0001	Radioproteção, Dosimetria e Metrologia das Radiações Ionizantes - Nacional	F	3	2	90	0	250	2.608.401
19 542	2059 2464	Armazenamento Intermediário de Rejeitos Radioativos de Baixo ou Médio Nível de Radiação							2.304.095
19 542	2059 2464 0001	Armazenamento Intermediário de Rejeitos Radioativos de Baixo ou Médio Nível de Radiação - Nacional	F	3	2	90	0	100	2.304.095
19 182	2059 2468	Atendimento a Emergências Radiológicas e Nucleares							198.125
19 182	2059 2468 0001	Atendimento a Emergências Radiológicas e Nucleares - Nacional	F	3	2	90	0	100	198.125
19 662	2059 2478	Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País							132.192
19 662	2059 2478 0001	Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País - Nacional	F	3	2	90	0	100	132.192
19 128	2059 2H32	Formação Especializada para o Setor Nuclear							1.742.000
19 128	2059 2H32 0001	Formação Especializada para o Setor Nuclear - Nacional	F	3	2	90	0	250	1.742.000
			F	3	2	90	0	100	1.742.000
2106		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação							100.000
		Atividades							
19 122	2106 2000	Administração da Unidade							988.983
19 122	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	988.983
			F	3	2	90	0	100	988.983
TOTAL - FISCAL									9.690.522
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.690.522

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação									
UNIDADE: 24206 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 VALOR
2059		Política Nuclear							22.771.740
		Atividades							
19 662	2059 2482	Fabricação do Combustível Nuclear							21.722.740
19 662	2059 2482 0001	Fabricação do Combustível Nuclear - Nacional	F	3	2	90	0	250	21.722.740
		Projetos							
19 572	2059 13CR	Implantação da Usina de Conversão de Urânio							1.049.000
19 572	2059 13CR 0001	Implantação da Usina de Conversão de Urânio - Nacional	F	4	2	90	0	250	1.049.000
2106		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação							2.000.000
		Atividades							
19 122	2106 2000	Administração da Unidade							2.000.000
19 122	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	250	2.000.000
			F	3	2	90	0	250	2.000.000
TOTAL - FISCAL									24.771.740
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.771.740

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 VALOR
2020		Cidadania e Justiça							1.038.558
		Atividades							
14 422	2020 2334	Proteção e Defesa do Consumidor							400.000
14 422	2020 2334 0001	Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional	F	3	2	90	0	100	400.000
14 422	2020 8974	Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça							638.558
14 422	2020 8974 0001	Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça - Nacional	F	3	2	30	0	100	638.558
2112		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça							12.739.495
		Atividades							
06 122	2112 2000	Administração da Unidade							10.395.088
06 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	10.395.088
			F	4	2	90	0	100	10.395.088

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 00012014111000007

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 VALOR
06 183	2112 3974	Projetos							
06 183	2112 3974 0001	Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública							2.344.407
		Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública - Nacional	F	4	2	90	0	100	2.344.407
TOTAL - FISCAL									2.344.407
TOTAL - SEGURIDADE									13.778.053
TOTAL - GERAL									13.778.053

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 VALOR
2020		Cidadania e Justiça							3.486.000
		Atividades							
04 391	2020 2810	Patrimônio Arquivístico Nacional							3.486.000
04 391	2020 2810 0001	Patrimônio Arquivístico Nacional - Nacional	F	3	2	90	0	100	3.486.000
TOTAL - FISCAL									3.486.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.486.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 VALOR
2070		Segurança Pública com Cidadania							20.494.691
		Atividades							
06 181	2070 201C	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON							5.611.833
06 181	2070 201C 0001	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON - Nacional	F	4	2	90	0	174	5.611.833
06 181	2070 2723	Policamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais							5.082.858
06 181	2070 2723 0001	Policamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional	F	3	2	90	0	174	5.082.858
06 181	2070 86A1	Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal							9.800.000
06 181	2070 86A1 0001	Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal - Nacional	F	3	2	90	0	174	9.800.000
TOTAL - FISCAL									20.494.691
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.494.691

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 VALOR
2070		Segurança Pública com Cidadania							2.800.000
		Atividades							
06 183	2070 20V2	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINETEOPOL							800.000
06 183	2070 20V2 0001	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINETEOPOL - Nacional	F	3	2	90	0	174	800.000
06 181	2070 2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União							2.000.000
06 181	2070 2726 0001	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional	F	3	2	90	0	174	2.000.000
2112		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça							2.000.000
		Atividades							
06 122	2112 2000	Administração da Unidade							27.110.160
06 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	374	27.110.160
			F	4	2	90	0	100	20.000.000
			F	4	2	90	0	174	6.077.800
TOTAL - FISCAL									29.910.160
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									29.910.160

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça	
--------------------------------------	--





ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça										
UNIDADE: 30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Suplementar							
			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
			E	G	R	M	I	F	VALOR	
			S	N	P	O	U	T		
2020			Cidadania e Justiça							461.910
			Atividades							
14 422	2020 6067	Defesa dos Direitos Difusos							461.910	
14 422	2020 6067 0001	Defesa dos Direitos Difusos - Nacional							461.910	
			F	3	2	40	0	174	417 121	
			F	3	2	40	0	180	17 000	
			F	3	2	50	0	150	18 318	
			F	3	2	90	0	150	9 471	
TOTAL - FISCAL										461.910
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										461.910

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Suplementar						
			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
			E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D			E	
	2070	Segurança Pública com Cidadania							9.982.884
		Atividades							
06 181	2070 2100	Força Nacional de Segurança Pública							9.982.884
06 181	2070 2100 0001	Força Nacional de Segurança Pública - Nacional							9.982.884
			F	3	2	90	0	100	9.982.884
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									
									9.982.884

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores									
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Suplementar						
			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
			E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
	2057	Política Externa							195.422.000
		Atividades							
07 211	2057 20WW	Relações e Negociações Bilaterais							95.107.412
07 211	2057 20WW 0002	Relações e Negociações Bilaterais - No Exterior	F	3	2	90	0	300	95 107 412
									86 520 412
									8 587 000
07 211	2057 20WX	Relações e Negociações Multilaterais	F	3	2	90	0	374	10 014 588
07 211	2057 20WX 0002	Relações e Negociações Multilaterais - No Exterior							10 014 588
			F	3	2	90	0	300	10 014 588
07 212	2057 2533	Cooperação Técnica Internacional							90.000.000
07 212	2057 2533 0001	Cooperação Técnica Internacional - Nacional	F	3	2	80	0	196	90 000 000
									300.000
07 211	2057 6105	Relações e Negociações com a Organização Mundial do Comércio - OMC							300.000
07 211	2057 6105 0002	Relações e Negociações com a Organização Mundial do Comércio - OMC - No Exterior	F	3	2	90	0	300	300 000
									300.000
	2118	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores							26.578.000
		Atividades							
07 122	2118 2000	Administração da Unidade							26.578.000
07 122	2118 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	300	18 250 000
									18 250 000
07 122	2118 2000 0002	Administração da Unidade - No Exterior	F	3	2	90	0	300	8 328 000
									8 328 000
TOTAL - FISCAL									222.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									222.000.000

ÓRGÃO: S2000 - Ministério da Defesa									
UNIDADE: S2121 - Comando do Exército									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Suplementar						
			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
			E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
	2058	Política Nacional de Defesa							57.568.000
		Atividades							
05 244	2058 20XH	Ações de Cooperação do Exército							57.568.000
05 244	2058 20XH 0001	Ações de Cooperação do Exército - Nacional							57.568.000
			F	4	2	90	0	181	57.568.000
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									
			57.568.000						

ÓRGÃO: S2000 - Ministério da Defesa									
UNIDADE: S2911 - Fundo Aeronáutico									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Suplementar						
			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
			E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
	2058	Política Nacional de Defesa							118.106.332
		Atividades							
05 151	2058 20SA	Sistemas Militares da Aeronáutica							1.200.000
05 151	2058 20SA 0001	Sistemas Militares da Aeronáutica - Nacional							1.200.000
05 151	2058 20XA	Aprestamento da Aeronáutica	F	4	2	90	0	650	901.663
05 151	2058 20XA 0001	Aprestamento da Aeronáutica - Nacional							901.663
05 572	2058 20XB	Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial	F	3	2	90	0	650	7.312.000
05 572	2058 20XB 0001	Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial - Nacional							7.312.000

			ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União									
			UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União									
			ANEXO I									
			PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Suplementar									
			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR			
			S	N	P	O	U	T				
2108			Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa									
			Atividades									
05 122	2108 2000	Administração da Unidade								81.985.349		
										81.985.349		
05 122	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional								200.091.681		
TOTAL - FISCAL										0		
TOTAL - SEGURIDADE										0		
TOTAL - GERAL										200.091.681		



04 122	2101 14U3 0053	Ampliação do Complexo de Anexos do Palácio do Planalto - No Distrito Federal	F	4	2	90	0	100	1.946.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>1.946.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>1.946.000</b>

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Credito Suplementar		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P O	M I U	I F T	F E	VALOR
	2021	Ciência, Tecnologia e Inovação							878.490
		Atividades							
19 571	2021 20UR	Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA							200.000
19 571	2021 20UR 0010	Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA - Na Região Norte							200.000
19 571	2021 212C	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal	F	3	2	90	0	150	200.000
19 571	2021 212C 0001	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal - Nacional							128.200
19 573	2021 4132	Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT	F	3	2	90	0	100	128.200
19 573	2021 4132 0001	Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT - Nacional							550.290
	2040	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	F	3	2	90	0	100	550.290
		Projetos							10.000.000
19 571	2040 12QB	Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN							10.000.000
19 571	2040 12QB 0001	Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN - Nacional							10.000.000
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	F	4	2	90	0	100	10.000.000
		Atividades							186.000
19 122	2106 2000	Administração da Unidade							186.000
19 122	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	186.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>11.064.490</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>11.064.490</b>

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Credito Suplementar		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P O	M I U	I F T	F E	VALOR
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação							500.000
		Atividades							
19 122	2106 2000	Administração da Unidade							500.000
19 122	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	500.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>500.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>500.000</b>

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Credito Suplementar		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P O	M I U	I F T	F E	VALOR
	2059	Política Nuclear							8.701.539
		Atividades							
19 125	2059 20UW	Segurança Nuclear e Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas							1.000.000
19 125	2059 20UW 0001	Segurança Nuclear e Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas - Nacional							1.000.000
19 572	2059 20UX	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nuclear	F	4	2	90	0	174	1.000.000
19 572	2059 20UX 0001	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nuclear - Nacional							3.225.127
19 125	2059 20UY	Radiação, Dosimetria e Metrologia das Radiações Ionizantes	F	4	2	90	0	100	2.608.401
19 125	2059 20UY 0001	Radiação, Dosimetria e Metrologia das Radiações Ionizantes - Nacional	F	4	2	90	0	250	616.726
19 542	2059 2464	Armazenamento Intermediário de Rejeitos Radioativos de Baixo ou Médio Nível de Radiação	F	4	2	90	0	100	2.304.095
19 542	2059 2464 0001	Armazenamento Intermediário de Rejeitos Radioativos de Baixo ou Médio Nível de Radiação - Nacional							2.304.095
19 182	2059 2468	Atendimento a Emergências Radiológicas e Nucleares	F	4	2	90	0	100	2.304.095
									198.125
									198.125
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>132.192</b>

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012014111000009

19 182	2059 2468 0001	Atendimento a Emergências Radiológicas e Nucleares - Nacional	F	4	2	90	0	100	132.192
19 662	2059 2478	Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País	F	4	2	90	0	100	132.192
19 662	2059 2478 0001	Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País - Nacional							1.742.000
19 128	2059 2832	Formação Especializada para o Setor Nuclear	F	4	2	90	0	250	1.742.000
19 128	2059 2832 0001	Formação Especializada para o Setor Nuclear - Nacional							100.000
			F	4	2	90	0	100	100.000
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação							988.983
		Atividades							
19 122	2106 2000	Administração da Unidade							988.983
19 122	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	988.983
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>9.690.522</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>9.690.522</b>

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
UNIDADE: 24206 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Credito Suplementar		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P O	M I U	I F T	F E	VALOR
	2041	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral							500.000
		Atividades							
19 663	2041 2489	Produção de Minerais Pesados e Óxidos de Terras Raras							500.000
19 663	2041 2489 0001	Produção de Minerais Pesados e Óxidos de Terras Raras - Nacional							500.000
	2059	Política Nuclear	F	3	2	90	0	250	500.000
		Atividades							22.771.740
19 663	2059 2012	Prospecção e Pesquisa de Minérios Radioativos em Território Nacional							2.500.000
19 663	2059 2012 0001	Prospecção e Pesquisa de Minérios Radioativos em Território Nacional - Nacional							2.500.000
19 543	2059 2013	Descomissionamento das Unidades Minero-Industriais do Ciclo do Combustível Nuclear	F	3	2	90	0	250	2.500.000
19 543	2059 2013 0001	Descomissionamento das Unidades Minero-Industriais do Ciclo do Combustível Nuclear - Nacional							4.499.000
			F	3	2	90	0	250	1.850.000
			F	4	2	90	0	250	2.649.000
19 663	2059 13CP	Ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Cactité - BA							15.772.740
19 663	2059 13CP 1991	Ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Cactité - BA - No Município de Cactité - BA							15.772.740
			F	4	2	90	0	250	15.772.740
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação							1.500.000
		Atividades							
19 122	2106 2000	Administração da Unidade							1.500.000
19 122	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	250	1.500.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>24.771.740</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>24.771.740</b>

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça  
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Credito Suplementar		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P O	M I U	I F T	F E	VALOR
	2020	Cidadania e Justiça							1.038.558
		Atividades							
14 422	2020 2334	Proteção e Defesa do Consumidor							400.000
14 422	2020 2334 0001	Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional	F	4	2	90	0	100	400.000
14 422	2020 8974	Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça							638.558
14 422	2020 8974 0001	Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça - Nacional							638.558
			F	4	2	30	0	100	638.558
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça							17.725.495
		Atividades							
06 122	2112 2000	Administração da Unidade							4.281.088
06 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	4.281.088
03 131	2112 4641	Publicidade de Utilidade Pública							11.100.000
03 131	2112 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional	F	3	2	90	0	100	11.100.000
		Projetos							
06 183	2112 3974	Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública							2.344.407
06 183	2112 3974 0001	Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública - Nacional							2.344.407
			F	3	2	90	0	100	2.344.407
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>18.764.053</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>18.764.053</b>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
	2070	Segurança Pública com Cidadania							10.694.691
		Atividades							
06 181	2070 201C	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON							5.611.833
06 181	2070 201C 0001	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON - Nacional							5.611.833
06 181	2070 2723	Policamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais	F	3	2	90	0	174	5.082.858
06 181	2070 2723 0001	Policamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional	F	4	2	90	0	174	5.082.858
TOTAL - FISCAL									10.694.691
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.694.691

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
	2070	Segurança Pública com Cidadania							3.832.360
		Atividades							
06 183	2070 20V2	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL							1.832.360
06 183	2070 20V2 0001	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL - Nacional							1.832.360
06 181	2070 2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	F	4	2	90	0	174	1.832.360
06 181	2070 2726 0001	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional	F	4	2	90	0	174	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									6.077.800
TOTAL - GERAL									6.077.800

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
	2020	Cidadania e Justiça							461.910
		Atividades							
14 422	2020 6067	Defesa dos Direitos Difusos							461.910
14 422	2020 6067 0001	Defesa dos Direitos Difusos - Nacional	F	4	2	40	0	150	18.318
			F	4	2	40	0	174	417.121
			F	4	2	40	0	180	17.000
			F	4	2	90	0	150	9.471
TOTAL - FISCAL									461.910
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									461.910

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
	2070	Segurança Pública com Cidadania							9.982.884
		Atividades							
06 181	2070 2100	Força Nacional de Segurança Pública							9.982.884
06 181	2070 2100 0001	Força Nacional de Segurança Pública - Nacional	F	4	2	90	0	100	9.982.884
TOTAL - FISCAL									9.982.884
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.982.884

## DECRETO DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 1.015.434.896,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista as autorizações contidas no art. 4º, caput, inciso I, alíneas "a", "c" e "e", inciso II e inciso V, alínea "a", e § 1º, da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, e no art. 38, § 2º, da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013,

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), em favor dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 1.015.434.896,00 (um bilhão, quinze milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012014111000010

oitocentos e noventa e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, no valor de R\$ 104.496.899,00 (cento e quatro milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais), dos quais:

a) R\$ 852.899,00 (oitocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e nove reais) de Recursos Ordinários;

b) R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) de Recursos de Concessões e Permissões;

c) R\$ 9.700.000,00 (nove milhões e setecentos mil reais) de Taxas e Multas pelo Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais;

d) R\$ 90.944.000,00 (noventa milhões, novecentos e quarenta e quatro mil reais) de Recursos Próprios Não Financeiros; e

e) R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) de Recursos Próprios Financeiros;

II - excesso de arrecadação de Recursos Próprios Financeiros, no valor de R\$ 1.239.400,00 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil e quatrocentos reais); e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 909.698.597,00 (novecentos e nove milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quinhentos e noventa e sete reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF

Miriam Belchior

ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social									
UNIDADE: 33101 - Ministério da Previdência Social									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
	2061	Previdência Social							3.683.097
		Atividades							
09 122	2061 2015	Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social							1.500.000
09 122	2061 2015 0001	Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social - Nacional							1.500.000
09 272	2061 2274	Assistência Técnica aos Regimes Próprios de Previdência	S	3	2	90	0	151	1.500.000
09 272	2061 2274 0001	Assistência Técnica aos Regimes Próprios de Previdência - Nacional	S	4	2	90	0	148	2.183.097
TOTAL - FISCAL									390.445
TOTAL - SEGURIDADE									1.792.652
TOTAL - GERAL									852.899

ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social									
UNIDADE: 33201 - Instituto Nacional do Seguro Social									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
	2061	Previdência Social							94.144.000
		Atividades							
09 126	2061 2292	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários							65.644.000
09 126	2061 2292 0001	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários - Nacional	S	3	2	90	0	151	7.500.000
			S	3	2	90	0	650	58.144.000
09 183	2061 2564	Gestão de Cadastros para a Previdência Social							28.500.000
09 183	2061 2564 0001	Gestão de Cadastros para a Previdência Social - Nacional	S	3	2	90	0	151	9.500.000
			S	3	2	90	0	650	19.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									94.144.000
TOTAL - GERAL									94.144.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde									
UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
	2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)							35.983.009
		Atividades							
10 573	2015 20AQ	Manutenção de Coleções Biológicas da Ciência e da Saúde no Brasil							47.000
10 573	2015 20AQ 0001	Manutenção de Coleções Biológicas da Ciência e da Saúde no Brasil - Nacional							47.000
10 131	2015 20Q4	Operação do Canal Saúde	S	3	2	90	6	151	47.000
10 131	2015 20Q4 0001	Operação do Canal Saúde - Nacional							608.000

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

## ANEXO 2

Informação SOF/TSE nº 1/2016

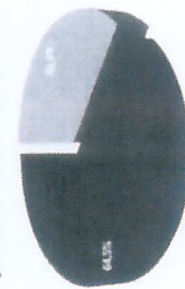


MÊS DE REFERÊNCIA	2014				2013				2012				2011				2010			
	RECEITA STN	MULTAS ELEITORAIS	DÍVIDA ATIVA	TOTAL ARRECAÇÃO	RECEITA STN	MULTAS ELEITORAIS	DÍVIDA ATIVA	TOTAL ARRECAÇÃO	RECEITA STN	MULTAS ELEITORAIS	DÍVIDA ATIVA	TOTAL ARRECAÇÃO	RECEITA STN	MULTAS ELEITORAIS	DÍVIDA ATIVA	TOTAL ARRECAÇÃO	RECEITA STN	MULTAS ELEITORAIS	DÍVIDA ATIVA	TOTAL ARRECAÇÃO
JANERO	1.110.730,54	3.117.003,44	1.270.394,65	4.627.736,08	1.270.394,65	3.206.811,94	1.437.006,60	4.477.006,60	1.802.675,09	3.594.307,19	1.802.675,09	3.516.882,20	892.006,17	2.220.491,57	1.016.143,23	3.024.491,57	734.206,65	1.201.067,22	1.005.273,67	1.905.566,46
FEVEREIRO	2.323.792,18	2.861.001,03	1.737.794,07	5.262.276,81	1.737.794,07	3.033.545,00	1.809.963,30	4.561.439,07	1.809.963,30	3.590.900,40	1.809.963,30	4.520.961,13	1.307.960,85	2.279.959,49	1.015.530,30	3.138.174,84	571.865,27	1.348.713,19	1.005.566,46	1.905.566,46
MARÇO	1.454.292,98	1.981.505,03	1.592.278,05	3.967.776,05	1.592.278,05	2.895.750,07	1.386.597,35	3.469.025,35	1.386.597,35	3.469.025,35	1.386.597,35	3.469.025,35	1.307.960,85	2.279.959,49	1.015.530,30	3.138.174,84	571.865,27	1.348.713,19	1.005.566,46	1.905.566,46
ABRIL	2.278.570,72	2.861.001,03	1.592.278,05	3.967.776,05	1.592.278,05	2.895.750,07	1.386.597,35	3.469.025,35	1.386.597,35	3.469.025,35	1.386.597,35	3.469.025,35	1.307.960,85	2.279.959,49	1.015.530,30	3.138.174,84	571.865,27	1.348.713,19	1.005.566,46	1.905.566,46
MAYO	2.278.570,72	2.861.001,03	1.592.278,05	3.967.776,05	1.592.278,05	2.895.750,07	1.386.597,35	3.469.025,35	1.386.597,35	3.469.025,35	1.386.597,35	3.469.025,35	1.307.960,85	2.279.959,49	1.015.530,30	3.138.174,84	571.865,27	1.348.713,19	1.005.566,46	1.905.566,46
JUNHO	2.278.570,72	2.861.001,03	1.592.278,05	3.967.776,05	1.592.278,05	2.895.750,07	1.386.597,35	3.469.025,35	1.386.597,35	3.469.025,35	1.386.597,35	3.469.025,35	1.307.960,85	2.279.959,49	1.015.530,30	3.138.174,84	571.865,27	1.348.713,19	1.005.566,46	1.905.566,46
JULHO	2.278.570,72	2.861.001,03	1.592.278,05	3.967.776,05	1.592.278,05	2.895.750,07	1.386.597,35	3.469.025,35	1.386.597,35	3.469.025,35	1.386.597,35	3.469.025,35	1.307.960,85	2.279.959,49	1.015.530,30	3.138.174,84	571.865,27	1.348.713,19	1.005.566,46	1.905.566,46
AUGUSTO	2.278.570,72	2.861.001,03	1.592.278,05	3.967.776,05	1.592.278,05	2.895.750,07	1.386.597,35	3.469.025,35	1.386.597,35	3.469.025,35	1.386.597,35	3.469.025,35	1.307.960,85	2.279.959,49	1.015.530,30	3.138.174,84	571.865,27	1.348.713,19	1.005.566,46	1.905.566,46
SETEMBRO	2.278.570,72	2.861.001,03	1.592.278,05	3.967.776,05	1.592.278,05	2.895.750,07	1.386.597,35	3.469.025,35	1.386.597,35	3.469.025,35	1.386.597,35	3.469.025,35	1.307.960,85	2.279.959,49	1.015.530,30	3.138.174,84	571.865,27	1.348.713,19	1.005.566,46	1.905.566,46
OUTUBRO	2.278.570,72	2.861.001,03	1.592.278,05	3.967.776,05	1.592.278,05	2.895.750,07	1.386.597,35	3.469.025,35	1.386.597,35	3.469.025,35	1.386.597,35	3.469.025,35	1.307.960,85	2.279.959,49	1.015.530,30	3.138.174,84	571.865,27	1.348.713,19	1.005.566,46	1.905.566,46
NOVEMBRO	2.278.570,72	2.861.001,03	1.592.278,05	3.967.776,05	1.592.278,05	2.895.750,07	1.386.597,35	3.469.025,35	1.386.597,35	3.469.025,35	1.386.597,35	3.469.025,35	1.307.960,85	2.279.959,49	1.015.530,30	3.138.174,84	571.865,27	1.348.713,19	1.005.566,46	1.905.566,46
DEZEMBRO	2.278.570,72	2.861.001,03	1.592.278,05	3.967.776,05	1.592.278,05	2.895.750,07	1.386.597,35	3.469.025,35	1.386.597,35	3.469.025,35	1.386.597,35	3.469.025,35	1.307.960,85	2.279.959,49	1.015.530,30	3.138.174,84	571.865,27	1.348.713,19	1.005.566,46	1.905.566,46
TOTAL	22.646.344,44	35.774.427,20	23.799.401,90	56.420.771,64	23.799.401,90	44.144.291,04	23.647.247,63	67.603.972,96	23.647.247,63	39.681.216,74	23.647.247,63	63.304.964,37	13.000.009,38	29.543.631,16	43.300.500,58	11.804.434,30	31.471.158,68	36.075.592,96	36.075.592,96	36.075.592,96

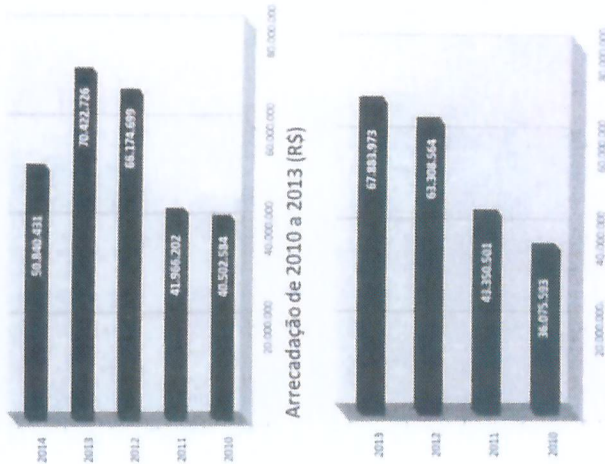
Projeção Fonte 0174 para o exercício - 2015

MÊS DE REFERÊNCIA	MÉDIA DAS ARRECAÇÕES				Projeção com o crescimento do Eleitorado de 5%			
	RECEITA STN	MULTAS ELEITORAIS	DÍVIDA ATIVA	TOTAL ARRECAÇÃO	RECEITA STN	MULTAS ELEITORAIS	DÍVIDA ATIVA	TOTAL ARRECAÇÃO
JANERO	1.940.002,83	2.460.876,27	1.030.302,97	5.431.182,07	2.027.052,47	2.583.720,08	1.082.317,81	5.693.085,35
FEVEREIRO	1.494.322,16	2.402.560,32	1.504.538,27	5.401.420,75	1.569.538,27	2.507.691,17	1.487.193,29	5.564.422,73
MARÇO	1.416.374,56	3.072.143,27	4.409.117,83	8.897.635,66	1.487.193,29	3.163.380,43	1.416.374,56	6.066.948,28
ABRIL	1.348.226,52	4.728.296,24	1.416.374,56	6.492.901,32	1.416.374,56	4.944.710,00	1.416.374,56	7.777.459,12
MAYO	1.673.305,33	3.608.171,54	1.756.800,60	6.038.277,47	1.756.800,60	3.789.630,10	1.756.800,60	7.303.231,30
JUNHO	1.794.008,91	2.314.471,90	1.882.709,36	5.991.190,17	1.882.709,36	2.400.156,18	1.882.709,36	6.165.574,90
JULHO	2.506.008,56	2.469.697,86	4.976.136,41	9.951.842,83	2.631.518,99	2.592.382,74	2.631.518,99	7.855.420,72
AUGUSTO	1.818.817,28	2.446.437,73	4.065.295,01	8.330.550,02	1.800.758,14	2.508.759,62	4.208.517,76	8.518.035,52
SETEMBRO	1.416.157,20	2.411.325,35	1.827.482,54	5.654.965,09	1.486.965,26	2.537.891,57	1.762.250,81	5.787.107,64
OUTUBRO	1.678.141,73	2.729.664,66	4.408.000,38	8.815.806,77	1.762.250,81	3.498.968,74	1.762.250,81	6.983.470,36
NOVEMBRO	1.308.427,16	3.333.303,56	4.642.730,72	9.284.461,44	1.374.886,52	3.698.968,74	1.374.886,52	8.448.741,78
DEZEMBRO	1.615.533,29	2.994.400,96	1.606.305,96	6.216.240,21	1.696.305,96	3.144.121,00	1.696.305,96	6.536.732,92
TOTAL	19.099.735,53	34.716.144,96	20.054.722,31	73.860.602,80	20.054.722,31	36.491.922,21	20.054.722,31	76.601.366,83

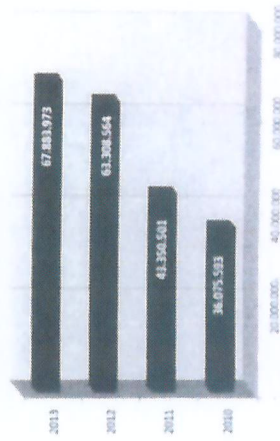
Distribuição Projeção 2015 - Fundo Partidário



Dotação Autorizadas - Fonte 0174 (R\$)



Arrecadação de 2010 a 2013 (R\$)



**FUNDO PARTIDÁRIO - 2014**  
**PROJEÇÃO DA ARRECAÇÃO**

Posição até julho de 2014

R\$ 1,00

**MULTAS DO CÓDIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS**

<b>ARRECAÇÃO (A)</b>	<b>REALIZADA ATÉ JULHO</b>	<b>37.684.152</b>
	<b>PROJETADA PARA AGOSTO A DEZEMBRO</b>	<b>20.776.620</b>
<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (B)</b>	<b>FUNTE 0174</b>	<b>50.840.431</b>
<b>DOTAÇÃO SUPLEMENTAR (C)</b>	<b>FUNTE 0174</b>	<b>-</b>
<b>DOTAÇÃO AUTORIZADA (B+C)</b>		<b>50.840.431</b>

**Notas:**

- 1) Os valores utilizados para a projeção da arrecadação em 2014 foram calculados conforme a evolução da arrecadação.  
2) Considerando as projeções com base na arrecadação até 31/7, não há necessidade de pedido de crédito adicional.

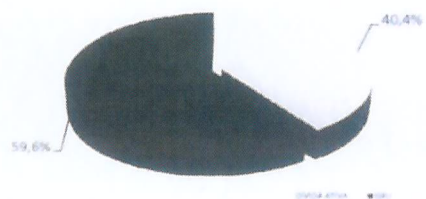
**ARRECAÇÃO - MULTAS ELEITORAIS**

R\$ 1,00

MESES	DÍVIDA ATIVA		GRU		TOTAL ARRECADADO
	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
JANEIRO	1.042.319	1.410.733	2.110.915	3.117.003	4.527.736
FEVEREIRO	1.110.410	2.323.792	2.187.124	2.961.504	5.285.296
MARÇO	1.406.193	2.125.986	2.818.261	4.054.292	6.190.278
ABRIL	935.077	2.278.571	3.497.915	3.387.366	5.665.936
MAIO	1.766.748	2.129.638	3.722.954	3.629.335	5.758.973
JUNHO	1.847.099	2.731.430	2.224.932	2.760.691	5.492.121
JULHO	2.849.815	2.230.485	2.544.052	2.533.326	4.763.812
AGOSTO	1.621.493	-	2.116.656	-	-
SETEMBRO	1.368.566	-	2.187.922	-	-
OUTUBRO	1.608.831	-	2.635.194	-	-
NOVEMBRO	1.480.554	-	3.466.781	-	-
DEZEMBRO	1.366.266	-	2.922.357	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>18.403.369</b>	<b>15.240.636</b>	<b>32.437.062</b>	<b>22.443.516</b>	<b>37.684.152</b>

Fonte: SIAP

**Composição da Arrecadação - 2014**





QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalizaçã

Pedidos: 37957

Tipo de Crédito: 154 - Atendimento de despesas da ação 0413 no âmbito da UO 14901 Fundo Partidário

Tipo Doc: Decreto

Nº Doc: sn Data Efetivação: 10/11/2014

Data Assinatura: 07/11/2014

Data Publicação: 10/11/2014

Programática / P O		Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário										Suplem. por Cancel.	Cancel.	Diferença	Suplem. por Excesso.
Órgão:	Unidade:	Func	E S F	Origem Loc	Natureza	Fte	IU	IDOC	RP	RP Lei					
0909 0413	14000- Justiça Eleitoral														7.620.341
	14901- Fundo Partidário														7.620.341
	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais														7.620.341
	Manutenção e Operação dos Partidos Políticos	28- 846	10												7.620.341
	Manutenção e Operação dos Partidos Políticos - Nacional			PLOA											7.620.341
0909 0413 0001	Manutenção e Operação dos Partidos Políticos														7.620.341
0909 0413 0001 0000					3.3.50	174	0	9999	1	1					7.620.341
Total Geral														0	7.620.341





Justificativas Pedido: 37957 - FUNDO PARTIDÁRIO - MULTAS CÓDIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS

Tipo de Crédito: 154

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

As projeções de arrecadação do Fundo Partidário apontam tendência de incremento de R\$ 7.620.341,00 referentes ao recolhimento de taxas oriundas do exercício do poder de polícia (Multas do Código Eleitoral e Leis Conexas). A projeção inicial, fixada na Lei Orçamentária Anual de 2014, é de R\$ 50.841.431,00. A nova reestimativa é de R\$ 58.460.772,00.

**Usuário:** Carlos André Pereira da Silva**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não há.

**Usuário:** Carlos André Pereira da Silva**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Impossibilidade de distribuição dos valores arrecadados com Multas do Código Eleitoral e Leis Conexas aos Partidos Políticos.

**Usuário:** Carlos André Pereira da Silva**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há.

**Usuário:** Carlos André Pereira da Silva**Outras informações consideradas relevantes**

Projeções mensais para os meses de agosto a dezembro de 2014:

**Multas do Código Eleitoral**

Agosto - R\$ 2.116.656,22

Setembro - R\$ 2.187.922,13

Outubro - R\$ 2.635.194,16

Novembro - R\$ 3.468.780,77

Dezembro - R\$ 2.922.357,46

**Receita da Dívida Ativa**

Agosto - R\$ 1.621.492,57

Setembro - R\$ 1.368.565,74

Outubro - R\$ 1.608.830,99

Novembro - R\$ 1.480.553,66

Dezembro - R\$ 1.366.265,92

**Usuário:** Carlos André Pereira da Silva



Número(s) Formalização: 1934

Pedido(s): 37957

Tipo: 154 - Atendimento de despesas da ação 0413 no âmbito da UO 14901 Fundo Partidário

<i>Esfera Orçamentária</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
10 - Orçamento Fiscal	7 620.341	0	7 620.341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>
<i>Órgão/Unidade Orçamentária</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
14000 Justiça Eleitoral	7.620.341	0	7.620.341
14901 Fundo Partidário	7 620.341	0	7 620.341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>
<i>Grupo Natureza de Despesa</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
3 - Outras Despesas Correntes	7 620.341	0	7 620.341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>
<i>Fonte</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	7 620.341	0	7 620.341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>
<i>UO/Fonte</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
14901 Fundo Partidário	7.620.341	0	7.620.341
174 Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	7 620.341	0	7 620.341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>
<i>Modalidade de Aplicação</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	7 620.341	0	7 620.341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>
<i>Identificador de Uso (IDUSO)</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
0 - Recursos não destinados à contrapartida	7 620.341	0	7 620.341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>
<i>Identificador de Operação de Crédito (IDOC)</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
9999 - OUTROS RECURSOS	7 620.341	0	7 620.341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>
<i>RP de Lei</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP	7 620.341	0	7 620.341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>
<i>Indicador de Resultado Primário (RP Atual)</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP	7 620.341	0	7 620.341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>
<i>Função</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
28 - Encargos Especiais	7 620.341	0	7 620.341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>
<i>Sub-Função</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
846 - Outros Encargos Especiais	7 620.341	0	7 620.341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>
<i>Função/Sub-Função</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
28 Encargos Especiais	7.620.341	0	7.620.341
846 Outros Encargos Especiais	7 620.341	0	7 620.341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>
<i>Tipo de Alteração</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
154 - Atendimento de despesas da ação 0413 no âmbito da UO 14901 Fundo Partidário	7 620.341	0	7 620.341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>
<i>Tipo de Instrumento Legal</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
Decreto	7 620.341	0	7 620.341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>
<i>Programa</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
0909 - Operações Especiais, Outros Encargos Especiais	7 620.341	0	7 620.341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>
<i>Tipo de Programa</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
- Operações Especiais	7 620.341	0	7 620.341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>





Número(s) Formalização: 1934

Pedido(s): 37957

Tipo: 154 - Atendimento de despesas da ação 0413 no âmbito da UO 14901 Fundo Partidário

Ação	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0413 - Manutenção e Operação dos Partidos Políticos	7 620 341	0	7 620 341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>

Tipo de Ação	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Operações Especiais	7 620 341	0	7 620 341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>

Pedido de Alteração	Suplementação	Cancelamento	Diferença
37957 - FUNDO PARTIDARIO - MULTAS CÓDIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS(Tipo 154)	7 620 341	0	7 620 341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>

Tipo de Financiamento	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Excesso de arrecadação	7 620 341	0	7 620 341
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>7.620.341</b>	<b>0</b>	<b>7.620.341</b>



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

## ANEXO 3

Informação SOF/TSE nº 1/2016



## DECRETO DE 20 DE AGOSTO DE 2015

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 600.268.845,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso I, alíneas "a", "c" e "e", inciso II, inciso VIII, inciso XII, alínea "b", item "1", e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 600.268.845,00 (seiscentos milhões, duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, no valor de R\$ 231.412.685,00 (duzentos e trinta e um milhões, quatrocentos e doze mil, seiscentos e oitenta e cinco reais), sendo:

a) R\$ 6.204.000,00 (seis milhões, duzentos e quatro mil reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;

b) R\$ 111.595.001,00 (cento e onze milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e um reais) de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais;

c) R\$ 98.495.212,00 (noventa e oito milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, duzentos e doze reais) de Recursos de Convênios; e

d) R\$ 15.118.472,00 (quinze milhões, cento e dezoito mil, quatrocentos e setenta e dois reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais;

II - excesso de arrecadação, no valor de R\$ 262.173.117,00 (duzentos e sessenta e dois milhões, cento e setenta e três mil, cento e dezessete reais), sendo:

a) R\$ 84.406.627,00 (oitenta e quatro milhões, quatrocentos e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;

b) R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) de Recursos Próprios Financeiros;

c) R\$ 139.726.490,00 (cento e trinta e nove milhões, setecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e noventa reais) de Recursos de Convênios; e

d) R\$ 18.040.000,00 (dezoito milhões e quarenta mil reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 106.683.043,00 (cento e seis milhões, seiscentos e oitenta e três mil, quatrocentos e três reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de agosto de 2015; 194ª da Independência e 127ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
Nelson Barbosa

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal									
UNIDADE: 12101 - Tribunal Regional Federal do Primeiro Grau									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E	E	
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							91.476
02 061	0569 4257	Atividades							91.476
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							91.476
			F	3	2	90	0	150	91.476
TOTAL - FISCAL									91.476
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									91.476

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal									
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1ª Região									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E	E	
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.151.110
02 061	0569 4257	Atividades							1.151.110
02 061	0569 4257 6012	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							1.151.110
			F	3	2	90	0	150	1.151.110
TOTAL - FISCAL									1.151.110
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.151.110

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015082100004

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal									
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3ª Região									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E	E	
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							220.000
02 061	0569 4257	Atividades							220.000
02 061	0569 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							220.000
			F	3	2	90	0	150	220.000
TOTAL - FISCAL									220.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									220.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral									
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E	E	
0570		Gestão do Processo Eleitoral							234.800
02 122	0570 20GP	Atividades							234.800
02 122	0570 20GP 0032	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							234.800
		Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo							234.800
			F	3	2	90	0	150	234.800
TOTAL - FISCAL									234.800
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									234.800

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral									
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E	E	
0570		Gestão do Processo Eleitoral							1.813.377
02 122	0570 20GP	Atividades							1.813.377
02 122	0570 20GP 0051	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							1.813.377
		Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Mato Grosso							1.813.377
			F	3	2	90	0	150	1.813.377
TOTAL - FISCAL									1.813.377
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.813.377

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral									
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E	E	
0570		Gestão do Processo Eleitoral							187.500
02 122	0570 20GP	Atividades							187.500
02 122	0570 20GP 0026	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							187.500
		Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco							187.500
			F	3	2	90	0	150	187.500
TOTAL - FISCAL									187.500
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									187.500

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral									
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E	E	
0570		Gestão do Processo Eleitoral							80.000
02 122	0570 20GP	Atividades							80.000
02 122	0570 20GP 0042	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							80.000
		Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Santa Catarina							80.000
			F	3	2	90	0	150	80.000
TOTAL - FISCAL									80.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									80.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho									
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - Rio de Janeiro									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E	E	
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.497.022
02 122	0571 4256	Atividades							1.497.022
02 122	0571 4256 0033	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.497.022
		Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro							1.497.022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





			F	3	2	90	0	150	511 500
			F	4	2	90	0	150	44 614
			F	4	2	90	0	381	940 908
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>1.497.022</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>1.497.022</b>

<b>ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho</b>									
<b>UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo</b>									
<b>ANEXO I</b>									
<b>PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)</b>									
<b>Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00</b>									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
0571		<b>Prestação Jurisdicional Trabalhista</b>							<b>65.720.616</b>
		<b>Atividades</b>							
02 131	0571 1249	Comunicação e Divulgação Institucional							71.000
02 131	0571 2549 0035	Comunicação e Divulgação Institucional - No Estado de São Paulo							71.000
			F	3	2	90	0	181	71.000
02 122	0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>							<b>65.649.616</b>
02 122	0571 4256 0035	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo							65.649.616
			F	3	2	90	0	381	41.933.519
			F	4	2	90	0	181	4.749.616
			F	4	2	90	0	381	18.966.481
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>65.720.616</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>65.720.616</b>

<b>ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho</b>									
<b>UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais</b>									
<b>ANEXO I</b>									
<b>PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)</b>									
<b>Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00</b>									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
0571		<b>Prestação Jurisdicional Trabalhista</b>							<b>7.552.415</b>
		<b>Atividades</b>							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							7.502.415
02 122	0571 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais							7.502.415
			F	3	2	90	0	181	2.743.819
			F	3	2	90	0	381	4.758.596
02 122	0571 133Q	<b>Projetos</b>							<b>50.000</b>
02 122	0571 133Q 2918	Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo - MG							50.000
		Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo - MG - No Município de Pedro Leopoldo - MG							50.000
			F	4	2	90	0	181	50.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>7.552.415</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>7.552.415</b>

<b>ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho</b>									
<b>UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul</b>									
<b>ANEXO I</b>									
<b>PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)</b>									
<b>Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00</b>									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
0571		<b>Prestação Jurisdicional Trabalhista</b>							<b>8.151.450</b>
		<b>Atividades</b>							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							8.151.450
02 122	0571 4256 0043	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul							8.151.450
			F	3	2	90	0	150	3.609.000
			F	3	2	90	0	181	4.542.450
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>8.151.450</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>8.151.450</b>

<b>ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho</b>									
<b>UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco</b>									
<b>ANEXO I</b>									
<b>PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)</b>									
<b>Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00</b>									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
0571		<b>Prestação Jurisdicional Trabalhista</b>							<b>849.000</b>
		<b>Atividades</b>							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							849.000
02 122	0571 4256 0026	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Pernambuco							849.000
			F	3	2	90	0	381	849.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>849.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>849.000</b>

<b>ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho</b>									
<b>UNIDADE: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará</b>									
<b>ANEXO I</b>									
<b>PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)</b>									
<b>Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00</b>									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
0571		<b>Prestação Jurisdicional Trabalhista</b>							<b>4.338.811</b>
		<b>Atividades</b>							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							4.338.811
02 122	0571 4256 0023	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Ceará							4.338.811

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015082100005

			F	3	2	90	0	181	921 828
			F	3	2	90	0	381	3 416 983
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>4.338.811</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>4.338.811</b>

<b>ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho</b>									
<b>UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná</b>									
<b>ANEXO I</b>									
<b>PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)</b>									
<b>Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00</b>									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
0571		<b>Prestação Jurisdicional Trabalhista</b>							<b>30.221.281</b>
		<b>Atividades</b>							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							30.221.281
02 122	0571 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná							30.221.281
			F	3	2	90	0	150	5.336.495
			F	3	2	90	0	181	20.000.000
			F	3	2	90	0	381	1.800.000
			F	4	2	90	0	181	3.084.786
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>30.221.281</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>30.221.281</b>

<b>ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho</b>									
<b>UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins</b>									
<b>ANEXO I</b>									
<b>PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)</b>									
<b>Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00</b>									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
0571		<b>Prestação Jurisdicional Trabalhista</b>							<b>10.449.000</b>
		<b>Atividades</b>							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							10.449.000
02 122	0571 4256 6018	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							10.449.000
			F	3	2	90	0	381	10.449.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>10.449.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>10.449.000</b>



02 122	0571 4256 0025	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Paraíba	F	3	2	90	0	381	1 906 000
TOTAL - FISCAL									1 906 000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.906.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.305.995
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							3.305.995
02 122	0571 4256 6020	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO	F	3	2	90	0	181	3 305 995
TOTAL - FISCAL									3.305.995
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.305.995

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							6.000.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							6.000.000
02 122	0571 4256 3474	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Município de Campinas - SP	F	3	2	90	0	350	6 000 000
TOTAL - FISCAL									6.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.000.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							842.504
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							842.504
02 122	0571 4256 0021	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Maranhão	F	3	2	90	0	181	138 504
TOTAL - FISCAL									842.504
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									842.504

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							345.874
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							345.874
02 122	0571 4256 0052	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás	F	3	2	90	0	350	204 000
TOTAL - FISCAL									345.874
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									345.874

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.964.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							3.964.000
02 122	0571 4256 0028	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Sergipe							3 964 000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015082100006

			F	3	2	90	0	381	2 644 000
TOTAL - FISCAL									1 320 000
TOTAL - SEGURIDADE									3.964.000
TOTAL - GERAL									0
									3.964.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							10.898.670
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							10.898.670
02 122	0571 4256 0024	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte	F	3	2	90	0	181	6 308 432
TOTAL - FISCAL									3 016 836
TOTAL - SEGURIDADE									1 573 402
TOTAL - GERAL									10.898.670

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.177.394
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							3.177.394
02 122	0571 4256 0051	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso	F	3	2	90	0	150	2 351 000
TOTAL - FISCAL									171 830
TOTAL - SEGURIDADE									654 564
TOTAL - GERAL									3.177.394

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							501.465
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							501.465
02 122	0571 4256 0054	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	3	2	90	0	181	501 465
TOTAL - FISCAL									501.465
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									501.465

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
0567		Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							8.918.731
		Atividades							
02 061	0567 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal							8.918.731
02 061	0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal	F	4	2	90	0	181	8 918 731
TOTAL - FISCAL									8.918.731
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.918.731

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
2038		Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							500.000
		Atividades							
04 125	2038 4917	Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil							500.000
04 125	2038 4917 0001	Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil - Nacional	F	3	2	90	0	100	500 000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





04 122	2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	500 000
TOTAL - FISCAL									500 000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1 000 000

ÓRGÃO 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
2021		Ciência, Tecnologia e Inovação							39 241 014
		Operações Especiais							
19 571	2021 00LV	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I							39 241 014
19 571	2021 00LV 0001	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I - Nacional							39 241 014
			F	3	2	90	0	281	21 201 014
			F	3	2	90	0	296	18 040 000
TOTAL - FISCAL									39 241 014
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									39 241 014

ÓRGÃO 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
2059		Política Nuclear							7 544 061
		Atividades							
19 662	2059 2478	Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País							7 544 061
19 662	2059 2478 0001	Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País - Nacional							7 544 061
			F	3	2	90	0	250	7 544 061
TOTAL - FISCAL									7 544 061
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7 544 061

ÓRGÃO 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE 24207 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
2055		Desenvolvimento Produtivo							15 900 000
		Atividades							
19 572	2055 20V1	Desenvolvimento e Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia							15 900 000
19 572	2055 20V1 0001	Desenvolvimento e Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia - Nacional							15 900 000
			F	4	2	90	0	250	15 900 000
TOTAL - FISCAL									15 900 000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15 900 000

ÓRGÃO 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE 24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
2021		Ciência, Tecnologia e Inovação							1 800 000
		Atividades							
19 571	2021 4947	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia							1 800 000
19 571	2021 4947 0001	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia - Nacional							1 800 000
			F	4	2	50	0	180	1 800 000
TOTAL - FISCAL									1 800 000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1 800 000

ÓRGÃO 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE 30101 - Ministério da Justiça

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
2020		Cidadania e Justiça							595 515
		Atividades							
14 422	2020 8946	Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política							595 515

14 422	2020 8946 0001	Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política - Nacional	F	3	2	90	0	100	595 515
TOTAL - FISCAL									595 515
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									595 515

ÓRGÃO 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE 30103 - Arquivo Nacional

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
0910		Operações Especiais - Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							12 952
		Operações Especiais							
28 846	0910 000L	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica							12 952
28 846	0910 000L 0002	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Exterior							12 952
			F	3	2	80	0	100	12 952
TOTAL - FISCAL									12 952
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12 952

ÓRGÃO 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
2070		Segurança Pública com Cidadania							12 221 011
		Atividades							
06 181	2070 2723	Policamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais							9 221 011
06 181	2070 2723 0001	Policamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional							9 221 011
			F	4	2	90	0	174	9 221 011
06 181	2070 86A1	Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal							3 000 000
06 181	2070 86A1 0001	Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal - Nacional							3 000 000
			F	3	2	90	0	374	3 000 000
TOTAL - FISCAL									29 560 306
		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça							
		Atividades							
06 122	2112 2000	Administração da Unidade							29 560 306
06 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2 947 410
			F	3	2	90	0	100	2 304 896
			F	3	2	90	0	374	24 308 000
TOTAL - FISCAL									41 781 317
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									41 781 317

ÓRGÃO 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE 30108 - Departamento de Polícia Federal

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
2070		Segurança Pública com Cidadania							44 500 000
		Atividades							
06 183	2070 20V2	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL							1 000 000
06 183	2070 20V2 0001	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL - Nacional							1 000 000
			F	3	2	90	0	174	1 000 000
06 181	2070 2586	Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros							4 500 000
06 181	2070 2586 0001	Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros - Nacional							4 500 000
			F	3	2	90	0	374	4 000 000
			F	4	2	90	0	374	500 000
06 181	2070 2726	Prevenção e Repressão ao Tráfego Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União							39 000 000
06 181	2070 2726 0001	Prevenção e Repressão ao Tráfego Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional							39 000 000
			F	3	2	90	0	374	21 000 000
			F	4	2	90	0	374	18 000 000
TOTAL - FISCAL									40 787 001
		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça							
		Atividades							
06 122	2112 2000	Administração da Unidade							40 787 001
06 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							24 600 000
			F	3	2	90	0	374	16 187 001
			F	4	2	90	0	374	15 287 001
TOTAL - FISCAL									85 287 001
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									85 287 001

ÓRGÃO 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE 52111 - Comando da Aeronáutica

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
2058		Política Nacional de Defesa							5 387 872
		Projetos							
05 151	2058 156K	Aquisição de Aeronaves							5 387







14 243	2062 210M 0001	Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente - Nacional	S	3	2	30	0	396	11 781 172
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11 781 172
TOTAL - GERAL									11 781 172

ÓRGÃO 64000 - Secretaria de Direitos Humanos  
UNIDADE 64902 - Fundo Nacional do Idoso - FNI

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
	2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos							3 337 300
		Atividades							
14 241	2064 8819	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa							3 337 300
14 241	2064 8819 0001	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - Nacional	S	3	2	30	0	396	3 337 300
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3 337 300
TOTAL - GERAL									3 337 300

ÓRGÃO 65000 - Secretaria de Políticas para as Mulheres  
UNIDADE 65101 - Secretaria de Políticas para as Mulheres

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
	2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência							2 794 449
		Atividades							
14 422	2016 8831	Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180							2 794 449
14 422	2016 8831 0001	Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 - Nacional	F	3	2	90	0	100	2 794 449
	2104	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres							250 000
		Atividades							
14 122	2104 2000	Administração da Unidade							250 000
14 122	2104 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	250 000
TOTAL - FISCAL									3 044 449
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3 044 449

ÓRGÃO 66000 - Controladoria-Geral da União  
UNIDADE 66101 - Controladoria-Geral da União

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							4 156 675
		Atividades							
04 124	2101 2D58	Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição							4 156 675
04 124	2101 2D58 0001	Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional	F	3	2	90	0	100	4 156 675
TOTAL - FISCAL									4 156 675
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4 156 675

ÓRGÃO 20000 - Presidência da República  
UNIDADE 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
	2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							500 000
		Atividades							
04 125	2038 4917	Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil							500 000
04 125	2038 4917 0001	Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil - Nacional	F	4	2	90	0	100	500 000
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							500 000
		Atividades							
04 122	2101 2000	Administração da Unidade							500 000
04 122	2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	500 000
TOTAL - FISCAL									1 000 000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1 000 000

ÓRGÃO 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
UNIDADE 24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
	2021	Ciência, Tecnologia e Inovação							1 800 000
		Atividades							
19 571	2021 4947	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia							1 800 000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015082100009

19 571	2021 4947 0001	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia - Nacional	F	3	2	50	0	180	1 800 000
TOTAL - FISCAL									1 800 000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1 800 000

ÓRGÃO 30000 - Ministério da Justiça  
UNIDADE 30101 - Ministério da Justiça

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
	2020	Cidadania e Justiça							595 515
		Projetos							
14 422	2020 13FC	Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil							595 515
14 422	2020 13FC 0001	Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil - Nacional	F	4	2	90	0	100	595 515
TOTAL - FISCAL									595 515
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									595 515

ÓRGÃO 30000 - Ministério da Justiça  
UNIDADE 30103 - Arquivo Nacional

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
	2020	Cidadania e Justiça							12 952
		Atividades							
04 391	2020 2810	Preservação do Patrimônio Arquivístico Nacional							12 952
04 391	2020 2810 0001	Preservação do Patrimônio Arquivístico Nacional - Nacional	F	3	2	90	0	100	12 952
TOTAL - FISCAL									12 952
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12 952

ÓRGÃO 30000 - Ministério da Justiça  
UNIDADE 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
	2070	Segurança Pública com Cidadania							9 221 011
		Atividades							
06 181	2070 2723	Policamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais							9 221 011
06 181	2070 2723 0001	Policamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional	F	3	2	90	0	174	9 221 011
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça							5 252 306
		Atividades							
06 122	2112 2000	Administração da Unidade							5 252 306
06 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	2 947 410
TOTAL - FISCAL									14 473 317
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14 473 317

ÓRGÃO 30000 - Ministério da Justiça  
UNIDADE 30108 - Departamento de Polícia Federal

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
	2070	Segurança Pública com Cidadania							1 000 000
		Atividades							
06 183	2070 20V2	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINETEPOL							1 000 000
06 183	2070 20V2 0001	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINETEPOL - Nacional	F	4	2	90	0	174	1 000 000
TOTAL - FISCAL									1 000 000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1 000 000

ÓRGÃO 51000 - Ministério do Esporte  
UNIDADE 51101 - Ministério do Esporte

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
	2035	Esporte e Grandes Eventos Esportivos							20 439 053
		Projetos							
27 811	2035 14TQ	Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016							20 439 053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



27 811	2035 14TQ 0001	Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 - Nacional	F	4	3	90	0	100	20 439 053
TOTAL - FISCAL									20 439 053
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20 439 053

ÓRGÃO 52000 - Ministério da Defesa									
UNIDADE 52111 - Comando da Aeronáutica									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D				E	
2108		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							5 387 872
Atividades									
05 122	2108 2000	Administração da Unidade							637 036
05 122	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	637 036
Projetos									
05 482	2108 131D8	Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica							4 750 836
05 482	2108 131D8 0001	Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica - Nacional	F	4	2	90	0	100	4 750 836
TOTAL - FISCAL									4 750 836
TOTAL - SEGURIDADE									5 387 872
TOTAL - GERAL									5 387 872

ÓRGÃO 52000 - Ministério da Defesa									
UNIDADE 52121 - Comando do Exército									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D				E	
2108		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							20 000 000
Atividades									
05 122	2108 2000	Administração da Unidade							20 000 000
05 122	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	20 000 000
TOTAL - FISCAL									20 000 000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20 000 000

ÓRGÃO 52000 - Ministério da Defesa									
UNIDADE 52131 - Comando da Marinha									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D				E	
2058		Política Nacional de Defesa							9 796 674
Atividades									
05 152	2058 205E	Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha							424 062
05 152	2058 205E 0001	Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha - Nacional	F	4	2	90	0	100	424 062
05 152	2058 20XN	Aprestamento da Marinha							9 192 612
05 152	2058 20XN 0001	Aprestamento da Marinha - Nacional	F	3	2	90	0	100	9 192 612
Projetos									
05 152	2058 157N	Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANT							180 000
05 152	2058 157N 0001	Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANT - Nacional	F	3	2	90	0	100	180 000
2108		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							1 468 059
Atividades									
05 122	2108 2000	Administração da Unidade							1 468 059
05 122	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	1 468 059
TOTAL - FISCAL									11 264 733
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11 264 733

ÓRGÃO 52000 - Ministério da Defesa									
UNIDADE 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D				E	
2058		Política Nacional de Defesa							259 287
Atividades									
05 152	2058 211D	Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares							259 287
05 152	2058 211D 0001	Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares - Nacional	F	3	2	90	0	100	259 287
TOTAL - FISCAL									259 287
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									259 287

ÓRGÃO 52000 - Ministério da Defesa									
UNIDADE 52911 - Fundo Aeronáutico									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D				E	
2108		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							6 500 000
Atividades									
05 122	2108 2000	Administração da Unidade							6 500 000
05 122	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							6 500 000

			F	4	2	90	0	250	4 500 000
			F	4	2	90	0	280	2 000 000
TOTAL - FISCAL									6 500 000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6 500 000

ÓRGÃO 52000 - Ministério da Defesa									
UNIDADE 52921 - Fundo do Exército									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D				E	
2058		Política Nacional de Defesa							10 000 000
Atividades									
05 153	2058 4450	Aprestamento do Exército							10 000 000
05 153	2058 4450 0001	Aprestamento do Exército - Nacional	F	4	2	90	0	250	10 000 000
TOTAL - FISCAL									10 000 000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10 000 000

ÓRGÃO 52000 - Ministério da Defesa									
UNIDADE 52931 - Fundo Naval									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D				E	
2058		Política Nacional de Defesa							5 693 482
Atividades									
05 128	2058 20XR	Capacitação Profissional da Marinha							37 085
05 128	2058 20XR 0001	Capacitação Profissional da Marinha - Nacional	F	4	2	90	0	250	37 085
05 125	2058 20XX	Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária							5 656 397
05 125	2058 20XX 0001	Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária - Nacional	F	4	2	90	0	250	5 656 397
TOTAL - FISCAL									5 656 397
TOTAL - SEGURIDADE									5 693 482
TOTAL - GERAL									5 693 482

ÓRGÃO 52000 - Ministério da Defesa										
UNIDADE 52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo										
ANEXO II										
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O U	I D E	F T	VALOR	
	2058	Política Nacional de Defesa							255 708	
		Atividades								
05 363	2058 2510	Ensino Profissional Marítimo							255 708	
05 363	2058 2510 0001	Ensino Profissional Marítimo - Nacional							255 708	
TOTAL - FISCAL			F	3	2	90	0	176	255 708	
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										255 708





2104	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres	250 000
14 122	Atividades	
14 122	Administração da Unidade	250 000
14 122	Administração da Unidade - Nacional	250 000
		F 3 2 90 0 100
TOTAL - FISCAL		3 044 449
TOTAL - SEGURIDADE		0
TOTAL - GERAL		3 044 449

ÓRGÃO 66000 - Controladoria-Geral da União

UNIDADE 66101 - Controladoria-Geral da União

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR	
		PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E				
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República											4 156 675	
	Atividades												
04 124	2101 2D58		Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição									2 565 369	
04 124	2101 2D58 0001		Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional									2 565 369	
				F	4	2	90	0	100			2 565 369	
	Projetos												
04 122	2101 14UP		Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco									240 000	
04 122	2101 14UP 1695		Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco - No Município de Recife - PE									240 000	
				F	4	2	90	0	100			240 000	
04 122	2101 14UQ		Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão									240 000	
04 122	2101 14UQ 0734		Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão - No Município de São Luís - MA									240 000	
				F	4	2	90	0	100			240 000	
04 122	2101 14UR		Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas									60 000	
04 122	2101 14UR 0211		Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas - No Município de Manaus - AM									60 000	
				F	4	2	90	0	100			60 000	
04 122	2101 14US		Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba									60 000	
04 122	2101 14US 1436		Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba - No Município de João Pessoa - PB									60 000	
				F	4	2	90	0	100			60 000	
04 122	2101 14UT		Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte									676 306	
04 122	2101 14UT 1262		Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte - No Município de Natal - RN									676 306	
				F	4	2	90	0	100			676 306	
04 122	2101 14UU		Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí									240 000	
04 122	2101 14UU 0981		Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí - No Município de Teresina - PI									240 000	
				F	4	2	90	0	100			240 000	
04 122	2101 156S		Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Tocantins									15 000	
04 122	2101 156S 0542		Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Tocantins - No Município de Palmas - TO									15 000	
				F	4	2	90	0	100			15 000	
04 122	2101 156T		Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Espírito Santo									60 000	
04 122	2101 156T 3273		Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Espírito Santo - No Município de Vitória - ES									60 000	
				F	4	2	90	0	100			60 000	
TOTAL - FISCAL												4 156 675	
TOTAL - SEGURIDADE												0	
TOTAL - GERAL												4 156 675	

#### DECRETO DE 20 DE AGOSTO DE 2015

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades e das Secretarias de Aviação Civil e de Portos, crédito suplementar no valor de R\$ 1.201.641.285,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso I, alínea "a", inciso II e inciso XVII, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

#### D E C R E T A

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Secretarias de Aviação Civil e de Portos, crédito suplementar no valor de R\$ 1.201.641.285,00 (um bilhão, duzentos e um milhões, seiscentos e quarenta e um mil, duzentos e oitenta e cinco reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de agosto de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF  
Nelson Barbosa

ÓRGÃO 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes

- DNIT

ANEXO I

		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR	
		PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E				
2072	Transporte Ferroviário											2 570 000	
	Projetos												
26 783	2072 11H1		Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - EF-222/RJ									2 570 000	
26 783	2072 11H1 3281		Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - EF-222/RJ - No Município de Barra Mansa - RJ									2 570 000	
				F	4	3	90	0	100			2 570 000	
2073	Transporte Hidroviário											890 000	
	Projetos												
26 784	2073 127G		Construção de Terminais Fluviais na Região Norte									890 000	
26 784	2073 127G 0190		Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Carauri - AM									402 000	
				F	4	3	90	0	100			402 000	
26 784	2073 127G 0203		Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Itamarati - AM									488 000	
				F	4	3	90	0	100			488 000	
2075	Transporte Rodoviário											1 066 626 214	
	Atividades												
26 782	2075 20V1		Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Centro-Oeste									133 780 000	
26 782	2075 20V1 0051		Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Centro-Oeste - No Estado de Mato Grosso									133 780 000	
				F	4	3	90	0	100			133 780 000	
26 782	2075 20VJ		Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste									178 139 615	
26 782	2075 20VJ 0026		Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste - No Estado de Pernambuco									65 650 000	
				F	4	3	90	0	100			65 650 000	
26 782	2075 20VJ 0028		Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste - No Estado de Sergipe									12 489 615	
				F	4	3	90	0	100			12 489 615	
26 782	2075 20VJ 0029		Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste - No Estado da Bahia									100 000 000	
				F	4	3	90	0	100			100 000 000	
26 782	2075 20VK		Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte									165 718 056	
26 782	2075 20VK 0013		Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte - No Estado do Amazonas									62 551 418	
				F	4	3	90	0	100			62 551 418	
26 782	2075 20VK 0015		Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte - No Estado do Pará									85 000 000	
				F	4	3	90	0	100			85 000 000	
26 782	2075 20VK 0017		Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte - No Estado do Tocantins									18 166 638	
				F	4	3	90	0	100			18 166 638	
26 782	2075 20VL		Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sudeste									74 800 000	
26 782	2075 20VL 0031		Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sudeste - No Estado de Minas Gerais									74 800 000	
				F	4	3	90	0	100			74 800 000	
26 782	2075 20VM		Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sul									205 229 000	
26 782	2075 20VM 0041		Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sul - No Estado do Paraná									61 000 000	
				F	4	3	90	0	100			61 000 000	
26 782	2075 20VM 0042		Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sul - No Estado de Santa Catarina									81 779 000	
				F	4	3	90	0	100			81 779 000	
26 782	2075 20VM 0043		Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sul - No Estado do Rio Grande do Sul									62 450 000	
				F	4	3	90	0	100			62 450 000	
	Projetos												
26 782	2075 10JQ		Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC									20 000 000	
26 782	2075 10JQ 0042		Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC - No Estado de Santa Catarina									20 000 000	
				F	4	3	90	0	100			20 000 000	
26 782	2075 10M9		Adequação de Trecho Rodoviário - Tabal - Estrela - na BR-386/RS									16 000 000	
26 782	2075 10M9 0043		Adequação de Trecho Rodoviário - Tabal - Estrela - na BR-386/RS - No Estado do Rio Grande do Sul									16 000 000	
				F	4	3	90	0	100			16 000 000	
26 782	2075 11ZC		Adequação de Travessia Urbana em Uberaba - na BR-262/MG									15 000 000	
26 782	2075 11ZC 3165		Adequação de Travessia Urbana em Uberaba - na BR-262/MG - No Município de Uberaba - MG									15 000 000	
				F	4	3	90	0	100			15 000 000	
26 782	2075 127H		Adequação de Trecho Rodoviário - Estiva - Entroncamento BR-402/MA (Bacabeira) - na BR-135/MA									55 000 000	
26 782	2075 127H 0021		Adequação de Trecho Rodoviário - Estiva - Entroncamento BR-402/MA (Bacabeira) - na BR-135/MA - No Estado do Maranhão									55 000 000	
				F	4	3	90	0	100			55 000 000	
26 782	2075 13NC		Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - Paraisópolis - na BR-282/SC									7 171 000	
26 782	2075 13NC 0042		Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - Paraisópolis - na BR-282/SC - No Estado de Santa Catarina									7 171 000	
				F	4	3	90	0	100			7 171 000	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015082100011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

## ANEXO 4

Informação SOF/TSE nº 1/2016

**Formulário para Solicitar Alteração da Previsão das Receitas Orçamentárias**

(Art. 43, §§ 1º, inciso II, e 3º da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, e art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

1. Órgão: JUSTIÇA ELEITORAL

2. Unidade: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

3. Fonte de Recursos (Código/Descrição): Grupo Fonte 50 - Fonte 150 / Receitas não financeiras

4. Natureza de Receita (Código/Descrição): 416000000 / Receita de Serviços - Realização de Concurso Público

5. Valor da Receita Consignado na LOA:

6. PREVISÃO de Arrecadação de Receita: R\$ 80.000,00

MESES	EXERCÍCIO CORRENTE		PRÓXIMO EXERCÍCIO
	VALORES ARRECADADOS NO EXERCÍCIO	REESTIMATIVA DE RECEITA PARA O EXERCÍCIO	PREVISÃO DE ARRECAÇÃO
Janeiro			
Fevereiro			
Março			
Abril			
Maio			R\$ 80.000,00
Junho			
Julho			
Agosto			
Setembro			
Outubro			
Novembro			
Dezembro			
TOTAL			R\$ 80.000,00

7. Metodologia da Previsão de Receita:

Realização de concurso público para preenchimento de 1 vaga e cadastro de reserva para o cargo existente no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina de Analista Judiciário - Especialidade Arquitetura, com a previsão de inscrição de 800 candidatos e o valor de inscrição por candidato de R\$ 100,00 (cem reais), totalizando, assim, o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

8. Memória de Cálculo:

800 candidatos Inscritos x R\$ 100,00 (valor da taxa de inscrição) = R\$ 80.000,00

9. Justificativa para Solicitar a Alteração da Previsão:

Não há.

10. Nome do Responsável: ROBERTO ANDRÉ RAUPP

11. CPF Nº: 028.354.409-09

12 - Assinatura:





TRESC  
Fl. \_\_\_\_\_

## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### RESOLUÇÃO N. 7.923/2015

Autoriza a realização de concurso público para o preenchimento do cargo vago de Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado, Especialidade Arquitetura, do quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 96, inciso I, alínea *b*, da Constituição Federal, e pelo art. 21, inciso III, c/c o inciso IX de seu Regimento Interno (Resolução TRESC n. 7.847, de 12.12.2011),

– considerando a vaga existente para o cargo efetivo de Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado, Especialidade Arquitetura, transformado consoante deliberação do Conselho de Gestão Estratégica e de Integração da Justiça Eleitoral de Santa Catarina (CGEI), na reunião realizada em 26.11.2014 (Procedimento Administrativo SGP n. 56.412/2014); e

– considerando a decisão proferida pela Corte nos autos da Instrução n. 9-62.2015.6.24.0000 (Procedimento Administrativo SGP n. 115.598/2014),

### RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a realização de concurso público para o preenchimento do cargo vago de Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado, Especialidade Arquitetura, do quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Art. 2º O concurso público será regulamentado por edital aprovado pela Presidência deste Tribunal a quem competirá também a homologação de seu resultado.

Art. 3º Ao titular da Direção-Geral caberá propor as diretrizes do certame a serem definidas pelo Conselho de Gestão Estratégica e de Integração da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, nos termos do disposto no art. 4º, inciso IX, da Resolução TRESC n. 7.876, de 06.03.2013.

Art. 4º Os atos necessários à realização do concurso público serão de competência do titular da Direção-Geral.



TRESC

Fl. \_\_\_\_\_

## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

(fl. 2 da Resolução TRESC n. 7.923/2015)

Art. 5º Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pela Presidência deste Tribunal.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no *Diário da Justiça Eleitoral de Santa Catarina (DJESC)*, sem prejuízo de sua publicação no *Boletim Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (BITRESC)*.

SALA DE SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, em Florianópolis, 26 de janeiro de 2015.

Juiz VANDERLEI ROMER  
Presidente

Juiz SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ

Juiz CARLOS VICENTE DA ROSA GÓES

Juiz HÉLIO DO VALLE PEREIRA

Juiz VILSON FONTANA

Juíza BÁRBARA LEBARBENCHON MOURA THOMASELLI

Juiz ALCIDES VETTORAZZI

Dr. ANDRÉ STEFANI BERTUOL  
Procurador Regional Eleitoral





TRESC

Fl. \_\_\_\_\_

## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### EXTRATO DE ATA

**INSTRUÇÃO Nº 9-62.2015.6.24.0000 - INSTRUÇÃO - MINUTA DE RESOLUÇÃO -  
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SGP N. 115598/2014 - CONCURSO PÚBLICO -  
REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL  
REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA - CARGO DE ANALISTA JUDICIÁRIO -  
ESPECIALIDADE ARQUITETURA**

**RELATOR: JUIZ VANDERLEI ROMER**

**INTERESSADO(S): SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PRESIDENTE DA SESSÃO: JUIZ VANDERLEI ROMER**

**PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL: ANDRÉ STEFANI BERTUOL**

Decisão: à unanimidade, autorizar a realização de concurso público para o preenchimento do cargo vago de Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado, Especialidade Arquitetura, do quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Foi assinada a Resolução n. 7923. Presentes os Juízes Vanderlei Romer, Sérgio Roberto Baasch Luz, Carlos Vicente da Rosa Góes, Hélio do Valle Pereira, Vilson Fontana, Bárbara Lebarbanchon Moura Thomaselli e Alcides Vettorazzi.

SESSÃO DE 26.01.2015.

### REMESSA

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2015 faço a remessa destes autos para a Coordenadoria de Registro e Informações e Processuais - CRIP. Eu, \_\_\_\_\_, Coordenador de Sessões, lavrei o presente termo.

### RECEBIMENTO

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2015 foram-me entregues estes autos. Eu, \_\_\_\_\_, Coordenadora de Registro e Informações Processuais, lavrei o presente termo.







PREGÃO N. 073/2015

ANEXO II

PLANILHA DE CUSTOS\*

\* Valor expresso em Real (R\$).

ITEM	DESCRIÇÃO	CUSTO ESTIMADO
1	Concurso Público – até 300 inscrições válidas*	84.886,67

\* Valor das inscrições válidas excedentes: valor proposto / 300 x 50%.

☐ Planilha elaborada em 22 de abril de 2015.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO**  
**COORDENADORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**

Base de cálculo para solicitação do crédito adicional para a realização do concurso público para a vaga de Arquiteto.

Arrecadação prevista		
Expectativa de candidatos	Taxa de inscrição	Total previsto
800	100,00	80.000,00

Arrecadação realizada		
Candidatos inscritos	Taxa de inscrição	Total realizado
724	100,00	72.400,00

Valor contratado		
Empresa	Contrato	Valor
AVR Assessoria Técnica Ltda.	070/2015	30.300,00

Obs. Valor contratado para havendo até 300 inscrições, sendo que será pago R\$ 50,50 por inscrição adicional.

**Formulário para Solicitar Alteração da Previsão das Receitas Orçamentárias**

(Art. 43, §§ 1º, inciso II, e 3º da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, e art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

1. Órgão: 14117 TRE-PE

2. Unidade: 70010

3. Fonte de Recursos (Código/Descrição): 150

4. Natureza de Receita (Código/Descrição):

5. Valor da Receita Consignado na LOA:

6. PREVISÃO de Arrecadação de Receita:

MESES	EXERCÍCIO CORRENTE		PRÓXIMO EXERCÍCIO
	VALORES ARRECADADOS NO EXERCÍCIO	REESTIMATIVA DE RECEITA PARA O EXERCÍCIO	PREVISÃO DE ARRECADÇÃO
Janeiro			
Fevereiro			
Março			
Abril			
Maio			
Junho			
Julho	187.500,00		
Agosto			
Setembro			
Outubro			
Novembro			
Dezembro			
TOTAL			

7. Metodologia da Previsão de Receita:

Para 2015, faz-se necessária a realização de concurso público, ainda este ano, para provimento de cargos vagos e formação de cadastro reserva de Técnico Judiciário - Área de Apoio Especializado - Especialidade Programação de Sistemas, bem como de vaga decorrente de transformação a ser feita posteriormente para o cargo de Técnico Judiciário - Área de Apoio Especializado - Especialidade Operação de Computadores em face da inexistência de concurso vigente para tais cargos, cuja necessidade de repor tais cargos se faz premente a fim de que tenhamos tais profissionais para realizar as atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação objetivando não apenas atender às demandas atuais, notadamente aquelas que envolvem recadastramento biométrico, mas também visando às eleições 2016.

8. Memória de Cálculo:

(Concurso 2015)  $2.500 \times R\$ 75,00 = R\$ 187.500,00$  (estimativa de inscritos  $\times$  valor médio da taxa de inscrição = total a ser pago à empresa organizadora do concurso);

9. Justificativa para Solicitar a Alteração da Previsão:

10. Nome do Responsável:

CPF Nº: 618291294-49

12 - Assinatura:



PORTARIA Nº 202

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições legais,

RESOLVE

a) designar os servidores ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO, MANOEL ACÁCIO LEITE NETO, JOSÉ MIAJA GUIMARÃES FILHO, ÉRICA LEAL SOARES DA SILVA BARROS e MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO CAPELLA para constituírem, sob a presidência do primeiro, a Comissão Organizadora do Concurso Público para o preenchimento de cargos de provimento efetivo do quadro permanente deste Tribunal não contemplados no Concurso Público 2011;

b) a comissão organizadora participará do planejamento, coordenação, supervisão e acompanhará as atividades inerentes ao certame, cessando sua atuação com a homologação do resultado final;

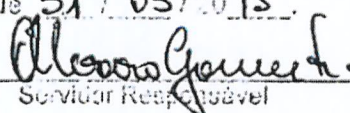
c) revogar a Portaria n.º 345, publicada no DJE de 03.06.2013 e demais alterações posteriores;

d) validar os efeitos desta Portaria a partir da data de sua publicação.

Recife, 24 de março de 2015.

FAUSTO CAMPOS  
Desembargador Presidente

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - PE SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
PUBLICADO NA FOLHA 02 - do DJE do TRE-PE Nº 060 -
de 30 / 03 / 2015.
 Servidor Responsável

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - PE SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
PUBLICADO NA FOLHA 72 - do DOV, Seção II Nº 61 -
de 31 / 03 / 2015.
 Servidor Responsável



Poder Judiciário

## Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

### QUADRO B

Com a finalidade de estimar a quantidade de inscritos, a Comissão pesquisou concursos para os cargos de Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidades de Operação de Computadores e Programação de Sistemas, admitindo, por similaridade, o cargo de Técnico Judiciário – Apoio Especializado – Tecnologia da Informação. Sendo assim, chegamos ao seguinte quadro:

Sequencial	Órgão	Organizadora	Cargo	Vagas	Inscritos
1	Tribunal Regional do Trabalho – 1ª Região	Fundação Carlos Chagas	Técnico Judiciário – Apoio Especializado – Tecnologia da Informação	02	1.320
2	Tribunal Regional do Trabalho – 12ª Região	Fundação Carlos Chagas	Técnico Judiciário – Apoio Especializado – Tecnologia da Informação	01	492
3	Tribunal Regional do Trabalho – 13ª Região	Fundação Carlos Chagas	Técnico Judiciário – Apoio Especializado – Tecnologia da Informação	15	2.568
4	Tribunal Regional do Trabalho – 15ª Região	Fundação Carlos Chagas	Técnico Judiciário – Apoio Especializado – Tecnologia da Informação	02	472
5	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	Fundação Carlos Chagas	Técnico Judiciário – Apoio Especializado – Programação de Sistemas	04	604
6	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	Fundação Carlos Chagas	Técnico Judiciário – Apoio Especializado – Operação de Computadores	05	1.692



Sequencial	Órgão	Organizadora	Cargo	Vagas	Inscritos
7	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	Fundação Carlos Chagas	Técnico Judiciário – Apoio Especializado – Programação de Sistemas	*	511
8	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	Fundação Carlos Chagas	Técnico Judiciário – Apoio Especializado – Programação de Sistemas	01	388
9	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	Fundação Carlos Chagas	Técnico Judiciário – Apoio Especializado – Operação de Computadores	08	1.828
10	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	Fundação Carlos Chagas	Técnico Judiciário – Apoio Especializado – Programação de Sistemas	03	502'
11	Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	CESPE/UNB	Técnico Judiciário – Apoio Especializado – Programação de Sistemas	01	469
12	Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	CESPE/UNB	Técnico Judiciário – Apoio Especializado – Programação de Sistemas	01	199

**\*Cadastro de Reserva**

Tomando por base os concursos relacionados na tabela anterior, desconsideramos da estimativa de inscritos, os processos correspondentes às linhas 2, 3, 4 e 12, e realizamos o cálculo da média aritmética de candidatos dos demais concursos indicados, chegando aos seguintes valores:

Estimativa de inscritos por cargo	
Operação de Computadores	1.613
Programação de Sistemas	495
<b>Total de inscritos estimado</b>	<b>2.108</b>



## QUADRO C

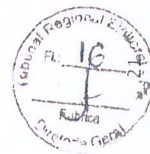
Observando a tabela de potenciais fornecedores indicada no Quadro A, a Comissão efetuou consulta a cada uma das empresas relacionadas, e obteve o seguinte retorno:

Empresa consultada	Valor ou status do retorno
VUNESP	R\$ 200,00 por candidato (até 1.000 inscritos) R\$ 157,60 por candidato (entre 1.001 e 1.500 inscritos) R\$ 99,50 por candidato (entre 1.501 e 2.000 inscritos) R\$ 74,70 por candidato (acima de 2.000 inscritos)
Fundação Carlos Chagas	R\$ 242.478,00 (até 800 inscritos)
ESAF	R\$ 86,80 adicional por candidato que exceder o quantitativo acima Não encaminhou proposta e informou que não participará do certame.
CESPE	R\$ 215.094,00 (até 1.000 inscritos) R\$ 215.094,00 + R\$ 55,00 por candidato (entre 1.001 e 1.500 inscritos) R\$ 242.594,07 + R\$ 54,00 por candidato (entre 1.501 e 2.000 inscritos) R\$ 269.594,07 + R\$ 53,00 por candidato (acima de 2.000 inscritos)
FUNCAB	R\$ 92,50 por candidato (até 2.000 inscritos) R\$ 90,00 por candidato (acima de 2.000 inscritos)
Fundação Getúlio Vargas	Não encaminhou proposta e informou que não participará do certame.
CONSULPLAN/IDECAN	R\$ 49,90 por candidato (até 1.000 inscritos) R\$ 46,70 por candidato (entre 1.001 e 1.500 inscritos) R\$ 44,50 por candidato (entre 1.501 e 2.000 inscritos) R\$ 42,30 por candidato (acima de 2.000 inscritos)
FADE/UFPE	Não encaminhou proposta.
CESGRANRIO	Não encaminhou proposta.
NCE/UFRJ	Não encaminhou proposta.



Observando os valores na tabela anterior, a Comissão descartou a proposta da empresa CONSULPLAN/IDECAN, por considerar que o valor proposto apresentou uma discrepância significativa, representando uma diferença de mais de 200% relativamente à média das demais empresas, o que representaria, potencialmente, riscos quanto à exequibilidade do certame.

Sendo assim, Levando-se em consideração o total de 2.108 inscritos, e os valores encaminhados pelas empresas organizadoras, a Comissão calculou o valor médio, utilizando as tabelas a seguir, onde relacionamos tanto os valores informados por faixa de inscritos, quanto o total previsto para cada uma das empresas:



QUADRO D

Faixas	VUNESP		FCC		FUNCAB		CESPE	
	Fixo	Por candidato*	Fixo	Por candidato*	Fixo	Por candidato*	Fixo	Por candidato*
Valor base da contratação	-	-	-	-	-	-	-	-
1 Até 800 candidatos	-	R\$ 200,00	R\$ 242.478,00	-	-	R\$ 92,50	R\$ 215.094,00	-
2 Até 1000 candidatos	-	R\$ 200,00	R\$ 242.478,00	R\$ 86,80	-	R\$ 92,50	R\$ 215.094,00	-
3 Entre 1001 e 1500 candidatos	-	R\$ 157,60	R\$ 242.478,00	R\$ 86,80	-	R\$ 92,50	R\$ 215.094,00	R\$ 55,00
4 Entre 1501 e 2000 candidatos	-	R\$ 99,50	R\$ 242.478,00	R\$ 86,80	-	R\$ 92,50	R\$ 242.594,07	R\$ 54,00
5 Acima de 2000 candidatos	-	R\$ 74,70	R\$ 242.478,00	R\$ 86,80	-	R\$ 90,00	R\$ 269.594,07	R\$ 53,00

\* Valor por candidato excedente à faixa anterior

Faixas	Candidatos estimados	VUNESP		FCC		FUNCAB		CESPE*
1	800	R\$ 160.000,00	R\$ 242.478,00	R\$ 242.478,00	R\$ 74.000,00	R\$ 215.094,00		
2	200	R\$ 40.000,00	R\$ 17.360,00	R\$ 17.360,00	R\$ 18.500,00	R\$ 215.094,00		
3	500	R\$ 78.800,00	R\$ 43.400,00	R\$ 43.400,00	R\$ 46.250,00	R\$ 27.500,00		
4	500	R\$ 49.750,00	R\$ 43.400,00	R\$ 43.400,00	R\$ 46.250,00	R\$ 54.500,07		
5	108	R\$ 8.067,60	R\$ 9.374,40	R\$ 9.374,40	R\$ 9.720,00	R\$ 32.724,00		
Totais		R\$ 336.617,60	R\$ 356.012,40	R\$ 356.012,40	R\$ 194.720,00	R\$ 329.818,07		

\* Para o cálculo do valor total referente ao CESPE, o somatório no quadro acima desconsiderou a faixa 1, visto que a referida organizadora estabeleceu que o preço é o fixo até o quantitativo de 1.000 inscritos.

A partir dos valores estimados para cada organizadora, calculamos a média aritmética com base nas propostas da VUNESP, Fundação Carlos Chagas – FCC, FUNCAB e CESPE. Daí temos:

$$(R\$ 336.617,60 + 356.012,40 + R\$ 194.720,00 + R\$ 329.818,07) / 4 = R\$ 304.292,02 \text{ (valor médio estimado para a contratação).}$$



**Formulário para Solicitar Alteração da Previsão das Receitas Orçamentárias**

(Art. 43, §§ 1º, inciso II, e 3º da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, e art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

1. Órgão: 14000 - Justiça Eleitoral

2. Unidade: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

3. Fonte de Recursos (Código/Descrição): 150

4. Natureza de Receita (Código/Descrição): Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - 339039

5. Valor da Receita Consignado na LOA: R\$ 2.930.912,05

6. PREVISÃO de Arrecadação de Receita:

MESES	EXERCÍCIO CORRENTE		PRÓXIMO EXERCÍCIO
	VALORES ARRECADADOS NO EXERCÍCIO	REESTIMATIVA DE RECEITA PARA O EXERCÍCIO	PREVISÃO DE ARRECAÇÃO
Janeiro			
Fevereiro			
Março			
Abril			
Maio			
Junho			
Julho			
Agosto			
Setembro		1.897.715,52	
Outubro		2.846.573,28	
Novembro			
Dezembro			
<b>TOTAL</b>		<b>4.744.288,80</b>	

7. Metodologia da Previsão de Receita:

A metodologia da previsão de receita foi realizada tomando-se por referência:

Quantidade de inscritos: média da quantidade de inscritos nos concursos do Judiciário Federal: TRE-MG/2014; TRE-GO/2014 e TRT23/2011 com margem de segurança de 20%.

Quantidade de isentos: Isentos do último concurso do TRE/MT, com margem de segurança.

Previsão de inscritos nos cargos de analista e técnico: média da quantidade de inscritos nos concursos do Judiciário Federal do Estado de Mato Grosso: TRT23/2011/TRF1ª Região/2011/TRE/MT 2009.

Valor da inscrição - Valor médio das inscrições de concursos realizados por os órgãos do Poder Judiciário da União em 2015.

Valor estimativo de arrecadação - Tendo como base a previsão de arrecadação de analistas e técnicos judiciários, e acrescido a margem de segurança de 10%, estimamos o total de arrecadação de R\$ 4.744.288,80.

8. Memória de Cálculo:

Concurso Público 2015

Quantidade de Inscritos

Quantidade de Inscritos concurso TRE-MG 62.031

Quantidade de Inscritos concurso TRE-GO 44.113

Quantidade de Inscritos concurso TRT-23 40.870

Média de Inscritos 49.004,67

Margem de segurança (20%) 9.800,93

Previsão de inscrições 58.805,60

Quantidade de Inscrições Isentas

Previsão de Inscrições 58.805,60

Percentual de Isenções (7%) 4.116,39

Previsão total de Inscrições (pagantes) 54.689,21

Quantidades de Analistas e Técnicos

Previsão total de inscrições 54.689,21

Previsão de Analistas Judiciários (45%) 24.610,14

Previsão de Técnicos Judiciários (55%) 30.079,06

Valor da Inscrição

Valor Médio de inscrições Analista (2015) 95,00

Valor Médio de inscrições Técnico (2015) 80,00

Valor estimativo de arrecadação

Arrecadação de Inscrições de Analistas 2.337.963,64

Arrecadação de Inscrições de Técnicos 2.406.325,15

Total de Arrecadação com Inscrições 4.744.288,79

Estimativa de Datas de Arrecadação

Arrecadação em Setembro/2015 1.897.715,52

Arrecadação em Outubro/2015 2.846.573,28

9. Justificativa para Solicitar a Alteração da Previsão:

Os trabalhos da comissão de concurso estão em andamento e o Edital ainda não foi publicado. Reestimativa de receita para os meses de setembro e outubro/2015, conforme informação da Sra. Secretária de Gestão de Pessoas, levando-se em consideração concursos mais recentes realizados pelo Poder Judiciário da União.

10. Nome do Responsável: Zeneide Andrade de Alencar

11. CPF Nº: 294262271-72

12 - Assinatura:



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

### RESOLUÇÃO Nº 1575/2014

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 18, inciso IV do seu Regimento Interno e considerando as informações constantes no Processo Administrativo nº 1445-53.2014.6.11.0000 - Classe PA - SADP nº 35.711/2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a realização de concurso público para provimento de cargos vagos existentes no seu quadro de servidores efetivos.

Art. 2º Aprovar os nomes indicados pelo Exmo. Sr. Dr. Desembargador Presidente para compor a Comissão Organizadora do concurso:

Presidente: Servidor Valmir Nascimento Milomen Santos  
Membros: Servidora Carolina Andrade Ferreira Vaz  
Servidora Grace Cristiane Carvalho Nunes Gasparoto  
Servidor Rodrigo Rodrigues de Araújo  
Servidora Zeneide Andrade de Alencar

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2014.

Desembargador **JUVENAL PEREIRA DA SILVA**

Presidente

Desembargadora **MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS**

Vice - Presidente





Dr. **PEDRO FRANCISCO DA SILVA**

Juiz – Membro



Dr. **AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR**

Juiz – Membro



Dr.ª **ANA CRISTINA SILVA MENDES**

Juíza – Membro



Dr. **FLÁVIO ALEXANDRE MARTINS BERTIN**

Juiz – Membro



Dr. **RICARDO GOMES DE ALMEIDA**

Juiz – Membro



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

**PROCESSO:** 144553/2014 – PA

**RELATOR:** Des. Juvenal Pereira da Silva

### RELATÓRIO

#### **Des. Juvenal Pereira da Silva (Relator)**

Egrégio Plenário,

Trata-se de Processo Administrativo sobre a existência de cargos vagos no quadro de pessoal deste Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, impulsionado pelo Ofício nº 1744/2014 da Exma. Sra. Dra. Desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, Corregedora Regional Eleitoral (fls. 03/05), e a consequente realização de concurso público para preenchimento daqueles cargos.

Consta nos autos a Res. TSE nº 23.391/2013 (fls. 105/120 e fls. 530/539), que estabelece as normas gerais para a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos dos quadros de pessoal da Justiça Eleitoral.

Trago o presente procedimento administrativo à apreciação plenária em razão do disposto no artigo 18, inciso IV do Regimento Interno da Corte:

"Art. 18. Compete ao Plenário do Tribunal, ainda, as seguintes atribuições administrativas e disciplinares:

(...).

IV - autorizar a realização de concurso público para provimento dos cargos de seu quadro de servidores efetivos, aprovar os nomes indicados pelo Presidente para compor a comissão organizadora e homologar os resultados;"

Às fls. 548/549 consta a informação sobre a existência de cargos vagos nas referências ANALISTA JUDICIÁRIO-ÁREA JUDICIÁRIA (04), TÉCNICO JUDICIÁRIO-ÁREA ADMINISTRATIVA (02) e TÉCNICO JUDICIÁRIO-APOIO ESPECIALIZADO: PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS (03), posição em 06/11/2014.

Submeto à análise a composição da Comissão Organizadora do concurso público:

PRESIDENTE:

Servidor Valmir Nascimento Milomén Santos.

MEMBROS:

Servidora Carolina Andrade Ferreira Vaz.

Servidora Grace Cristiane Carvalho Nunes Gasparoto.

Servidor Rodrigo Rodrigues de Araújo.

Servidora Zeneide Andrade de Alencar.

É o relato necessário.

### VOTO

#### **Des. Juvenal Pereira da Silva (Relator)**

Em razão de todo o exposto, pondero que este Egrégio Plenário, neste momento, autorize a realização de concurso público para provimento de cargos do quadro de servidores efetivos do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, bem como aprove os nomes ora indicados para compor a Comissão Organizadora do certame.

Expeça-se a resolução.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO**

---

Publique-se.

É o voto.

**Des. Maria Helena Gargaglione Póvoas; Dr. Pedro Francisco da Silva; Dr. Agamenon Alcântara Moreno Júnior; Dra. Ana Cristina Silva Mendes; Dr. Flávio Alexandre Martins Bertin; Ricardo Gomes de Almeida.**

TODOS: de acordo.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

Av. Historador Rubens de Mendonça, nº 4.750, Cuiabá MT  
Tel.: (65) 3362-8000 – Fax.: 3362 8150 – CNPJ: 05.901.308/0001-21

Ofício nº 103/2016-GAB/SGP

Cuiabá-MT, 15 de junho de 2016.

A Sua Senhoria o Senhor  
**EDUARDO BECHARA**  
Secretário da SOF - TSE  
Brasília-MT

**Assunto:** Justificativa para aumento da previsão orçamentária – Concurso TRE/MT - 2015

**Senhor Secretário,**

Em atendimento à v. solicitação, informo que, a par dos documentos desta unidade de gestão de pessoas, a alteração da previsão de receitas orçamentárias deste Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, no ano de 2015, referente a realização do Concurso Público, de **R\$ 2.930.912,05** para **R\$ 4.744.288,80**, ocorreu em virtude da alteração da metodologia empregada na previsão de receita, considerando-se a arrecadação dos valores das inscrições dos cargos de analista judiciário e técnico judiciário, tendo como base os concursos do Judiciário Federal (TRE-MG/2014, TRE-GO/2014, TRT23/2011) e os concursos realizados no Estado de Mato Grosso (TRT23/2011, TRF1/2011 e TRE/MT/2009). Além disso, tendo em vista tratar-se de contrato de risco, o valor previsto foi majorado a fim de possibilitar negociação com as eventuais instituições promotoras do certame, visto que o total a ser repassado estaria limitado à previsão orçamentária.

Atenciosamente,

**VALMIR NASCIMENTO MILOMEM SANTOS**  
Secretário de Gestão de Pessoas



**Formulário para Solicitar Alteração da Previsão das Receitas Orçamentárias**

(Art. 43, §§ 1º, inciso II, e 3º da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, e art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

1. Órgão: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
2. Unidade: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
3. Fonte de Recursos (Código/Descrição): 150 - Recursos financeiros Diretam. Arrecadados
4. Natureza de Receita (Código/Descrição):
5. Valor da Receita Consignado na LOA: Não houve valor consignado na LOA no presente exercício.
6. PREVISÃO de Arrecadação de Receita:

MESES	EXERCÍCIO CORRENTE		PRÓXIMO EXERCÍCIO
	VALORES ARRECADADOS NO EXERCÍCIO	REESTIMATIVA DE RECEITA PARA O EXERCÍCIO	PREVISÃO DE ARRECAÇÃO
Janeiro			
Fevereiro			
Março			
Abril			1.000.000,00
Maio			1.063.025,00
Junho			
Julho			
Agosto			
Setembro			
Outubro			
Novembro		1.000.000,00	
Dezembro		1.063.025,00	
TOTAL			

**7. Metodologia da Previsão de Receita:**

Cálculo da receita de concurso foi efetuado com parâmetros do número provável de inscritos e o valor de inscrição, conforme detalhado na memória de cálculo.

**8. Memória de Cálculo:**

Analistas > Administração sem especialidade: 3.500 inscritos x R\$ 85,00 = 297.500,00 - Cadastro de Reserva/Contabilidade: 390 inscritos x R\$ 85,00 = R\$ 33.150,00 - cadastro de Reserva/Análise de Sistema - 900 x R\$ 85,00 = R\$ 76.500,00 - Cadastro de Reserva/Arquivologia - 90 inscritos x R\$ 85,00 = R\$ 7.650,00 - Cadastro de Reserva/Biblioteconomia - 150 inscritos x R\$ 85,00 = R\$ 12.750,00 - Cadastro de Reserva/Engenharia Civil - 180 inscritos x R\$ 85,00 = R\$ 15.300,00 - Cadastro de Reserva/Estatística - 30 inscritos x R\$ 85,00 = R\$ 2.550,00 - 01 vaga/Medicina - 130 inscritos x R\$ 85,00 = 11.050,00 - Cadastro de Reserva/odontologia - 300 inscritos x R\$ 85,00 = R\$ 25.500,00 - Cadastro de reserva/Psicologia - 355 inscritos x R\$ 85,00 = R\$ 30.175,00 - Cadastro de reserva/Relações Públicas - 80 inscritos x R\$ 85,00 = R\$ 6.800,00 - Cadastro de reserva/Judiciária sem especialidade - 4900 inscritos x R\$ 85,00 = R\$ 416.500,00 - Cadastro de reserva/Taquigrafia - 390 inscritos x R\$ 85,00 = R\$ 33.150,00. TOTAL: R\$ 968.575,00

Técnico > Administrativo sem especialidade - 12.000 inscritos x R\$ 70,00 = R\$ 840.000 - Cadastro de reserva/Contabilidade - 560 inscritos x R\$ 70,00 = R\$ 39.200,00 - Cadastro de Reserva/Edificações: 240 inscritos x R\$ 70,00 = R\$ 16.800,00 - Cadastro de Reserva/Enfermagem: 700 inscritos x R\$ 70,00 = R\$ 49.000,00 - Cadastro de reserva/Operação de computador: 605 inscritos x R\$ 70,00 = R\$ 42.350,00 - Cadastro de Reserva/Programação de Sistemas: 469 inscritos x R\$ 70,00 = R\$ 32.830,00 - Cadastro de Reserva/Taquigrafia: 140 inscritos x R\$ 70,00 = R\$ 9.800,00 - Cadastro de reserva/Digitação - Cadastro de reserva/Agente de segurança: 921 inscritos x R\$ 70,00 = R\$ 64.470,00. TOTAL: R\$ 1.094.450,00

**9. Justificativa para Solicitar a Alteração da Previsão:**

Justifica-se a inserção da previsão de recursos arrecadados no final do corrente exercício em razão dos procedimentos relacionados a Redistribuição obrigatória e caso não seja possível o aporte para este ano, fica provisionado para o início do ano de 2016 esta receita, tendo em vista que haverá expirado o prazo de validade de último concurso em julho de 2015.

**10. Nome do Responsável: Alvimar Dias do Nascimento**

11. CPF Nº: 054.382.107-21

12 - Assinatura:





**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo  
Secretaria de Administração e Orçamento

Ofício SAO TRE/ES nº 29/2016

Vitória, 15 de junho de 2016

A Sua Senhoria,  
**SR. EDUARDO DEMÉTRIO BECHARA**  
Secretário de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Tribunal Superior Eleitoral

**Assunto: Crédito Adicional - Concurso Público 2015**

Senhor Secretário,

Foi consignado ao TRE-ES, na Lei Orçamentária de 2015, um crédito no valor de R\$ 1.828.225,00 (um milhão, oitocentos e vinte e oito mil, duzentos e vinte e cinco reais), para realização de concurso público. Ocorre que o cálculo daquele valor foi efetuado em abril de 2014 e, como o concurso seria realizado somente no segundo semestre de 2015, foi necessário efetuar uma reestimativa de receita, para revisão dos valores orçados, que alcançou o valor de R\$ 2.063.025,00 (dois milhões, sessenta e três mil, vinte e cinco reais).

Assim, foi necessário solicitar uma suplementação de crédito de R\$ 234.800,00 (duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos reais).

Segue anexo o formulário de reestimativa de receitas enviado a essa SOF/TSE, em 06/03/2015, para embasar a solicitação do crédito adicional de R\$ 234.800,00 (duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos reais).

Atenciosamente,

**JOSÉ ADRIANI BRUNELLI DESTEFFANI**  
Secretário de Administração e Orçamento  
TRE/ES



**Formulário para Solicitar Alteração da Previsão das Receitas Orçamentárias**

(Art. 43, §§ 1º, inciso II, e 3º da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, e art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

1. Órgão: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
2. Unidade: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
3. Fonte de Recursos (Código/Descrição): 150 - Recursos financeiros Diretam. Arrecadados
4. Natureza de Receita (Código/Descrição):
5. Valor da Receita Consignado na LOA: Não houve valor consignado na LOA no presente exercício.
6. PREVISÃO de Arrecadação de Receita:

MESES	EXERCÍCIO CORRENTE		PRÓXIMO EXERCÍCIO
	VALORES ARRECADADOS NO EXERCÍCIO	REESTIMATIVA DE RECEITA PARA O EXERCÍCIO	PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO
Janeiro			
Fevereiro			
Março			
Abril			1.000.000,00
Maio			1.063.025,00
Junho			
Julho			
Agosto			
Setembro			
Outubro			
Novembro		1.000.000,00	
Dezembro		1.063.025,00	
TOTAL			

7. Metodologia da Previsão de Receita:

Cálculo da receita de concurso foi efetuado com parâmetros do número provável de inscritos e o valor de inscrição, conforme detalhado na memória de cálculo.

8. Memória de Cálculo:

Analistas > Administração sem especialidade: 3.500 inscritos x R\$ 85,00 = 297.500,00 – Cadastro de Reserva/Contabilidade: 390 inscritos x R\$ 85,00= R\$ 33.150,00 – cadastro de Reserva/Análise de Sistema – 900 x R\$ 85,00 = R\$ 76.500,00 – Cadastro de Reserva/Arquivologia – 90 inscritos x R\$ 85,00= R\$ 7.650,00- Cadastro de Reserva/Biblioteconomia – 150 inscritos x R\$ 85,00 = R\$ 12.750,00 – Cadastro de Reserva/Engenharia Civil – 180 inscritos xR\$ 85,00= R\$ 15.300,00 – Cadastro de Reserva /Estatística – 30 inscritos x R\$ 85,00=R\$ 2.550,00 – 01 vaga/Medicina - 130 inscritos x R\$ 85,00 = 11.050,00 – Cadastro de Reserva/odontologia – 300 inscritos x R\$ 85,00 = R\$ 25.500,00 – Cadastro de reserva/Psicologia – 355 inscritos x R\$ 85,00 = R\$ 30.175,00 – Cadastro de reserva/Relações Públicas – 80 inscritos x R\$ 85,00 = R\$ 6.800,00 – Cadastro de reserva/Judiciária sem especialidade – 4900 inscritos x R\$ 85,00 = R\$ 416.500,00 - Cadastro de reserva/Taquigrafia - 390 inscritos x R\$ 85,00 = R\$ 33.150,00, TOTAL: R\$ 968.575,00

Técnico > Administrativo sem especialidade - 12.000 inscritos x R\$ 70,00 = R\$ 840.000 - Cadastro de reserva/Contabilidade - 560 inscritos x R\$ 70,00 = R\$ 39.200,00 - Cadastro de Reserva/Edificações: 240 inscritos x R\$ 70,00 = R\$ 16.800,00 - Cadastro de Reserva/Enfermagem: 700 inscritos x R\$ 70,00 = R\$ 49.000,00 - Cadastro de reserva/Operação de computador: 605 inscritos x R\$ 70,00 = R\$ 42.350,00 - Cadastro de Reserva/Programação de Sistemas: 469 inscritos x R\$ 70,00 = R\$ 32.830,00 - Cadastro de Reserva/Taquigrafia: 140 inscritos x R\$ 70,00 = R\$ 9.800,00 - Cadastro de reserva/Digitação - Cadastro de reserva/Agente de segurança: 921 inscritos x R\$ 70,00 = R\$ 64.470,00

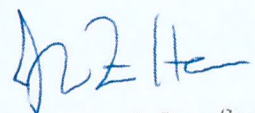
TOTAL: R\$ 1.094.450,00

9. Justificativa para Solicitar a Alteração da Previsão:

Justifica-se a inserção da previsão de recursos arrecadados no final do corrente exercício em razão dos procedimentos relacionados a Redistribuição obrigatória e caso não seja possível o aporte para este ano, fica provisionado para o início do ano de 2016 esta receita, tendo em vista que haverá expirado o prazo de validade de último concurso em julho de 2015.

10. Nome do Responsável:

11. CPF Nº: 12 - Assinatura:

  
 José Adriani B. Desteffani  
 Secretário de Administração  
 e Orçamento





## Pedidos: 44308

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

Nº Doc: sn Data Efetivação: 21/08/2015

**Total Geral**





Justificativas Pedido: 44308 - Agregado Concurso Público 1ª Fase

Tipo de Crédito: 100

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Justificativa do Pedido 43569:

Ocorreu uma Reestimativa de Receita para exercício em vista a reavaliação nas quantidades de cargos e valores de inscrição.

Justificativa do Pedido 43214:

Não há alteração orçamentária, a solicitação visa a abertura de crédito orçamentário na fonte 0150, sendo que os custos da contratação da empresa para a realização do concurso será custeado com os valores arrecadados com as inscrições.

Justificativa do Pedido 43143:

Realização de concurso público para provimento de cargos vagos de técnico judiciário - Área de apoio especializado - Especialidade: Programação de Sistemas, bem como de vaga decorrente de transformação a ser feita posteriormente para o cargo de técnico judiciário - Área de apoio especializado - Especialidade: Operação de computadores, em face da inexistência de concurso vigente para tais cargos, cuja necessidade de repor tais cargos se faz premente, a fim de que tenhamos profissionais para realizar as atividades de tecnologia da Informação e da Comunicação, objetivando não apenas atender as demandas atuais notadamente àquelas que envolvem cadastramento biométrico, mas também visando as Eleições 2016.

Justificativa do Pedido 43131:

A Comissão responsável pela realização do Concurso Público para o preenchimento de vagas deste TRE/MT reestimou a previsão de arrecadação de receita com base na média da quantidade de inscritos nos concursos do Judiciário Federal: TRE-MG/2014; TRE-GO/2014 e TRT23/2011, com margem de segurança de 20%.

**Usuário: MILTON DIAS FURTADO**

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Justificativa do Pedido 43569:

Não haverá impacto do cancelamento de dotações.

Justificativa do Pedido 43214:

Não há cancelamento de dotações.

Justificativa do Pedido 43143:

Não haverá cancelamento.

Justificativa do Pedido 43131:

Não há.

**Usuário: MILTON DIAS FURTADO**

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Justificativa do Pedido 43569:

Impossibilidade de realização do concurso para provimento de cargos.

Justificativa do Pedido 43214:

O não atendimento inviabilizará a realização de concurso público para o cargo vago de Analista Judiciário - Especialidade Arquitetura.

Justificativa do Pedido 43143:

Impossibilidade de preenchimento de cargos vagos na área de TI, causando prejuízo na prestação de serviços institucionais.

Justificativa do Pedido 43131:

Orçamento insuficiente para a realização do concurso público planejado para este exercício de 2015.

**Usuário: MILTON DIAS FURTADO**

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Justificativa do Pedido 43569:

Não haverá reflexo.

Justificativa do Pedido 43214:

Não haverá acréscimo nos gastos de custeio do TRESC.

Justificativa do Pedido 43143:

Não haverá.

Justificativa do Pedido 43131:

Não há.

**Usuário: MILTON DIAS FURTADO**

**Outras informações consideradas relevantes**

Justificativa do Pedido 43214:

Realização de concurso público para preenchimento de 1 (uma) vaga e cadastro de reserva para o cargo existente no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina de Analista Judiciário - Especialidade Arquitetura, com previsão de inscrição de 800



(oitocentos) candidatos e o valor de inscrição por candidato de R\$ 100,00 (cem reais).

Base de cálculo: 800 candidatos x R\$ 100,00 = R\$ 80.000,00.

Justificativa do Pedido 43143:

Base de cálculo: Arrecadação prevista - 2.500 x R\$ 75,00 = 187.500,00 (estimativa de inscritos x valor médio da inscrição).

Justificativa do Pedido 43131:

Concurso Público 2015

Quantidade de Inscritos

Quantidade de Inscritos concurso TRE-MG 62.031

Quantidade de Inscritos concurso TRE-GO- 44.113

Quantidade de Inscritos concurso TRT/23 40.870

Média de Inscritos 49.004,67

Margem de segurança (20%) 9.800,93

Previsão de inscrições 58.805,60

Quantidade de Inscrições Isentas

Previsão de Inscrições 58.805,60

Percentual de Isenções (7%) 4.116,39

Previsão total de Inscrições (pagantes) 54.689,21

Quantidades de Analistas e Técnicos

Previsão total de inscrições 54.689,21

Previsão de Analistas Judiciários (45%) 24.610,14

Previsão de Técnicos Judiciários (55%) 30.079,06

Valor da Inscrição

Valor Médio de inscrições Analista (2015) 95,00

Valor Médio de inscrições Técnico (2015) 80,00

Valor estimativo de arrecadação

Arrecadação de Inscrições de Analistas 2.337.963,64

Arrecadação de Inscrições de Técnicos 2.406.325,15

Total de Arrecadação com Inscrições 4.744.288,79

Estimativa de Datas de Arrecadação

Arrecadação em Setembro/2015 1.897.715,52

Arrecadação em Outubro/2015 2.846.573,28

**Usuário: MILTON DIAS FURTADO**





Número(s) Formalização: 2185

Pedido(s): 44308

Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA

<i>Esfera Orçamentária</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
10 - Orçamento Fiscal	2 315 677	0	2 315 677
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>
<i>Órgão/Unidade Orçamentária</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
<b>14000 Justiça Eleitoral</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>
14108 Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	234 800	0	234 800
14111 Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	1 813 377	0	1 813 377
14117 Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	187 500	0	187 500
14123 Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	80 000	0	80 000
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>
<i>Grupo Natureza de Despesa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
3 - Outras Despesas Correntes	2 315 677	0	2 315 677
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>
<i>Fonte</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2 315 677	0	2 315 677
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>
<i>UO/Fonte</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
<b>14108 Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo</b>	<b>234.800</b>	<b>0</b>	<b>234.800</b>
150 Recursos Próprios Não-Financeiros	234 800	0	234 800
<b>14111 Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso</b>	<b>1.813.377</b>	<b>0</b>	<b>1.813.377</b>
150 Recursos Próprios Não-Financeiros	1 813 377	0	1 813 377
<b>14117 Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco</b>	<b>187.500</b>	<b>0</b>	<b>187.500</b>
150 Recursos Próprios Não-Financeiros	187 500	0	187 500
<b>14123 Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina</b>	<b>80.000</b>	<b>0</b>	<b>80.000</b>
150 Recursos Próprios Não-Financeiros	80 000	0	80 000
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>
<i>Modalidade de Aplicação</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
90 - Aplicações Diretas	2 315 677	0	2 315 677
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>
<i>Identificador de Uso (IDUSO)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0 - Recursos não destinados à contrapartida	2 315 677	0	2 315 677
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>
<i>Identificador de Operação de Crédito (IDOC)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
9999 - OUTROS RECURSOS	2 315 677	0	2 315 677
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>
<i>RP de Lei</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP	2 315 677	0	2 315 677
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>
<i>Indicador de Resultado Primário (RP Atual)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP	2 315 677	0	2 315 677
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>
<i>Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
02 - Judiciária	2 315 677	0	2 315 677
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>
<i>Sub-Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
122 - Administração Geral	2 315 677	0	2 315 677
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>
<i>Função/Sub-Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
<b>02 Judiciária</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>
122 Administração Geral	2 315 677	0	2 315 677
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>
<i>Tipo de Alteração</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA	2 315 677	0	2 315 677
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>



Número(s) Formalização: 2185

Pedido(s): 44308

Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA

<i>Tipo de Instrumento Legal</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
Portaria/Ato/Resolução	2 315 677	0	2 315 677
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>

<i>Programa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0570 - Gestão do Processo Eleitoral	2 315 677	0	2 315 677
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>

<i>Tipo de Programa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Gestão e Manutenção	2 315 677	0	2 315 677
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>

<i>Ação</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	2 315 677	0	2 315 677
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>

<i>Tipo de Ação</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Atividade	2 315 677	0	2 315 677
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>

<i>Pedido de Alteração</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
44308 - Agregado Concurso Público 1ª Fase(Tipo 100)	2 315 677	0	2 315 677
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>

<i>Tipo de Financiamento</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Excesso de arrecadação	2 315 677	0	2 315 677
<b>TOTAL-GERAL</b>	<b>2.315.677</b>	<b>0</b>	<b>2.315.677</b>





TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

## ANEXO 5

Informação SOF/TSE nº 1/2016

**PORTARIA SOF Nº 17, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.**

(publicada no DOU de 27/02/14, Seção I, página 82)

Institui procedimentos para solicitação de alteração nas estimativas de receitas orçamentárias para os exercícios de 2014 e 2015.

**O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL**, no uso das atribuições estabelecidas no art. 20, incisos II e VIII, do Anexo I do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e tendo em vista o disposto no art. 43, §§ 1º, inciso II, e 3º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e

Considerando que o aperfeiçoamento do processo de alocação de recursos impõe o constante acompanhamento da estimativa de arrecadação das receitas orçamentárias da União, **resolve**:

Art. 1º A Secretaria de Orçamento Federal - SOF elaborará a estimativa das receitas orçamentárias do Governo Federal e as disponibilizará no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, no endereço eletrônico *www.siop.planejamento.gov.br*.

Art. 2º Os Órgãos Setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e as Unidades Orçamentárias que, na forma dos §§ 2º e 3º deste artigo, tenham sido qualificadas com o perfil de gestora da receita no SIOP poderão encaminhar à SOF solicitação de alteração das estimativas a que se refere o art. 1º, observados os seguintes prazos:

I - para fins de reestimativa da arrecadação de 2014: entre os dias 5 e 20 dos meses de abril, junho, agosto e outubro; e

II - para fins de inclusão no Projeto de Lei Orçamentária de 2015: de 5 a 20 de abril e de 19 a 23 de maio de 2014.

§ 1º A solicitação de alteração de que trata o **caput** será realizada mediante preenchimento de formulário eletrônico específico no SIOP, por usuários previamente cadastrados.

§ 2º Os Órgãos Setoriais referidos no **caput** e as unidades equivalentes dos demais Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União indicarão à SOF, por intermédio do endereço eletrônico *receitas.sof@planejamento.gov.br*, as Unidades Orçamentárias passíveis de serem qualificadas como gestoras da receita, bem como os usuários dessas unidades a serem habilitados para acessar o formulário eletrônico do SIOP citado no § 1º.

§ 3º A SOF avaliará a indicação a que se refere o § 2º e, caso entenda pertinente, atribuirá à Unidade Orçamentária o perfil de Gestora da Receita no SIOP.

§ 4º O usuário que incluir no SIOP solicitação de alteração das estimativas de receita será responsável pelos dados informados, nos limites das suas atribuições e competências, perante os órgãos de controle e fiscalização.



§ 5º Os procedimentos descritos neste artigo são requisitos para a admissibilidade da solicitação de alteração da estimativa de receita e não geram direito subjetivo ao órgão de ter o pleito atendido pela SOF.

§ 6º Caso as datas citadas nos incisos I e II do art. 2º correspondam a sábados, domingos ou feriados, será considerado o primeiro dia útil subsequente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as Portarias SOF nº 82, de 23 de julho de 2013, e nº 125, de 16 de setembro de 2013.

**JOSÉ ROBERTO FERNANDES JÚNIOR**



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

## ANEXO 6

Informação SOF/TSE nº 1/2016



**PORTARIA Nº 04, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015**  
(publicada no DOU de 02/01/15, Seção I, página 70)

Institui procedimentos para solicitação de alteração nas estimativas de arrecadação de receitas orçamentárias da União para os exercícios de 2015 e 2016.

**A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL**, no uso das atribuições estabelecidas no art. 20, incisos II e VIII, do Anexo I do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e tendo em vista o disposto no art. 43, §§ 1º, inciso II, e 3º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e

Considerando que o aperfeiçoamento do processo de alocação de recursos impõe o constante acompanhamento das estimativas de arrecadação das receitas orçamentárias da União, **resolve:**

Art. 1º A Secretaria-Adjunta de Gestão Fiscal da Secretaria de Orçamento Federal - SEAFI/SOF elaborará as estimativas de arrecadação das receitas orçamentárias da União para os exercícios de 2015 e 2016 e as disponibilizará no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, no endereço eletrônico [www.siop.planejamento.gov.br](http://www.siop.planejamento.gov.br).

Art. 2º Os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e as unidades orçamentárias que, na forma dos §§ 2º e 3º deste artigo, tenham sido qualificados como gestores da receita no SIOP poderão encaminhar à SOF solicitações de alteração das estimativas a que se refere o art. 1º, observados os seguintes prazos:

I - para fins de alteração das estimativas da arrecadação de 2015: de 1º de março a 9 de novembro de 2015, exceto entre os dias 13 e 14 de abril de 2015, 10 e 13 de julho de 2015, e 10 e 11 de setembro de 2015, períodos em que a SEAFI/SOF avaliará as solicitações até então encaminhadas pelos órgãos e unidades; e

II - para fins de inclusão no Projeto de Lei Orçamentária de 2016: de 1º a 19 de junho de 2015 e de 13 a 21 de julho de 2015.

§ 1º As solicitações de alteração de que trata o **caput** serão realizadas mediante preenchimento de formulário eletrônico específico no SIOP, por usuários previamente cadastrados.

§ 2º Os órgãos setoriais referidos no **caput** e as unidades equivalentes dos demais Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União indicarão à SOF, por intermédio do endereço eletrônico [receitas.sof@planejamento.gov.br](mailto:receitas.sof@planejamento.gov.br), as unidades orçamentárias passíveis de serem qualificadas como gestoras da receita, bem como os usuários dessas unidades a serem habilitados para acessar o formulário eletrônico específico do SIOP citado no § 1º.

§ 3º A SOF avaliará a indicação a que se refere o § 2º e, caso entenda pertinente, atribuirá à unidade orçamentária o perfil de Gestora da Receita no SIOP.

§ 4º O usuário que incluir no SIOP solicitação de alteração da estimativa de arrecadação de receita será responsável pelos dados informados, nos limites das suas atribuições e competências, perante os órgãos de controle e fiscalização.

§ 5º Os procedimentos descritos neste artigo são requisitos para a admissibilidade da solicitação de alteração da estimativa de arrecadação de receita e não geram direito subjetivo ao órgão de ter o pleito atendido pela SOF.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Portaria SOF nº 17, de 26 de fevereiro de 2014.

**ESTHER DWECK**





TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

## ANEXO 7

Informação SOF/TSE nº 1/2016

**PORTARIA SOF Nº 11, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014.**

(publicada no DOU de 13/02/14, Seção I, página 104)

Estabelece procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias, no exercício de 2014, e dá outras providências.

**O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL**, no uso das atribuições estabelecidas no art. 20, inciso II, do Anexo I do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e tendo em vista, especialmente, o disposto nos arts. 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 48, 49 e 90 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, e no art. 4º da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, **resolve**:

**CAPÍTULO I**

**DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

**Seção I**

**Disposições Preliminares**

Art. 1º As alterações orçamentárias relativas aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive no que concerne a fonte de recursos, modalidade de aplicação, identificadores de uso, de doação e de operação de crédito e de resultado primário e Planos Orçamentários - PO, bem como a esferas orçamentárias e codificação orçamentária, serão regidas no corrente exercício financeiro pelos procedimentos contidos na presente Portaria.

§ 1º A alteração de títulos de ações e subtítulos, autorizada no art. 38, § 1º, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 - LDO-2014, não se considera como alteração orçamentária para fins desta Portaria, devendo a sua solicitação observar o mesmo procedimento previsto no § 1º do art. 7º desta Portaria.

§ 2º Para fins desta Portaria:

I - nas referências ao Ministério Público da União - MPU considera-se incluído o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP; e

II - considera-se órgão setorial aquele integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal - SPOF, ou equivalente.

**Seção II**

**Dos Tipos de Alterações Orçamentárias**

Art. 2º A Unidade Orçamentária - UO indicará o tipo de alteração orçamentária solicitada, de acordo com a “Tabela de Tipos de Alterações Orçamentárias”, constante do Anexo desta Portaria, e o respectivo fundamento legal, cabendo ao respectivo órgão setorial verificar a exatidão dessas informações.

Art. 3º Cada solicitação deverá restringir-se a uma única espécie de crédito adicional, conforme definido no art. 41 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto nos arts. 11 e 12 desta Portaria.



### **Seção III**

#### **Das Solicitações de Alterações Orçamentárias**

Art. 4º As solicitações de alterações orçamentárias deverão ter início na UO interessada, mediante acesso *on-line* ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, exceto para a modalidade de aplicação, e serão encaminhadas ao órgão setorial correspondente.

Parágrafo único. As informações prestadas pelas UOs serão analisadas pelo órgão setorial referido no **caput**, que procederá a uma avaliação global da necessidade dos créditos solicitados e das possibilidades de oferecer recursos compensatórios, manifestando-se, nas áreas de sua competência, sobre a validade dos pleitos, passando, tal manifestação, a ser parte integrante das solicitações iniciadas nas UOs.

Art. 5º Os órgãos setoriais encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP, mediante acesso *on-line* ao SIOP, as solicitações de créditos suplementares e especiais de suas unidades, observadas as disposições desta Portaria, nos seguintes prazos:

I - créditos dependentes de autorização legislativa: primeiro decêndio de abril e de setembro; e

II - créditos autorizados na Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, Lei Orçamentária de 2014 - LOA-2014: primeiro decêndio de abril, de setembro e de novembro, sem prejuízo dos prazos de que tratam os §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 1º Para o atendimento dos prazos previstos neste artigo, os órgãos setoriais poderão estabelecer prazos para as suas UOs subordinadas ou vinculadas elaborarem as respectivas solicitações de crédito.

§ 2º As solicitações de créditos suplementares autorizados na LOA-2014, para o atendimento das despesas a seguir relacionadas, poderão, excepcionalmente, ser encaminhadas até 30 de novembro de 2014:

I - transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, decorrentes de vinculações constitucionais ou legais; aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos termos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; e ao complemento da atualização monetária do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (art. 4º, inciso III, da LOA-2014);

II - sentenças judiciais transitadas em julgado (art. 4º, inciso IV, da LOA-2014);

III - serviço da dívida (art. 4º, inciso V, da LOA-2014);

IV - pessoal e encargos sociais (art. 4º, inciso VI, da LOA-2014);

V - do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (art. 4º, inciso X, da LOA-2014);

VI - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (art. 4º, inciso XV, da LOA-2014);

VII - benefícios auxílio-alimentação ou refeição, assistência médica e odontológica, assistência pré-escolar e auxílio-transporte, ou similares, a militares, servidores, empregados, e seus dependentes (art. 4º, inciso XVI, da LOA-2014);

VIII - abono salarial e seguro-desemprego, inclusive o benefício da bolsa-qualificação (art. 4º, inciso XVIII, da LOA-2014);

IX - benefícios assistenciais da Lei Orgânica de Assistência Social e Renda Mensal Vitalícia (art. 4º, inciso XX, da LOA-2014);

X - pensões indenizatórias decorrentes de legislação especial e/ou de decisões judiciais (art. 4º, inciso XXI, da LOA-2014);

XI - anistiados políticos nos termos da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006 (art. 4º, inciso XXIV, da LOA-2014); e

XII - assistência médica e odontológica a militares e seus dependentes, mediante utilização do excesso de arrecadação das receitas decorrentes da contribuição do militar para a assistência médico-hospitalar e social e da indenização pela prestação de assistência médico-hospitalar (art. 4º, inciso XXV, da LOA-2014).

§ 3º Os prazos previstos no inciso II do **caput** e no § 2º, deste artigo, não se aplicam às solicitações de créditos suplementares destinados ao pagamento de sentenças judiciais de empresas estatais dependentes, as quais poderão ser enviadas até 15 de dezembro de 2014.

§ 4º Os órgãos setoriais que possuam sistemas próprios de gestão de alterações orçamentárias deverão enviar diariamente, por meio de serviços disponibilizados na *internet* pela SOF/MP, o conjunto de solicitações de alterações orçamentárias criado ou alterado no dia.

Art. 6º Aplicam-se os prazos referidos no inciso II do **caput** do art. 5º desta Portaria ao encaminhamento de solicitações de alterações relativas a:

- a) esferas orçamentárias;
- b) fontes de recursos (Fte);
- c) identificadores de uso (IU);
- d) identificadores de doação e de operação de crédito (IDOC);
- e) identificadores de resultado primário (RP), exceto RP-6; e
- f) ajustes na codificação orçamentária.

Art. 7º As solicitações de alterações orçamentárias serão efetuadas por categoria de programação em seu menor nível, na forma definida no art. 5º, inciso I, da LDO-2014, especificando, para cada uma, a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a fonte de recursos, a modalidade de aplicação, os identificadores de uso e de resultado primário e o PO, quando for o caso.

§ 1º Nos tipos de alterações orçamentárias 200 e 500, de que trata a Tabela referida no art. 2º desta Portaria, caso existam projetos, atividades, operações especiais ou subtítulos novos, o



interessado deverá proceder ao seu cadastramento prévio de acordo com as instruções constantes do SIOP.

§ 2º As alterações orçamentárias não poderão conter suplementação na modalidade de aplicação “99 - A Definir”, exceto quando for cancelada essa mesma modalidade e os tipos constantes do Anexo desta Portaria forem 600, 700, 710, 910, 911, 912 ou 920.

§ 3º Aplica-se o procedimento previsto no § 1º deste artigo à criação de PO, independentemente do tipo de alteração orçamentária.

Art. 8º As solicitações de créditos à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias ou vinculadas, do Tesouro Nacional e de Outras Fontes, serão acompanhadas das reestimativas das receitas elaboradas no SIOP com base na arrecadação registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e na tendência do exercício.

Art. 9º Quando se tratar de créditos adicionais à conta de recursos provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, as solicitações deverão observar os valores previamente atestados pelo órgão competente, a classificação por fonte de recursos estabelecida na Portaria SOF nº 1, de 19 de fevereiro de 2001, e alterações posteriores, assim como as vinculações das receitas que deram origem a esse superávit, em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e os saldos das dotações constantes do SIAFI em 31 de dezembro de 2013, se a base legal for o art. 4º, incisos XIII e XIV, da LOA-2014.

Art. 10. As metas relativas às programações incluídas por meio de créditos especiais deverão ser informadas a cada solicitação desses créditos, sendo facultado nos demais casos.

Art. 11. As solicitações de créditos adicionais relativas:

I - a benefícios aos servidores, empregados e/ou dependentes deverão ser encaminhadas em um único pedido de crédito do SIOP, para cada órgão e para cada tipo de crédito constante da Tabela referida no art. 2º desta Portaria; e

II - a sentenças judiciais transitadas em julgado de empresas públicas dependentes observarão, além das disposições desta Portaria, as normas e os procedimentos contidos na Portaria SOF nº 1, de 11 de janeiro de 2010.

Parágrafo único. O remanejamento de eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias relativas aos benefícios de que trata o inciso I do **caput** deste artigo para o atendimento de outras despesas, inclusive da própria unidade orçamentária, somente poderá ocorrer se, comprovadamente, não houver necessidade de suplementação das referidas dotações de outras unidades orçamentárias, respectivamente, do Poder Executivo ou de cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da Defensoria Pública da União - DPU, em atendimento ao disposto no art. 90 da LDO-2014.

Art. 12. O encaminhamento das solicitações de créditos adicionais destinados ao pagamento de despesas decorrentes de liminares em mandado de segurança, cautelares ou antecipações de tutela, observado o disposto na Portaria SOF nº 4, de 19 de maio de 2000, fica condicionado ao atestado da Consultoria Jurídica do respectivo Ministério supervisor quanto à força executória da ordem judicial, mediante Parecer exarado nos autos do Processo, em conformidade com o art. 4º do Decreto nº 2.839, de 6 de novembro de 1998.

Art. 13. As solicitações de alterações orçamentárias deverão obedecer à forma e ao detalhamento estabelecidos na LOA-2014, além da informação do PO, quando couber.

§ 1º A solicitação de criação ou de remanejamento de PO poderá ser efetuada a qualquer tempo mediante a utilização, respectivamente, dos tipos de alterações orçamentárias 911 e 912, constantes da Tabela referida no art. 2º desta Portaria.

§ 2º A criação ou o remanejamento de PO não poderá implicar em alteração de qualquer classificação orçamentária ou valor constante da LOA-2014.

#### **Subseção I Das Justificativas**

Art. 14. As solicitações de créditos adicionais deverão conter exposição circunstanciada que as justifiquem, indicando:

I - a necessidade da alteração orçamentária;

II - o impacto do cancelamento de dotações;

III - as consequências do não atendimento do pleito;

IV - os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária; e

V - outras informações consideradas relevantes.

§ 1º As solicitações de créditos adicionais que objetivem o pagamento de precatórios deverão atender ao disposto nos arts. 24 e 25 da LDO-2014, bem como informar o motivo da sua não inclusão na relação de que trata o referido art. 25.

§ 2º Aplica-se, no que couber, o disposto neste artigo às solicitações de alterações de fonte de recursos, dos identificadores de uso, de doação e de operação de crédito e de resultado primário, de código de ações e de subtítulos e de PO.

#### **Subseção II Dos Procedimentos Essenciais**

Art. 15. Cabe aos órgãos setoriais apreciar as solicitações de alterações orçamentárias sob os aspectos legal, de planejamento, de programação e execução orçamentária e financeira e aprovar ou não, em primeira instância, tais solicitações, considerando sua repercussão no programa de trabalho do Ministério ou órgão.

§ 1º Os recursos oferecidos para anulação não poderão ser objeto de execução ou de outras alterações orçamentárias enquanto a solicitação estiver em tramitação.

§ 2º Para o cumprimento do disposto no § 1º, os órgãos setoriais referidos no **caput**, deverão proceder ao bloqueio, no SIAFI, das dotações orçamentárias oferecidas para anulação, ou determinar que as unidades subordinadas assim o façam, exceto se já estiverem sido bloqueadas em decorrência de outros procedimentos.



§ 3º Considerar-se-ão em tramitação, para os fins do disposto nos §§ 1º e 2º, as solicitações de alterações orçamentárias não devolvidas pela SOF/MP.

§ 4º A SOF/MP realizará a transferência, no SIAFI, dos valores referentes às dotações oferecidas para anulação, bloqueados ou contidos, para a conta “29212.01.06 - CRÉDITO BLOQUEADO PARA REMANEJAMENTO PELA SOF” antes do envio do crédito, ou da edição da Portaria de que trata o inciso III do § 1º do art. 38 da LDO-2014.

§ 5º Eventuais inversões de saldo na conta “29212.01.01 - CRÉDITO BLOQUEADO PARA REMANEJAMENTO”, em decorrência da inexistência de bloqueio de que trata o § 2º deste artigo para fazer face à transferência explicitada no § 4º, são de total responsabilidade dos órgãos setoriais, cabendo exclusivamente a eles as providências necessárias para a regularização das aludidas inversões.

Art. 16. No cancelamento de dotações constantes dos Decretos de abertura de crédito suplementar autorizados no art. 4º da LOA-2014, fica vedado o cancelamento de quaisquer valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais, informados pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO do Congresso Nacional ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do § 5º do art. 4º da LOA-2014.

§ 1º Para fins da observância do disposto no **caput**, a SOF/MP divulgará, no Portal do Orçamento Federal ([www.orcamentofederal.gov.br](http://www.orcamentofederal.gov.br)), as informações encaminhadas pelo Presidente da CMO.

§ 2º Não se aplica a vedação do cancelamento de emendas a que se refere o **caput** quando houver solicitação expressa de seu autor ou a indicação do Poder Legislativo de que trata o inciso II do § 2º do art. 52 da LDO-2014.

§ 3º No caso do § 2º deste artigo, o preâmbulo do Decreto de abertura do crédito deverá conter referência:

I - ao § 6º do art. 4º da LOA-2014 quando houver a solicitação do autor da emenda; e

II - ao § 6º do art. 4º da LOA-2014 e ao inciso IV do § 2º do art. 52 da LDO-2014 quando houver a indicação do Poder Legislativo.

§ 4º O órgão setorial solicitante de crédito suplementar que envolva cancelamento de emenda individual deverá enviar, em meio eletrônico, a solicitação do parlamentar autor da emenda, prevista no § 6º do art. 4º da LOA-2014.

Art. 17. Aplica-se o disposto no § 4º do art. 16 às solicitações de crédito dependentes de autorização legislativa, de que trata o inciso I do art. 5º desta Portaria, bem como a todos os pedidos que envolverem cancelamento de emendas coletivas, enviados pelos órgãos do Poder Executivo.

Art. 18. Os órgãos setoriais referidos no art. 15 desta Portaria, deverão, ainda, observar o disposto no art. 13 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, além de outras normas aplicáveis à matéria, quando da análise das solicitações de créditos adicionais para o atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais.

## **Seção IV**

### **Das Modificações das Modalidades de Aplicação**

Art. 19. As modificações das modalidades de aplicação, constantes da LOA-2014 e de seus créditos adicionais, inclusive os reabertos, observado o disposto nos §§ 1º e 3º do art. 15 desta Portaria, serão efetuadas diretamente no SIAFI pelas UOs contempladas com os respectivos créditos orçamentários.

Art. 20. As modificações efetivadas no SIAFI, de acordo com o art. 19 desta Portaria, deverão ser encaminhadas pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF à SOF/MP para fins de atualização dos dados constantes do SIOP.

## **CAPÍTULO II**

### **DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

#### **Seção I**

##### **Do Acompanhamento da Receita**

Art. 21. O acompanhamento sistemático e periódico das informações relativas às receitas próprias e vinculadas, do Tesouro Nacional e de Outras Fontes dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, será realizado por meio das informações registradas no SIAFI.

§ 1º Na análise das solicitações de alterações orçamentárias que envolvam as receitas referidas neste artigo, serão consideradas, em relação à sua realização, exclusivamente as informações registradas no SIAFI, bem como o excesso de arrecadação apurado de acordo com as reestimativas elaboradas no SIOP.

§ 2º As reestimativas das receitas ocorrerão bimestralmente quando das avaliações da receita e da despesa de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 3º A SOF/MP agendará reuniões com o órgão setorial, quando necessário, para avaliação das bases de projeção, visando ao cumprimento do disposto no § 2º deste artigo.

#### **Seção II**

##### **Do Acompanhamento das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais**

Art. 22. O acompanhamento mensal das despesas com pessoal e encargos sociais, realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, será efetuado com base nas informações registradas no SIAFI e no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.

Art. 23. As projeções das despesas com pessoal e encargos sociais serão elaboradas com base no acompanhamento previsto no art. 22 desta Portaria, com o objetivo de subsidiar os processos de definição de limites para a elaboração da proposta orçamentária do exercício seguinte e de concessão de créditos adicionais no exercício corrente.

§ 1º A base de projeção efetivada pela SOF/MP será revisada mensalmente.



§ 2º A SOF/MP agendará reuniões com o órgão setorial, quando necessário, para avaliação das bases de projeção, visando ao cumprimento do disposto no **caput**.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. O encaminhamento das solicitações de alterações orçamentárias à SOF/MP será processado, exclusivamente, por meio de pedido constante do módulo de Alterações Orçamentárias do SIOP.

Parágrafo único. O documento que atestar os valores e a força executória nos termos dos arts. 9º e 12 desta Portaria, respectivamente, e o parecer, de que trata o art. 41 da LDO-2014, serão encaminhados à SOF/MP por ofício do respectivo órgão setorial, que indicará o número do pedido de crédito correspondente.

Art. 25. Para fins do disposto no art. 4º, incisos I, alínea “c”, IV, alínea “d”, XI, alínea “b”, XII, alíneas “a”, itens “2” e “3”, “b”, itens “2” e “3”, e XXII, alínea “b”, da LOA-2014, entende-se como receitas próprias, tal qual definida no art. 4º da Portaria SOF nº 10, de 22 de agosto de 2002, os recursos classificados nas fontes “50 - Recursos Próprios Não Financeiros” e “80 - Recursos Próprios Financeiros”.

Art. 26. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais serão encaminhados ao Congresso Nacional até 15 de outubro de 2014, sempre que possível de forma consolidada, observadas as seguintes áreas temáticas:

I - Infraestrutura, com as matérias relativas aos Ministérios dos Transportes, das Comunicações e de Minas e Energia, seus órgãos, entidades e fundos;

II - Saúde, com as matérias relativas ao Ministério da Saúde, seus órgãos, entidades e fundos;

III - Integração Nacional e Meio Ambiente, com as matérias relativas aos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente, seus órgãos, entidades e fundos;

IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte, com as matérias relativas aos Ministérios da Educação, da Cultura, da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Esporte, seus órgãos, entidades e fundos;

V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano, com as matérias relativas aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, seus órgãos, entidades e fundos;

VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, com as matérias relativas aos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo e à Secretaria da Micro e Pequena Empresa, seus órgãos, entidades e fundos, a Encargos Financeiros da União, a Operações Oficiais de Crédito, a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e a Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal;

VII - Justiça e Defesa, com as matérias relativas aos Ministérios da Justiça e da Defesa, seus órgãos, entidades e fundos;

VIII - Poderes do Estado e Representação, com as matérias relativas aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU, à DPU, à Presidência da República, ao Ministério das Relações Exteriores, ao Gabinete da Vice-Presidência da República, à Secretaria de Assuntos Estratégicos, à Secretaria de Aviação Civil, à Advocacia-Geral da União, à Secretaria de Direitos Humanos, à Secretaria de Políticas para as Mulheres, à Controladoria-Geral da União, à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e à Secretaria de Portos, seus órgãos, entidades e fundos;

IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário, com as matérias relativas aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura, seus órgãos, entidades e fundos; e

X - Trabalho, Previdência e Assistência Social, com as matérias relativas aos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, seus órgãos, entidades e fundos.

Art. 27. As dotações orçamentárias alocadas na LOA-2014 com as destinações abaixo relacionadas somente poderão ser anuladas para a abertura de créditos com outras finalidades, mediante projeto de lei a ser aprovado pelo Congresso Nacional, tendo em vista o disposto nos arts. 45 e 49 da LDO-2014:

I - pagamento de precatórios judiciais;

II - cumprimento de débitos judiciais transitados em julgado considerados de pequeno valor, incluídos os decorrentes dos Juizados Especiais Federais; e

III - contrapartida nacional de empréstimos internos e externos e para o pagamento de amortização, juros e outros encargos.

Art. 28. O remanejamento de dotações entre subtítulos de ações do mesmo programa, aprovadas na LOA-2014, no âmbito de cada órgão orçamentário, mediante a utilização do tipo de alteração orçamentária "107", constante da Tabela a que se refere o Anexo desta Portaria, não poderá ser superior ao limite de 30% (trinta por cento) do valor do respectivo subtítulo aprovado na LOA-2014, consideradas as alterações já efetivadas por intermédio do tipo 100, constante da referida Tabela.

Art. 29. A solicitação de abertura de crédito adicional para o atendimento de despesas primárias obrigatórias, à conta de anulação de dotações relativas a despesas primárias discricionárias, deverá ser acompanhada da indicação dos limites de movimentação e empenho dessas últimas despesas que deverão ser remanejados para a execução das despesas suplementadas.

Parágrafo único. Após a abertura do crédito adicional a que se refere o **caput** deste artigo, a SOF/MP tomará as providências necessárias ao remanejamento dos limites de movimentação e empenho.

Art. 30. Caberá ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, ou autoridade equivalente, de cada Ministério ou órgão, adotar as medidas necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 31. O descumprimento ou inobservância dos procedimentos contidos na presente Portaria, especialmente do disposto nos arts. 10, 11, 14, 15, § 1º, 16, 17 e 29, **caput**, poderá ensejar a devolução dos pleitos relativos aos órgãos ou entidades envolvidos.



Art. 32. Os créditos suplementares autorizados na LOA-2014, que dependem de ato do Poder Executivo para a sua abertura, terão como prazo máximo para publicação 15 de dezembro de 2014, conforme estabelece o § 2º do art. 4º da LOA-2014, exceto os relativos aos incisos III, IV, V, VI, X, XV, XVI, XVIII, XX, XXI, XXIV e XXV do **caput** do referido artigo, relacionados no § 2º do art. 5º desta Portaria, os quais poderão ser publicados até 31 de dezembro de 2014.

Art. 33. Na abertura dos créditos suplementares, poderão ser incluídos grupos de natureza de despesa, além dos aprovados no respectivo subtítulo, desde que compatíveis com a finalidade da ação orçamentária correspondente.

Art. 34. Ressalvadas orientações supervenientes em contrário, a solicitação de remanejamento de dotações decorrentes de valores incluídos ou acrescidos à programação em decorrência de emendas individuais apresentadas por parlamentares, a que se referem o inciso XXIX do art. 4º da LOA-2014 e o tipo de crédito 183, “a” e “b”, constante do Anexo desta Portaria, deverá ser encaminhada, no âmbito do Poder Executivo, por intermédio do órgão setorial contemplado com a emenda, observado o disposto nesta Portaria.

§ 1º Quando o remanejamento referido no **caput** envolver o cancelamento em um órgão e suplementação em outro, o encaminhamento deverá ser feito pelo órgão setorial beneficiado com a suplementação.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo o órgão setorial que receber a solicitação do parlamentar deverá se articular com o outro órgão setorial envolvido a fim viabilizar o remanejamento solicitado.

Art. 35. Os procedimentos estabelecidos por esta Portaria aplicam-se, no que couber, aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU, sem prejuízo do disposto na Portaria SOF nº 10, de 11 de fevereiro de 2014.

Art. 36. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ROBERTO FERNANDES JÚNIOR**

## ANEXO

TABELA DE TIPOS DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

I - CRÉDITOS SUPLEMENTARES AUTORIZADOS NA LEI Nº 12.952, DE 20 DE JANEIRO DE 2014, LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2014 - LOA-2014

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃ O	DOCUME NTO A SER PUBLICA DO
100	Suplementação de subtítulos de projetos, atividades e operações especiais até o limite de 20% do respectivo valor constante da LOA-2014.	a) Anulação de até 20% das dotações de outros subtítulos, constantes da LOA-2014, à conta de quaisquer fontes de recursos; b) Reserva de Contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; c) excesso de arrecadação de receitas próprias; d) excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional; e e) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013.	LOA-2014, art. 4º, inciso I, alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”.	Decreto do Poder Executivo.
101	Suplementação de dotações destinadas ao atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais.	a) Anulação de dotações consignadas ao mesmo Grupo de Natureza de Despesa - GND; b) Reserva de Contingência/Recursos para o Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição; e c) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013.	LOA-2014, art. 4º, inciso VI, alíneas “a”, “b” e “c”.	Decreto do Poder Executivo.
102	Suplementação dos GNDs “3”, “4” e “5”, mediante o remanejamento de dotações, no âmbito:			
	a) da Fundação Joaquim Nabuco, do Instituto Nacional de Educação de Surdos, do Instituto Benjamin Constant, do Colégio Pedro II, das Instituições Federais de Ensino Superior, dos Hospitais Universitários, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, integrantes do Ministério da Educação.	Anulação de dotações dos referidos GNDs, no âmbito de cada unidade orçamentária, até o limite de 50% da soma das respectivas dotações.	LOA-2014, art. 4º, inciso XII, alínea “a”, item 1.	Decreto do Poder Executivo.
	b) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, das Instituições Científicas e Tecnológicas, assim definidas no art. 2º, inciso V, da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e das instituições de	a) Anulação de dotações dos referidos GNDs, no âmbito de cada uma das unidades orçamentárias, até o limite de 30% da soma das respectivas dotações; e b) Reserva de Contingência à conta de recursos vinculados à	LOA-2014, art. 4º, inciso XII, alínea “b”, itens “1” e “4”.	Decreto do Poder Executivo.



TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUME NTO A SER PUBLICA DO
	pesquisa integrantes da administração direta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.	ciência, tecnologia e inovação constantes da LOA-2014.		
	c) do Ministério do Esporte, restrito às ações relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e à Copa do Mundo FIFA 2014, vinculadas à subfunção 811 - Desporto de Rendimento.	a) Reserva de Contingência; e b) anulação de dotações consignadas a grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo.	LOA-2014, art. 4º, inciso XII, alínea “c”, itens “1” e “2”.	Decreto do Poder Executivo.
103	Suplementação dos GNDs “3”, “4” e “5” no âmbito:			
	a) da Fundação Joaquim Nabuco, do Instituto Nacional de Educação de Surdos, do Instituto Benjamin Constant, do Colégio Pedro II, das Instituições Federais de Ensino Superior, dos Hospitais Universitários, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, integrantes do Ministério da Educação.	a) Excesso de arrecadação de receitas próprias gerado pela respectiva unidade orçamentária, de convênios e de doações; e b) superávit financeiro, relativo a receitas próprias, convênios e doações, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, de cada uma das referidas entidades.	LOA-2014, art. 4º, inciso XII, alínea “a”, itens “2” e “3”.	Decreto do Poder Executivo.
	b) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, das Instituições Científicas e Tecnológicas, assim definidas no art. 2º, inciso V, da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e das instituições de pesquisa integrantes da administração direta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.	a) Excesso de arrecadação de receitas próprias geradas por essas entidades; e b) superávit financeiro, relativo a receitas próprias e vinculadas, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, de cada uma das referidas entidades.	LOA-2014, art. 4º, inciso XII, alínea “b”, itens “2” e “3”.	Decreto do Poder Executivo.
	c) do Ministério do Esporte, restrito às ações relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e à Copa do Mundo FIFA 2014, vinculadas à subfunção 811 - Desporto de Rendimento.	a) Excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional; e b) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013.	LOA-2014, art. 4º, inciso XII, alínea “c”, itens “3” e “4”.	Decreto do Poder Executivo.
106	Atendimento de despesas constantes do Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS.	a) Anulação de dotações consignadas a essas despesas no âmbito do FRGPS; b) excesso de arrecadação das contribuições previdenciárias para o RGPS; e c) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013.	LOA-2014, art. 4º, inciso X, alíneas “a”, “b” e “c”.	Decreto do Poder Executivo.
107	Remanejamento de dotações orçamentárias entre subtítulos integrantes de ações do mesmo programa, no âmbito de cada órgão orçamentário, desde que não ultrapasse o limite de 30% do respectivo valor constante da LOA-2014, consideradas as alterações já	Anulação de até 30% das dotações orçamentárias constantes dos subtítulos de ações integrantes do mesmo programa, no âmbito de cada órgão orçamentário,	LOA-2014, art. 4º, inciso I, alínea “a”, e § 1º.	Decreto do Poder Executivo.

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUME NTO A SER PUBLICA DO
	efetivadas por meio do tipo 100.	consideradas as anulações já efetivadas por meio do tipo 100.		
110	Suplementação dos GNDs “3”, “4” e “5” no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação, até a soma das dotações desses grupos.	Anulação até a soma das dotações dos GNDs “3”, “4” e “5” do mesmo subtítulo objeto da suplementação.	LOA-2014, art. 4º, inciso II.	Decreto do Poder Executivo.
111	Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização).	a) Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício de 2013; b) anulação de dotações consignadas ao pagamento do serviço da dívida na mesma ou em outra unidade orçamentária, bem como a GND no âmbito do mesmo subtítulo; c) Reserva de Contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; d) excesso de arrecadação decorrente dos pagamentos de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores (só para amortização); e) resultado do Banco Central do Brasil (só para amortização); e f) recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional.	LOA-2014, art. 4º, inciso V, alíneas “a”, “b”, itens “1” e “2”, “c”, “d”, “e” e “f”.	Decreto do Poder Executivo.
112	Atendimento de despesas com sentenças judiciais, inclusive daquelas consideradas de pequeno valor nos termos da legislação vigente.	a) Reserva de Contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; b) anulação de dotações consignadas a GNDs, no âmbito do mesmo subtítulo, até o seu valor total; c) anulação de dotações consignadas a essa finalidade, na mesma ou em outra unidade orçamentária; d) excesso de arrecadação de receitas próprias e do Tesouro Nacional; e e) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013.	LOA-2014, art. 4º, inciso IV, alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”.	Decreto do Poder Executivo.
116	Atendimento de despesas com o pagamento do abono salarial e do seguro desemprego,	a) Anulação de dotações consignadas às referidas	LOA-2014, art. 4º, inciso XVIII,	Decreto do Poder



TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUME NTO A SER PUBLICA DO
	inclusive o benefício da bolsa-qualificação.	despesas no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador; e b) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013.	alíneas “a” e “b”.	Executivo.
118	Remanejamento de dotações de subtítulos constantes da LOA-2014, identificadas com RP 3 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC) no momento da abertura do crédito suplementar, até o limite de 30% do montante do referido Programa constante da LOA-2014 (R\$ 61.269.852.192,00).	Anulação de dotações de subtítulos constantes da LOA-2014, identificadas com RP 3 (PAC) no momento da abertura do crédito suplementar, até o montante de R\$ 18.380.955.657,00 (30% de R\$ 61.269.852.192,00).	LOA-2014, art. 4º, inciso XVII.	Decreto do Poder Executivo.
150	Suplementação de subtítulos financiados com recursos de operações de crédito constantes da LOA-2014.	Varição monetária ou cambial das mesmas operações de crédito, desde que alocadas nos mesmos subtítulos.	LOA-2014, art. 4º, inciso VII.	Decreto do Poder Executivo.
152	Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios, observada a destinação prevista no respectivo instrumento.	a) Doações de pessoas e de entidades nacionais e internacionais e transferências de recursos de convênios ocorridas no exercício; b) superávit financeiro desses recursos, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013; e c) anulação de dotações à conta dos referidos recursos.	LOA-2014, art. 4º, inciso VIII.	Decreto do Poder Executivo.
153	Atendimento de despesas das ações destinadas à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, Formação e Administração de Estoques Reguladores e Estratégicos de produtos agropecuários.	Anulação de dotações consignadas às despesas constantes da descrição deste tipo de crédito.	LOA-2014, art. 4º, inciso IX.	Decreto do Poder Executivo.
154	Atendimento de despesas da ação “0413 - Manutenção e Operação dos Partidos Políticos” no âmbito da unidade orçamentária “14901 - Fundo Partidário”.	a) Superávit financeiro do referido Fundo, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013; e b) excesso de arrecadação de receitas próprias ou vinculadas desse Fundo.	LOA-2014, art. 4º, inciso XI, alíneas “a” e “b”.	Decreto do Poder Executivo.
155	Suplementação de dotações no âmbito das agências reguladoras, do Fundo Nacional de Cultura - FNC na categoria de programação específica do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL.	a) Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013; b) excesso de arrecadação de receitas próprias e vinculadas de cada agência ou fundo; e c) Reserva de Contingência à conta de recursos próprios e vinculados de cada agência ou	LOA-2014, art. 4º, inciso XXII, alíneas “a”, “b” e “c”.	Decreto do Poder Executivo.

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUME NTO A SER PUBLICA DO
		fundo.		
156	Atendimento de despesas da ação “0E36 - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB”.	a) Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013; b) excesso de arrecadação de receitas vinculadas; e c) anulação parcial ou total de dotações alocadas aos subtítulos dessa ação.	LOA-2014, art. 4º, inciso XV, alíneas “a”, “b” e “c”.	Decreto do Poder Executivo.
157	Atendimento dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição, assistência médica e odontológica, assistência pré-escolar e auxílio-transporte, ou similares, a militares, servidores, empregados, e seus dependentes.	Anulação de dotações relativas aos referidos benefícios.	LOA-2014, art. 4º, inciso XVI.	Decreto do Poder Executivo.
158	Atendimento de despesas com assistência médica e odontológica a militares e seus dependentes com as fontes de recursos especificadas.	Excesso de arrecadação das receitas decorrentes da contribuição do militar para a assistência médico-hospitalar e social e da indenização pela prestação de assistência médico-hospitalar, por intermédio de organização militar, previstas no art. 15, incisos II e III, da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.	LOA-2014, art. 4º, inciso XXV.	Decreto do Poder Executivo.
160	a) Transferências constitucionais ou legais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;	Excesso de arrecadação de receitas que devem ser transferidas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, decorrentes de vinculações constitucionais ou legais.	LOA-2014, art. 4º, inciso III.	Decreto do Poder Executivo.
	b) Transferências aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte - FNO, do Nordeste - FNE e do Centro-Oeste - FCO e ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; e	Excesso de arrecadação de receitas vinculadas aos aludidos Fundos.	LOA-2014, art. 4º, inciso III.	Decreto do Poder Executivo.
	c) Complemento da atualização monetária do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	Excesso de arrecadação de recursos da contribuição relativa à despedida de empregado sem justa causa, de que trata o art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.	LOA-2014, art. 4º, inciso III.	Decreto do Poder Executivo.
175	Suplementação dos GNDs “3”, “4” e “5”, até o limite do saldo orçamentário de cada subtítulo apurado em 31 de dezembro de 2013, nos referidos GNDs, desde que para aplicação nas mesmas finalidades em 2014, no âmbito:			



TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUME NTO A SER PUBLICA DO
	a) do Ministério da Educação;	Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, relativo a receitas vinculadas à educação.	LOA-2014, art. 4º, inciso XIV, alínea “a”.	Decreto do Poder Executivo.
	b) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, os concernentes às ações constantes das subfunções “571 - Desenvolvimento Científico”, “572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia”, “573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico” e “753 - Combustíveis Minerais”; e	Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, relativo a receitas vinculadas à ciência, tecnologia e inovação.	LOA-2014, art. 4º, inciso XIV, alínea “b”.	Decreto do Poder Executivo.
	c) do Ministério do Esporte, os constantes das ações relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e à Copa do Mundo FIFA 2014, vinculadas à subfunção 811 - Desporto de Rendimento.	Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013.	LOA-2014, art. 4º, inciso XIV, alínea “c”.	Decreto do Poder Executivo.
176	Suplementação de subtítulos das ações relativas às contribuições, anuidades e integralizações de cotas a organismos.	a) Excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional; b) anulação de dotações orçamentárias: 1. contidas em subtítulos das referidas ações; e 2. constantes dos GNDs “3”, “4” e “5” de outros subtítulos, até o limite de 30% da soma dessas dotações; e c) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013.	LOA-2014, art. 4º, inciso XIX, alíneas “a”, “b”, itens “1” e “2”, e “c”.	Decreto do Poder Executivo.
177	Suplementação de subtítulos de projetos orçamentários em andamento até o limite de seu saldo orçamentário apurado em 31 de dezembro de 2013, para alocação no mesmo subtítulo.	Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013.	LOA-2014, art. 4º, inciso XIII.	Decreto do Poder Executivo.
181	Suplementação da ação 00OB- Auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético, no âmbito da UO 71.118 - Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia.	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional (fonte 144).	LOA-2014, art. 4º, inciso XXVII.	Decreto do Poder Executivo.
182	Suplementação de dotações no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, do Nordeste - FDNE e do Centro-Oeste - FDCO.	a) Excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional; e b) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013.	LOA-2014, art. 4º, inciso XXVIII.	Decreto do Poder Executivo.
183	Remanejamento de dotação incluída ou acrescida em decorrência de emenda individual, solicitado pelo autor da emenda:			
	a) não classificada como ações e serviços públicos de saúde (RP 6 e IU 6).	Anulação de dotação decorrente de emenda do mesmo autor, exceto se classificada como	LOA-2014, art. 4º, inciso XXIX.	Decreto do Poder Executivo.

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO
		ações e serviços públicos de saúde (RP 6 e IU 6).		
	b) classificada como ações e serviços públicos de saúde (RP 6 e IU 6).	Anulação de dotação decorrente de emenda do mesmo autor, no âmbito do Ministério da Saúde, classificada com RP 6 e IU 6.	LOA-2014, art. 4º, incisos XXIX e XXX.	Decreto do Poder Executivo.
184	Remanejamento de dotação incluída ou acrescida em decorrência de emenda individual, classificada com RP-6, indicada pelo Poder Legislativo nos termos do inciso II do § 2º do art. 52 da LDO-2014, constante de Projeto de Lei não deliberado pelo Congresso Nacional.	Anulação de dotação decorrente de emenda do mesmo autor, classificada com RP 6, com impedimento insuperável de ordem técnica, constante de Projeto de Lei não deliberado pelo Congresso Nacional.	LOA-2014, art. 4º, incisos XXIX e XXX, c/c o art. 52, § 2º, inciso IV, da LDO-2014	Decreto do Poder Executivo.
191	Atendimento de despesas com benefícios assistenciais da Lei Orgânica de Assistência Social e Renda Mensal Vitalícia.	a) Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013; e b) anulação de dotações orçamentárias alocadas às referidas finalidades.	LOA-2014, art. 4º, inciso XX, alíneas “a” e “b”.	Decreto do Poder Executivo.
192	Atendimento de despesas com pensões indenizatórias decorrentes de legislação especial e/ou de decisões judiciais.	Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013.	LOA-2014, art. 4º, inciso XXI.	Decreto do Poder Executivo.
195	Atendimento de despesas com o pagamento de anistiados políticos nos termos da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006, até o limite de 30% de cada subtítulo.	Anulação de dotações orçamentárias de outros subtítulos até o limite de 30%.	LOA-2014, art. 4º, inciso XXIV.	Decreto do Poder Executivo.
197	Atendimento de despesas com a remuneração de agentes financeiros, no âmbito da unidade orçamentária “71.104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda”, limitado a 30% do subtítulo.	a) Excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional; e b) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013.	LOA-2014, art. 4º, inciso XXVI, alíneas “a” e “b”.	Decreto do Poder Executivo.

## II - CRÉDITOS SUPLEMENTARES DEPENDENTES DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO
120	Suplementação acima dos limites autorizados na LOA-2014, ou não autorizada no texto da referida Lei.	a) Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício de 2013, observado o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000; b) excesso de arrecadação de receitas, inclusive do Tesouro Nacional; c) anulação de dotações orçamentárias, inclusive da	Lei específica.	Lei de abertura dos créditos suplementares correspondentes.



		Reserva de Contingência; e d) recursos de operações de crédito internas e externas.		
121	Remanejamento de dotação incluída ou acrescida à programação em decorrência de emenda individual, classificada com RP-6, indicada pelo Poder Legislativo nos termos do inciso II do § 2º do art. 52 da LDO-2014.	Anulação de dotação decorrente de emenda do mesmo autor, classificada com RP 6, com impedimento insuperável de ordem técnica de empenho da despesa, justificado pelo Poder Executivo nos termos do inciso I do § 2º do art. 52 da LDO-2014.	Lei específica.	Lei de abertura do crédito suplementar correspondente

### III - CRÉDITOS ESPECIAIS

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZA ÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO
200	Inclusão de categoria de programação não contemplada na LOA-2014.	a) Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, observado o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000; b) excesso de arrecadação de receitas, inclusive do Tesouro Nacional, de doações e de convênios; c) anulação de dotações orçamentárias, inclusive da Reserva de Contingência; e d) recursos de operações de crédito internas e externas.	Lei específica.	Lei de abertura dos créditos especiais correspondentes.
201	Inclusão de programação de emenda individual, classificada com RP-6, indicada pelo Poder Legislativo nos termos do inciso II do § 2º do art. 52 da LDO-2014, não contemplada na LOA-2014.	Anulação de dotação decorrente de emenda do mesmo autor, classificada com RP 6, com impedimento insuperável de ordem técnica de empenho da despesa, justificado pelo Poder Executivo nos termos do inciso I do § 2º do art. 52 da LDO-2014.	Lei específica.	Lei de abertura do crédito suplementar correspondente

### IV - CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZA ÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO
500	Atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.	Quaisquer fontes de recursos.	Art. 167, § 3º, combinado com o art. 62, ambos da Constituição.	Medida Provisória.

# V - OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZA ÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO
600	a) Remanejamento de fontes de recursos entre dotações orçamentárias, podendo haver a alteração concomitante do Identificador de Uso - IDUSO, mantendo-se o montante das fontes e os demais atributos da programação;	Redução de dotações em uma fonte de recursos e acréscimo em outra fonte, e vice-versa.	LDO-2014, art. 37, § 2º, inciso II, alínea "a".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal para as fontes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.
	b) Substituição de uma fonte de recursos pela inclusão de superávit financeiro da mesma ou de outra fonte ou excesso de arrecadação de outra fonte, podendo haver a alteração concomitante do Identificador de Uso - IDUSO, mantendo-se os demais atributos da programação;	Superávit financeiro ou excesso de arrecadação de outra fonte.	LDO-2014, art. 37, § 2º, inciso II, alínea "a".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal para as fontes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.
	c) Alteração do IDUSO, mantendo-se os demais atributos da programação; e	Redução de dotações consignadas a qualquer IDUSO, remanejadas para outro IDUSO, no âmbito do mesmo subtítulo.	LDO-2014, art. 37, § 2º, inciso II, alínea "a".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal.
	d) Alteração de esfera orçamentária, mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações em uma esfera orçamentária remanejadas para outra esfera.	LDO-2014, art. 37, § 2º, inciso II, alínea "a".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal.
610	Alteração de Modalidade de Aplicação, mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações em uma modalidade de aplicação remanejadas para outra modalidade.	LDO-2014, art. 37, §§ 4º e 6º.	Não há. Realizada direta-mente no SIAFI.
700	Alteração do identificador de resultado primário (RP), mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações classificadas em um identificador de resultado primário, remanejadas para outro identificador.	LDO-2014, art. 37, § 2º, inciso II, alínea "a".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal.
710	Ajustes nas codificações orçamentárias, desde que não impliquem em mudança de valores e finalidade da programação.	Devem ser mantidas as mesmas informações da categoria de programação, exceto o código alterado.	LDO-2014, art. 38, § 4º.	Não há. Efetuado diretamente no SIOP.
910	Ajuste de Arquivo relativo à alteração do Identificador de Doação e de Operação de Crédito - IDOC, mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações consignadas a qualquer IDOC, remanejadas para outro IDOC.	Inexiste, pois não altera a LOA-2014.	Não há. Efetuado somente intrasistemas (SIOP/SIAFI).
911	Remanejamento entre POs existentes.	Redução de dotações de outros POs no âmbito do mesmo subtítulo para acréscimo de outro PO existente.	Inexiste, pois não altera a LOA-2014.	Não há. Efetuado somente intrasistemas (SIOP/SIAFI).
912	Criação de PO.	Redução de dotações de outros POs existentes no âmbito do mesmo subtítulo.	Inexiste, pois não altera a LOA-2014.	Não há. Efetuado somente intrasistemas (SIOP/SIAFI).



TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZA ÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO
920	Transposição de dotações orçamentárias de uma unidade orçamentária para outra (DE/PARA), no caso de reestruturação organizacional do Poder Executivo ou de transferência de atribuições de unidade, órgão ou entidade, extinto, transformado, transferido, incorporado ou desmembrado.	Cancelamento de dotações do órgão/unidade/entidade, extinto, transformado, transferido, incorporado ou desmembrado.	LDO-2014, art. 46, ou lei específica.	Decreto do Poder Executivo.
930	Alteração de GNDs de créditos extraordinários abertos e reabertos, destinados, exclusivamente, ao atendimento de despesas relativas à calamidade pública, podendo haver a criação de GNDs.	Redução de dotações de outros GNDs no âmbito do mesmo subtítulo.	LDO-2014, art. 40, § 2º.	Decreto do Poder Executivo.

**Observações:**

- a) na anulação de dotações orçamentárias, deve ser observado, no que couber, o disposto nos arts. 16, 17 e 27 desta Portaria;
- b) a suplementação ou a anulação de dotações entre subtítulos, mediante a utilização do tipo de alteração orçamentária “107”, não poderá ser superior ao limite de 30% (trinta por cento) do valor do respectivo subtítulo aprovado na LOA-2014, consideradas as alterações já efetivadas por meio do tipo “100”;
- c) na anulação de dotações, é vedado o cancelamento de quaisquer valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais, salvo quando houver solicitação expressa de seu autor. No caso de emendas coletivas, também deverá ter a anuência expressa da bancada estadual ou da Comissão;
- d) em todas as alterações orçamentárias, devem ser observadas as vinculações constitucionais e legais de receitas vigentes;
- e) os créditos suplementares abertos por Decreto com a concomitante modificação de identificadores de uso e de resultado primário e de esfera orçamentária, no âmbito do mesmo subtítulo, ou de fontes de recursos, deverão conter no amparo legal o art. 38, § 2º, da LDO-2014, devendo ser observado o disposto no art. 49 dessa Lei;
- f) o remanejamento de eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias relativas aos benefícios auxílio-alimentação ou refeição, assistência pré-escolar, assistência médica e odontológica e auxílio-transporte, para o atendimento de outras despesas, inclusive da própria unidade orçamentária, somente poderá ocorrer se, comprovadamente, não houver necessidade de suplementação das referidas dotações de outras unidades orçamentárias de cada órgão orçamentário dos respectivos Poderes, do MPU e da DPU;
- g) a alteração da codificação orçamentária, prevista no art. 38, § 4º, da LDO-2014, não deve ser realizada por meio de alteração orçamentária, devendo a sua solicitação observar o disposto no § 1º do art. 7º desta Portaria; e
- h) na abertura dos créditos suplementares, poderão ser incluídos GNDs, além dos aprovados no respectivo subtítulo, desde que compatíveis com a finalidade da ação orçamentária correspondente.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

## ANEXO 8

Informação SOF/TSE nº 1/2016



**PORTARIA Nº 16, DE 29 DE ABRIL DE 2015.**

(publicada no DOU de 30/04/15, Seção I, página 127)

Estabelece procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias, no exercício de 2015, e dá outras providências.

A **SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL**, no uso das atribuições estabelecidas no art. 20, inciso II, do Anexo I do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e tendo em vista, especialmente, o disposto nos arts. 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 53, § 2º, 59, **caput**, inciso III, e §§ 1º e 4º, e 104 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, e no art. 4º da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, **resolve**:

**CAPÍTULO I**  
**DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

**Seção I**  
**Disposições Preliminares**

Art. 1º As alterações orçamentárias relativas aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive no que concerne a fonte de recursos, modalidade de aplicação, identificadores de uso e de resultado primário, bem como a esfera orçamentária e codificação orçamentária, serão regidas no corrente exercício financeiro pelos procedimentos contidos na presente Portaria.

Parágrafo único. Para fins desta Portaria:

I - não se considera como alteração orçamentária a alteração de títulos de ações e subtítulos, autorizada no art. 38, § 1º, inciso III, alínea "b", da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 - LDO-2015, devendo a sua solicitação observar o mesmo procedimento previsto no § 1º do art. 7º desta Portaria;

II - considera-se como alteração orçamentária a alteração do identificador de doação e de operação de crédito e o remanejamento entre Planos Orçamentários - PO, inclusive quando envolver a criação de novo PO;

III - nas referências ao Ministério Público da União - MPU considera-se incluído o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP; e

IV - considera-se órgão setorial aquele integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal - SPOF, ou equivalente.

**Seção II**  
**Dos Tipos de Alterações Orçamentárias**

Art. 2º A Unidade Orçamentária - UO indicará o tipo de alteração orçamentária solicitada, de acordo com a "Tabela de Tipos de Alterações Orçamentárias", constante do Anexo desta Portaria, e o respectivo fundamento legal, cabendo ao respectivo órgão setorial verificar a exatidão dessas informações.

Art. 3º Cada solicitação deverá restringir-se a uma única espécie de crédito adicional, conforme definido no art. 41 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto nos arts. 11 e 12 desta Portaria.

### Seção III

#### Das Solicitações de Alterações Orçamentárias

Art. 4º As solicitações de alterações orçamentárias deverão ter início na UO interessada, mediante acesso *on-line* ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, exceto para a modalidade de aplicação, e serão encaminhadas ao órgão setorial correspondente.

Parágrafo único. As informações prestadas pelas UOs serão analisadas pelo órgão setorial referido no **caput**, que procederá a avaliação global da necessidade dos créditos solicitados e das possibilidades de oferecer recursos compensatórios, manifestando-se, nas áreas de sua competência, sobre a validade dos pleitos, manifestação essa que será parte integrante das solicitações iniciadas nas UOs.

Art. 5º Os órgãos setoriais encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP, mediante acesso *on-line* ao SIOP, as solicitações de créditos suplementares e especiais de suas unidades, observadas as disposições desta Portaria, nos seguintes prazos:

I - créditos dependentes de autorização legislativa: primeira quinzena de maio e de setembro; e

II - créditos autorizados na Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária de 2015 - LOA-2015: primeira quinzena de maio, de setembro e de novembro, sem prejuízo dos prazos de que tratam os §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 1º Para o atendimento dos prazos previstos neste artigo, os órgãos setoriais poderão estabelecer prazos para as suas UOs subordinadas ou vinculadas elaborarem as respectivas solicitações de crédito.

§ 2º As solicitações de créditos suplementares autorizados na LOA-2015, para o atendimento das despesas a seguir relacionadas, poderão, excepcionalmente, ser encaminhadas até 8 de dezembro de 2015, consideradas as despesas efetivamente realizadas até o mês de novembro de 2015:

I - transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, decorrentes de vinculações constitucionais ou legais; aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos termos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; e ao complemento da atualização monetária do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (art. 4º, **caput**, inciso III, da LOA-2015);

II - sentenças judiciais transitadas em julgado (art. 4º, **caput**, inciso IV, da LOA-2015);

III - serviço da dívida (art. 4º, **caput**, inciso V, da LOA-2015);

IV - pessoal e encargos sociais (art. 4º, **caput**, inciso VI, da LOA-2015);

V - do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (art. 4º, **caput**, inciso X, da LOA-2015);



VI - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (art. 4º, **caput**, inciso XV, da LOA-2015);

VII - benefícios auxílio-alimentação ou refeição, assistência médica e odontológica, assistência pré-escolar e auxílio-transporte, ou similares, a militares, servidores, empregados, e seus dependentes, de movimentação de militares, de fardamento de militares das Forças Armadas e concessão dos benefícios de auxílio-natalidade e auxílio-funeral (art. 4º, **caput**, inciso XVI, da LOA-2015);

VIII - abono salarial e seguro-desemprego, inclusive o benefício da bolsa-qualificação (art. 4º, **caput**, inciso XVIII, da LOA-2015);

IX - benefícios assistenciais da Lei Orgânica de Assistência Social e Renda Mensal Vitalícia (art. 4º, **caput**, inciso XX, da LOA-2015);

X - indenizações, benefícios e pensões indenizatórias decorrentes de legislação especial e/ou de decisões judiciais (art. 4º, **caput**, inciso XXI, da LOA-2015); e

XI - assistência médica e odontológica a militares e seus dependentes, mediante utilização do excesso de arrecadação das receitas decorrentes da contribuição do militar para a assistência médico-hospitalar e social e da indenização pela prestação de assistência médico-hospitalar (art. 4º, **caput**, inciso XXIV, da LOA-2015); e

XII - distribuição, aos respectivos beneficiários, dos recursos dos *royalties* do petróleo, alocados na Reserva de Contingência - *Royalties* do Petróleo ou constantes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014 (art. 4º, **caput**, inciso XXIX, da LOA-2015).

§ 3º Os prazos previstos no inciso II do **caput** e no § 2º, deste artigo, não se aplicam às solicitações de créditos suplementares destinados ao pagamento de sentenças judiciais de empresas estatais dependentes, as quais poderão ser enviadas até 15 de dezembro de 2015.

§ 4º Os órgãos setoriais que possuam sistemas próprios de gestão de alterações orçamentárias deverão enviar diariamente, por meio de serviços disponibilizados na *internet* pela SOF/MP, o conjunto de solicitações de alterações orçamentárias criado ou alterado no dia.

Art. 6º Aplicam-se os prazos referidos no inciso II do **caput** do art. 5º desta Portaria ao encaminhamento de solicitações de alterações relativas a:

I - esfera orçamentária;

II - fonte de recurso (Fte);

III - identificador de uso (IU);

IV - identificador de doação e de operação de crédito (IDOC);

V - identificador de resultado primário (RP), exceto RP-6;

VI - ajuste na codificação orçamentária; e

VII - transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, nos termos do disposto no § 5º do art. 167 da Constituição.

Art. 7º As solicitações de alterações orçamentárias serão efetuadas por categoria de programação em seu menor nível, na forma definida no art. 5º, inciso IV, da LDO-2015, especificando, para cada uma, a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a fonte de recurso, a modalidade de aplicação, os identificadores de uso e de resultado primário e o PO, quando for o caso.

§ 1º Nos tipos de alterações orçamentárias 200 e 500, de que trata a Tabela referida no art. 2º desta Portaria, caso existam projetos, atividades, operações especiais ou subtítulos novos, o interessado deverá proceder ao seu cadastramento prévio de acordo com as instruções constantes do SIOP.

§ 2º As alterações orçamentárias não poderão conter suplementação na modalidade de aplicação “99 - A Definir”, exceto quando for cancelada essa mesma modalidade e os tipos constantes do Anexo desta Portaria forem 600, 601, 602, 700, 710, 910, 911 ou 920.

§ 3º Aplica-se o procedimento previsto no § 1º deste artigo à criação de PO, independentemente do tipo de alteração orçamentária.

§ 4º Adicionalmente às informações a que se refere o **caput** deste artigo, deverá ser informado o identificador da emenda parlamentar quando forem utilizados os Tipos de Alteração Orçamentária 183, “a” e “b”, e 184, quando for o caso, constante da Tabela de que trata o Anexo desta Portaria.

Art. 8º As solicitações de créditos à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias ou vinculadas, do Tesouro Nacional e de Outras Fontes, serão acompanhadas das reestimativas das receitas elaboradas no SIOP com base na arrecadação registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e na tendência do exercício.

Art. 9º Quando se tratar de créditos adicionais à conta de recursos provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, as solicitações deverão observar os valores divulgados pela Portaria nº 176, de 30 de março de 2015, da Subsecretaria de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, a classificação por fonte de recursos estabelecida na Portaria SOF nº 1, de 19 de fevereiro de 2001, e alterações posteriores, assim como as vinculações das receitas que deram origem a esse superávit, em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e os saldos das dotações constantes do SIAFI em 31 de dezembro de 2014, se a base legal for o art. 4º, **caput**, incisos XIII e XIV, da LOA-2015.

Art. 10. As metas relativas às programações incluídas por meio de créditos especiais deverão ser informadas a cada solicitação desses créditos, sendo facultado nos demais casos.

Art. 11. As solicitações de créditos adicionais relativas:

I - a pessoal e encargos sociais, a benefícios aos servidores, empregados e/ou dependentes e a indenizações, benefícios e pensões indenizatórias decorrentes de legislação especial e/ou de decisões judiciais, deverão ser encaminhadas em um único pedido de crédito do SIOP, para cada órgão e para cada tipo de crédito constante da Tabela referida no art. 2º desta Portaria; e



II - a sentenças judiciais transitadas em julgado de empresas públicas dependentes observação, além das disposições desta Portaria, as normas e os procedimentos contidos na Portaria SOF nº 1, de 11 de janeiro de 2010.

Parágrafo único. O remanejamento de eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias relativas aos benefícios de que trata o inciso I do **caput** deste artigo para o atendimento de outras despesas, inclusive da própria unidade orçamentária, somente poderá ocorrer se, comprovadamente, não houver necessidade de suplementação das referidas dotações de outras unidades orçamentárias, respectivamente, do Poder Executivo ou de cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da Defensoria Pública da União - DPU, em atendimento ao disposto no art. 104 da LDO-2015.

Art. 12. O encaminhamento das solicitações de créditos adicionais destinados ao pagamento de despesas decorrentes de liminares em mandado de segurança, cautelares ou antecipações de tutela, observado o disposto na Portaria SOF nº 4, de 19 de maio de 2000, fica condicionado ao atestado da Consultoria Jurídica do respectivo Ministério supervisor quanto à força executória da ordem judicial, mediante Parecer exarado nos autos do Processo, em conformidade com o art. 4º do Decreto nº 2.839, de 6 de novembro de 1998.

Art. 13. As solicitações de alterações orçamentárias deverão obedecer à forma e ao detalhamento estabelecidos na LOA-2015, além da informação do PO e do identificador de emenda parlamentar, quando couber.

§ 1º A solicitação de remanejamento de PO, inclusive sua criação, quando for o caso, poderá ser efetuada a qualquer tempo mediante a utilização do tipo de alteração orçamentária 911, constante da Tabela referida no art. 2º desta Portaria.

§ 2º O remanejamento de PO não poderá implicar em alteração de qualquer classificação orçamentária ou valor constante da LOA-2015.

#### **Subseção I Das Justificativas**

Art. 14. As solicitações de créditos adicionais deverão conter exposição circunstanciada que as justifiquem, indicando:

I - a necessidade da alteração orçamentária;

II - o impacto do cancelamento de dotações;

III - as consequências do não atendimento do pleito;

IV - os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária; e

V - outras informações relevantes, com destaque para o aumento ou a redução do quantitativo das metas físicas das programações, quando previstas na LOA-2015.

§ 1º As solicitações de créditos adicionais que objetivem o pagamento de precatórios deverão atender ao disposto nos arts. 24 e 25 da LDO-2015, bem como informar o motivo da sua não inclusão na relação de que trata o referido art. 25.

§ 2º Aplica-se, no que couber, o disposto neste artigo às solicitações de alterações de fonte de recursos, de identificadores de uso, de doação e de operação de crédito e de resultado primário, de código de ações e de subtítulos e de PO.

## **Subseção II**

### **Dos Procedimentos Essenciais**

Art. 15. Cabe aos órgãos setoriais apreciar as solicitações de alterações orçamentárias sob os aspectos legal, de planejamento, de programação e execução orçamentária e financeira e aprovar ou não, em primeira instância, tais solicitações, considerando sua repercussão no programa de trabalho do Ministério ou órgão.

§ 1º Os recursos oferecidos para anulação não poderão ser objeto de execução ou de outras alterações orçamentárias enquanto a solicitação estiver em tramitação.

§ 2º Para o cumprimento do disposto no § 1º, os órgãos setoriais referidos no **caput**, deverão proceder ao bloqueio, no SIAFI, das dotações orçamentárias oferecidas para anulação, ou determinar que as unidades subordinadas assim o façam, exceto se já estiverem sido bloqueadas em decorrência de outros procedimentos.

§ 3º Considerar-se-ão em tramitação, para os fins do disposto nos §§ 1º e 2º, as solicitações de alterações orçamentárias não devolvidas pela SOF/MP.

§ 4º A SOF/MP realizará a transferência, no SIAFI, dos valores referentes às dotações oferecidas para anulação, bloqueados ou contidos, para a conta “29212.01.06 - CRÉDITO BLOQUEADO PARA REMANEJAMENTO PELA SOF” antes do envio do crédito, ou da edição da Portaria de que trata o inciso III do § 1º do art. 38 da LDO-2015.

§ 5º Eventuais inversões de saldo na conta “29212.01.01 - CRÉDITO BLOQUEADO PARA REMANEJAMENTO”, em decorrência da inexistência de bloqueio de que trata o § 2º deste artigo para fazer face à transferência explicitada no § 4º, são de total responsabilidade dos órgãos setoriais, cabendo exclusivamente a eles as providências necessárias para a regularização das aludidas inversões.

Art. 16. No cancelamento de dotações constantes dos Decretos de abertura de crédito suplementar autorizados no art. 4º da LOA-2015, fica vedado o cancelamento de quaisquer valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais, divulgadas na página da **internet** da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO do Congresso Nacional, nos termos da alínea “c” do inciso II do § 1º do art. 127 da LDO-2015.

§ 1º Não se aplica a vedação do cancelamento de emendas a que se refere o **caput** quando houver solicitação expressa de seu autor ou indicação do Poder Legislativo e forem observadas as demais condições estabelecidas no § 5º do art. 4º da LOA-2015.

§ 2º No caso do § 1º deste artigo, o preâmbulo do Decreto de abertura do crédito deverá conter referência:

I - ao § 5º, inciso I, do art. 4º da LOA-2015; ou

II - aos §§ 5º, inciso I, e 6º do art. 4º da LOA-2015 e ao inciso IV do **caput** do art. 59 da LDO-2015, quando se referir a Projeto de Lei não deliberado pelo Congresso Nacional.



§ 3º Os créditos abertos nos termos dos §§ 1º e 2º deste artigo deverão identificar, na suplementação, o autor e a emenda objeto de cancelamento, a fim de possibilitar essa identificação na execução.

§ 4º O órgão setorial solicitante de crédito suplementar que envolva cancelamento de emenda individual deverá enviar, em meio eletrônico, a solicitação do parlamentar autor da emenda, prevista no inciso I do § 5º do art. 4º da LOA-2015.

Art. 17. Aplica-se o disposto no § 4º do art. 16 às solicitações de crédito dependentes de autorização legislativa, de que trata o inciso I do art. 5º desta Portaria, bem como a todos os pedidos que envolverem cancelamento de emendas coletivas, enviados pelos órgãos do Poder Executivo.

Art. 18. Os órgãos setoriais referidos no art. 15 desta Portaria deverão, ainda, observar o disposto no art. 13 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, além de outras normas aplicáveis à matéria, quando da análise das solicitações de créditos adicionais para o atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais.

#### **Seção IV**

##### **Das Modificações das Modalidades de Aplicação**

Art. 19. As modificações das modalidades de aplicação, constantes da LOA-2015 e de seus créditos adicionais, inclusive os reabertos, observado o disposto nos §§ 1º e 3º do art. 15 desta Portaria, serão efetuadas diretamente no SIAFI pelas UOs contempladas com os respectivos créditos orçamentários.

Art. 20. As modificações efetivadas no SIAFI, de acordo com o art. 19 desta Portaria, deverão ser encaminhadas pela STN/MF à SOF/MP para fins de atualização dos dados constantes do SIOP.

### **CAPÍTULO II DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

#### **Seção I**

##### **Do Acompanhamento da Receita**

Art. 21. O acompanhamento sistemático e periódico das informações relativas às receitas próprias e vinculadas, do Tesouro Nacional e de Outras Fontes dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal, que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, será realizado por meio das informações registradas no SIAFI.

§ 1º Na análise das solicitações de alterações orçamentárias que envolvam as receitas referidas neste artigo, serão consideradas, em relação à sua realização, exclusivamente as informações registradas no SIAFI, bem como o excesso de arrecadação apurado de acordo com as reestimativas elaboradas no SIOP.

§ 2º As reestimativas das receitas ocorrerão bimestralmente quando das avaliações da receita e da despesa de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

#### **Seção II**

##### **Do Acompanhamento das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais**

Art. 22. O acompanhamento mensal das despesas com pessoal e encargos sociais, realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, será efetuado com base nas informações registradas no SIAFI e no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.

Art. 23. As projeções das despesas com pessoal e encargos sociais serão elaboradas com base no acompanhamento previsto no art. 22 desta Portaria, com o objetivo de subsidiar os processos de definição de limites para a elaboração da proposta orçamentária do exercício seguinte e de concessão de créditos adicionais no exercício corrente.

§ 1º A base de projeção efetivada pela SOF/MP será revisada mensalmente.

§ 2º A SOF/MP agendará reuniões com o órgão setorial, quando necessário, para avaliação das bases de projeção, visando ao cumprimento do disposto no **caput**.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. O encaminhamento das solicitações de alterações orçamentárias à SOF/MP será processado, exclusivamente, por meio de pedido constante do módulo de Alterações Orçamentárias do SIOP.

Art. 25. Para fins do disposto no art. 4º, **caput**, incisos I, alínea “c”, IV, alínea “d”, XI, alínea “b”, XII, alíneas “a”, itens “2” e “3”, “b”, itens “2” e “3”, e XXII, alínea “b”, da LOA-2015, entende-se como receitas próprias, tal qual definida no art. 4º da Portaria SOF nº 10, de 22 de agosto de 2002, os recursos classificados nas fontes “50 - Recursos Próprios Não Financeiros” e “80 - Recursos Próprios Financeiros”.

Art. 26. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais serão encaminhados ao Congresso Nacional até 15 de outubro de 2015, sempre que possível de forma consolidada, observadas as seguintes áreas temáticas, salvo em relação à área temática VIII, que deverá ser desmembrada em órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União e em órgãos do Poder Executivo:

I - Infraestrutura, com as matérias relativas aos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, seus órgãos, entidades e fundos;

II - Saúde, com as matérias relativas ao Ministério da Saúde, seus órgãos, entidades e fundos;

III - Integração Nacional e Meio Ambiente, com as matérias relativas aos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, seus órgãos, entidades e fundos;

IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte, com as matérias relativas aos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Cultura e do Esporte, seus órgãos, entidades e fundos;

V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano, com as matérias relativas aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, seus órgãos, entidades e fundos;

VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, com as matérias relativas aos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo e à Secretaria da Micro e Pequena Empresa, seus órgãos, entidades e fundos, a Encargos Financeiros da União, a



Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, a Operações Oficiais de Crédito e a Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal;

VII - Justiça e Defesa, com as matérias relativas aos Ministérios da Justiça e da Defesa, seus órgãos, entidades e fundos;

VIII - Poderes do Estado e Representação, com as matérias relativas:

a) aos Poderes Legislativo e Judiciário, à DPU e ao MPU; e

b) à Presidência da República, ao Ministério das Relações Exteriores, ao Gabinete da Vice-Presidência da República, à Secretaria de Assuntos Estratégicos, à Secretaria de Aviação Civil, à Advocacia-Geral da União, à Secretaria de Direitos Humanos, à Secretaria de Políticas para as Mulheres, à Controladoria-Geral da União, à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e à Secretaria de Portos, seus órgãos, entidades e fundos;

IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário, com as matérias relativas aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura, seus órgãos, entidades e fundos; e

X - Trabalho, Previdência e Assistência Social, com as matérias relativas aos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, seus órgãos, entidades e fundos.

Parágrafo único. Em face do disposto no **caput** e no § 14, ambos do art. 39 da LDO-2015, os projetos de lei de créditos suplementares e especiais dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União poderão ser encaminhados de forma consolidada por tipo de crédito, os quais não poderão ser integrados por órgãos do Poder Executivo.

Art. 27. As dotações orçamentárias alocadas na LOA-2015 com as destinações abaixo relacionadas somente poderão ser anuladas para a abertura de créditos com outras finalidades, mediante projeto de lei a ser aprovado pelo Congresso Nacional, tendo em vista o disposto nos arts. 46 e 50 da LDO-2015:

I - pagamento de precatórios judiciais; e

II - contrapartida nacional de empréstimos internos e externos e para o pagamento de amortização, juros e outros encargos.

Art. 28. O remanejamento de dotações entre subtítulos de ações do mesmo programa, aprovadas na LOA-2015, no âmbito de cada órgão orçamentário, mediante a utilização do tipo de alteração orçamentária "107", constante da Tabela a que se refere o Anexo desta Portaria, não poderá ser superior ao limite de 30% (trinta por cento) do valor do respectivo subtítulo aprovado na LOA-2015, consideradas as alterações já efetivadas por intermédio do tipo 100, constante da referida Tabela.

Art. 29. A solicitação de abertura de crédito adicional para o atendimento de despesas primárias obrigatórias do Poder Executivo, à conta de anulação de dotações relativas a despesas primárias discricionárias, deverá ser acompanhada da indicação dos limites de movimentação e empenho dessas últimas despesas que deverão ser remanejados para a execução das despesas suplementadas.

Parágrafo único. Após a abertura do crédito adicional a que se refere o **caput** deste artigo, a SOF/MP tomará as providências necessárias ao remanejamento dos limites de movimentação e empenho.

Art. 30. Caberá ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, ou autoridade equivalente, de cada Ministério ou órgão, adotar as medidas necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 31. O descumprimento ou inobservância dos procedimentos contidos na presente Portaria, especialmente do disposto nos arts. 10, 11, 14, 15, § 1º, 16, 17 e 29, **caput**, poderá ensejar a devolução dos pleitos relativos aos órgãos ou entidades envolvidos.

Art. 32. Os créditos suplementares autorizados na LOA-2015, que dependem de ato do Poder Executivo para a sua abertura, terão como prazo máximo para publicação 15 de dezembro de 2015, conforme estabelece o § 2º do art. 4º da LOA-2015, exceto os relativos aos incisos III, IV, V, VI, X, XV, XVI, XVIII, XX, XXI, XXIV e XXIX do **caput** do referido artigo, relacionados no § 2º do art. 5º desta Portaria, os quais poderão ser publicados até 31 de dezembro de 2015.

Art. 33. Na abertura dos créditos suplementares, poderão ser incluídos grupos de natureza de despesa, além dos aprovados no respectivo subtítulo, desde que compatíveis com a finalidade da ação orçamentária correspondente.

Art. 34. Ressalvadas orientações supervenientes em contrário, a solicitação de remanejamento de dotações decorrentes de valores incluídos ou acrescidos à programação em decorrência de emendas individuais apresentadas por parlamentares, a que se referem os §§ 5º e 6º do art. 4º da LOA-2015 e os tipos de crédito 183, “a” e “b”, e 184, constantes do Anexo desta Portaria, deverá ser encaminhada, no âmbito do Poder Executivo, por intermédio do órgão setorial contemplado com a emenda, observado o disposto nesta Portaria.

§ 1º Quando o remanejamento referido no **caput** envolver o cancelamento em um órgão e suplementação em outro, o encaminhamento deverá ser feito pelo órgão setorial beneficiado com a suplementação.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, o órgão setorial que receber a solicitação do parlamentar deverá se articular com o outro órgão setorial envolvido a fim viabilizar o remanejamento solicitado.

Art. 35. Os procedimentos estabelecidos por esta Portaria aplicam-se, no que couber, aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU, sem prejuízo do disposto na Portaria SOF nº 15, de 28 de abril de 2015.

Art. 36. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTHER DWECK



## ANEXO

## TABELA DE TIPOS DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

## I - CRÉDITOS SUPLEMENTARES AUTORIZADOS NA LEI Nº 13.115, DE 20 DE ABRIL DE 2015, LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2015 - LOA-2015

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO
100	Suplementação de subtitulos de projetos, atividades e operações especiais até o limite de 20% do respectivo valor constante da LOA-2015.	a) Anulação de até 20% das dotações de outros subtitulos, constantes da LOA-2015, à conta de quaisquer fontes de recursos; b) Reserva de Contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; c) excesso de arrecadação de receitas próprias; d) excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional; e e) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso I, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e".	Decreto do Poder Executivo.
101	Suplementação de dotações destinadas ao atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais.	a) Anulação de dotações consignadas ao mesmo Grupo de Natureza de Despesa - GND; b) Reserva de Contingência/Recursos para o atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal; c) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014; e d) excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso VI, alíneas "a", "b", "c" e "d".	Decreto do Poder Executivo.
102	Suplementação dos GNDs "3", "4" e "5", mediante o remanejamento de dotações, no âmbito:			
	a) da Fundação Joaquim Nabuco, do Instituto Nacional de Educação de Surdos, do Instituto Benjamin Constant, do Colégio Pedro II, das Instituições Federais de Ensino Superior, dos Hospitais Universitários, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, integrantes do Ministério da Educação;	Anulação de dotações dos referidos GNDs, no âmbito de cada unidade orçamentária, até o limite de 50% da soma das respectivas dotações.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XII, alínea "a", item 1.	Decreto do Poder Executivo.
	b) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, das Instituições Científicas e	a) Anulação de dotações dos referidos GNDs, no âmbito de cada uma das unidades orçamentárias, até o limite de 30% da soma das respectivas	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XII, alínea "b", itens "1" e "4".	Decreto do Poder Executivo.

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO
	Tecnológicas, assim definidas no art. 2º, inciso V, da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e das instituições de pesquisa integrantes da administração direta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e	dotações; e b) Reserva de Contingência à conta de recursos vinculados à ciência, tecnologia e inovação constantes da LOA-2015.		
	c) do Ministério do Esporte, restrito às ações relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, vinculadas à subfunção 811 - Desporto de Rendimento.	a) Reserva de Contingência; e b) anulação de dotações consignadas a grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XII, alínea "c", itens "1" e "2".	Decreto do Poder Executivo.
103	Suplementação dos GNDs "3", "4" e "5" no âmbito:			
	a) da Fundação Joaquim Nabuco, do Instituto Nacional de Educação de Surdos, do Instituto Benjamin Constant, do Colégio Pedro II, das Instituições Federais de Ensino Superior, dos Hospitais Universitários, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, integrantes do Ministério da Educação;	a) Excesso de arrecadação de receitas próprias gerado pela respectiva unidade orçamentária, de convênios e de doações; e b) superávit financeiro, relativo a receitas próprias, convênios e doações, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, de cada uma das referidas entidades.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XII, alínea "a", itens "2" e "3".	Decreto do Poder Executivo.
	b) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, das Instituições Científicas e Tecnológicas, assim definidas no art. 2º, inciso V, da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e das instituições de pesquisa integrantes da administração direta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e	a) Excesso de arrecadação de receitas próprias geradas por essas entidades; e b) superávit financeiro, relativo a receitas próprias e vinculadas, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, de cada uma das referidas entidades.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XII, alínea "b", itens "2" e "3".	Decreto do Poder Executivo.
	c) do Ministério do Esporte, restrito às ações relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, vinculadas à subfunção 811 - Desporto de Rendimento.	a) Excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional; e b) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XII, alínea "c", itens "3" e "4".	Decreto do Poder Executivo.
106	Atendimento de despesas constantes do Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS.	a) Anulação de dotações consignadas a essas despesas no âmbito do FRGPS; b) excesso de arrecadação das contribuições previdenciárias para o RGPS; e c) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso X, alíneas "a", "b" e "c".	Decreto do Poder Executivo.
107	Remanejamento de dotações orçamentárias entre subtitulos integrantes de ações do mesmo programa, no âmbito de cada órgão orçamentário, desde que não ultrapasse o limite de 30% do	Anulação de até 30% das dotações orçamentárias constantes dos subtitulos de ações integrantes do mesmo programa, no âmbito de cada órgão	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso I, alínea "a", e § 1º.	Decreto do Poder Executivo.

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO
	respectivo valor constante da LOA-2015, consideradas as alterações já efetivadas por meio do tipo 100.	orçamentário, consideradas as anulações já efetivadas por meio do tipo 100.		
110	Suplementação dos GNDs “3”, “4” e “5” no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação, até a soma das dotações desses grupos.	Anulação até a soma das dotações dos GNDs “3”, “4” e “5” do mesmo subtítulo objeto da suplementação.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso II.	Decreto do Poder Executivo.
111	Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização).	a) Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014; b) anulação de dotações consignadas ao pagamento do serviço da dívida na mesma ou em outra unidade orçamentária, bem como a GND no âmbito do mesmo subtítulo; c) Reserva de Contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; d) excesso de arrecadação decorrente dos pagamentos de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores (só para amortização); e) resultado do Banco Central do Brasil (só para amortização); e f) recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso V, alíneas “a”, “b”, itens “1” e “2”, “c”, “d”, “e” e “f”.	Decreto do Poder Executivo.
112	Atendimento de despesas com sentenças judiciais, inclusive daquelas consideradas de pequeno valor nos termos da legislação vigente.	a) Reserva de Contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; b) anulação de dotações consignadas a GNDs, no âmbito do mesmo subtítulo, até o seu valor total; c) anulação de dotações consignadas a essa finalidade, na mesma ou em outra unidade orçamentária; d) excesso de arrecadação de receitas próprias e do Tesouro Nacional; e e) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso IV, alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”.	Decreto do Poder Executivo.
116	Atendimento de despesas com o pagamento do abono salarial e do seguro desemprego, inclusive o benefício da bolsa-	a) Anulação de dotações consignadas às referidas despesas no âmbito do Fundo de Amparo ao	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XVIII.	Decreto do Poder Executivo.

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO
	qualificação.	Trabalhador; e b) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014.	alíneas “a” e “b”.	
118	Remanejamento de dotações de subtítulos constantes da LOA-2015, identificadas com RP 3 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC) no momento da abertura do crédito suplementar, até o limite de 30% do montante do referido Programa constante da LOA-2015 (R\$ 65.617.263.589,00).	Anulação de dotações de subtítulos constantes da LOA-2015, identificadas com RP 3 (PAC) no momento da abertura do crédito suplementar, até o montante de R\$ 19.685.179.076,00 (30% de R\$ 65.617.263.589,00).	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XVII.	Decreto do Poder Executivo.
150	Suplementação de subtítulos financiados com recursos de operações de crédito constantes da LOA-2015.	Variação monetária ou cambial das mesmas operações de crédito, desde que alocadas nos mesmos subtítulos.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso VII.	Decreto do Poder Executivo.
152	Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios, observada a destinação prevista no respectivo instrumento.	a) Doações de pessoas e de entidades nacionais e internacionais e transferências de recursos de convênios ocorridas no exercício; b) superávit financeiro desses recursos, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014; e c) anulação de dotações à conta dos referidos recursos.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso VIII.	Decreto do Poder Executivo.
153	Atendimento de despesas das ações destinadas à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, Formação e Administração de Estoques Reguladores e Estratégicos de produtos agropecuários.	Anulação de dotações consignadas às despesas constantes da descrição deste tipo de crédito.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso IX.	Decreto do Poder Executivo.
154	Atendimento de despesas da ação “0413 - Manutenção e Operação dos Partidos Políticos” no âmbito da unidade orçamentária “14901 - Fundo Partidário”.	a) Superávit financeiro do referido Fundo, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014; e b) excesso de arrecadação de receitas próprias ou vinculadas desse Fundo.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XI, alíneas “a” e “b”.	Decreto do Poder Executivo.
155	Suplementação de dotações no âmbito das agências reguladoras, do Fundo Nacional de Cultura - FNC na categoria de programação específica do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTEL.	a) Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014 de cada agência ou fundo; b) excesso de arrecadação de receitas próprias e vinculadas de cada agência ou fundo; e c) Reserva de Contingência à conta de recursos próprios e vinculados de cada agência ou fundo.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XXII, alíneas “a”, “b” e “c”.	Decreto do Poder Executivo.
156	Atendimento de despesas da ação “0E36 - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	a) Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014;	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XV.	Decreto do Poder Executivo.



TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO
	Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB".	b) excesso de arrecadação de receitas vinculadas; c) anulação parcial ou total de dotações alocadas aos subtítulos dessa ação.	alíneas "a", "b" e "c".	
157	Atendimento de despesas relativas:			
	a) aos benefícios auxílio-alimentação ou refeição, assistência médica e odontológica, assistência pré-escolar, auxílio-transporte, ou similares, a militares, servidores, empregados, e seus dependentes, auxílio-fardamento dos militares das Forças Armadas em pecúnia, auxílio-natalidade e auxílio-funeral; e	a) Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014; b) excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional; e c) anulação de dotações relativas a essas despesas.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XVI.	Decreto do Poder Executivo.
	b) à movimentação de militares e à manutenção e suprimento de fardamento de militares das Forças Armadas.	a) Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014; b) excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional; e c) anulação de dotações relativas à movimentação de militares e à manutenção e suprimento de fardamento de militares das Forças Armadas.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XVI.	Decreto do Poder Executivo.
158	Atendimento de despesas com assistência médica e odontológica a militares e seus dependentes com as fontes de recursos especificadas.	Excesso de arrecadação das receitas decorrentes da contribuição do militar para a assistência médico-hospitalar e social e da indenização pela prestação de assistência médico-hospitalar, por intermédio de organização militar, previstas no art. 15, incisos II e III, da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XXIV.	Decreto do Poder Executivo.
160	a) Transferências constitucionais ou legais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;	Excesso de arrecadação de receitas que devem ser transferidas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, decorrentes de vinculações constitucionais ou legais.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso III.	Decreto do Poder Executivo.
	b) Transferências aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte - FNO, do Nordeste - FNE e do Centro-Oeste - FCO e ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; e	Excesso de arrecadação de receitas vinculadas aos aludidos Fundos.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso III.	Decreto do Poder Executivo.
	c) Complemento da atualização monetária do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	Excesso de arrecadação de recursos da contribuição relativa à despedida de empregado sem justa causa, de que trata o art. 1º da Lei	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso III.	Decreto do Poder Executivo.

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO
		Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.		
175	Suplementação dos GNDs "3", "4" e "5", até o limite do saldo orçamentário de cada subtítulo apurado em 31 de dezembro de 2014, nos referidos GNDs, desde que para aplicação nas mesmas finalidades em 2015, no âmbito:			
	a) do Ministério da Educação;	Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a receitas vinculadas à educação.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XIV, alínea "a".	Decreto do Poder Executivo.
	b) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, os concernentes às ações constantes das subfunções "571 - Desenvolvimento Científico", "572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia", "573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico" e "753 - Combustíveis Minerais"; e	Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a receitas vinculadas à ciência, tecnologia e inovação.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XIV, alínea "b".	Decreto do Poder Executivo.
	c) do Ministério do Esporte, os constantes das ações relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, vinculadas à subfunção 811 - Desporto de Rendimento.	Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XIV, alínea "c".	Decreto do Poder Executivo.
176	Suplementação de subtítulos das ações relativas às contribuições, anuidades e integralizações de cotas, constantes dos programas "0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais" e "0913 - Operações Especiais - Participação do Brasil em Organismos Financeiros Internacionais".	a) Excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional; b) anulação de dotações orçamentárias: 1. contidas em subtítulos das referidas ações; e 2. constantes dos GNDs "3", "4" e "5" de outros subtítulos, até o limite de 30% da soma dessas dotações, no âmbito de cada subtítulo; e c) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XIX, alíneas "a", "b", itens "1" e "2", e "c".	Decreto do Poder Executivo.
177	Suplementação de subtítulos de projetos orçamentários em andamento até o limite de seu saldo orçamentário apurado em 31 de dezembro de 2014, para alocação no mesmo subtítulo.	Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XIII.	Decreto do Poder Executivo.
181	Suplementação da ação 000B - Auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético, no âmbito da UO 71.118 - Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia.	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional (fonte 144).	LOA-2015, art. 4º, inciso XXVI.	Decreto do Poder Executivo.
182	Suplementação de dotações no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, do Nordeste - FDNE e do Centro-Oeste - FDCO.	a) Excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional; e b) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XXVII.	Decreto do Poder Executivo.
183	Remanejamento entre programações incluídas ou acrescidas em			

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO
	decorrência de emenda individual, solicitado pelo autor da emenda ou indicado pelo Poder Legislativo:			
	a) não classificada como ações e serviços públicos de saúde (RP 6 e IU#6); e	Anulação de dotação decorrente de emenda do mesmo autor, exceto se classificada como ações e serviços públicos de saúde (RP 6 e IU 6), desde que haja impedimento técnico ou legal à execução da programação orçamentária que se pretenda cancelar.	LOA-2015, art. 4º, § 5º.	Decreto do Poder Executivo.
	b) classificada como ações e serviços públicos de saúde (RP 6 e IU 6).	Anulação de dotação decorrente de emenda do mesmo autor, no âmbito do Ministério da Saúde, classificada com RP 6 e IU 6, desde que haja impedimento técnico ou legal à execução da programação orçamentária que se pretenda cancelar.	LOA-2015, art. 4º, § 5º.	Decreto do Poder Executivo.
184	Remanejamento de dotação incluída ou acrescida por emenda individual, classificada com RP 6, em decorrência da não deliberação de Projeto de Lei, pelo Congresso Nacional, enviado pelo Poder Executivo nos termos do inciso III do <b>caput</b> do art. 59 da LDO-2015.	Anulação de dotação decorrente de emenda do mesmo autor, classificada com RP 6, com impedimento insuperável de ordem técnica, constante de Projeto de Lei não deliberado pelo Congresso Nacional.	LOA-2015, art. 4º, §§ 5º e 6º, c/c o art. 59, <b>caput</b> , inciso IV, da LDO-2015	Decreto do Poder Executivo.
191	Atendimento de despesas com benefícios assistenciais da Lei Orgânica de Assistência Social e Renda Mensal Vitalícia.	a) Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014; e b) anulação de dotações orçamentárias alocadas às referidas finalidades.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XX, alíneas “a” e “b”.	Decreto do Poder Executivo.
192	Atendimento de despesas com o pagamento de indenizações, benefícios e pensões indenizatórias decorrentes de legislação especial e/ou de decisões judiciais.	a) Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014; b) excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional; c) anulação de dotações consignadas a essas despesas; e d) Reserva de Contingência.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XXI, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”.	Decreto do Poder Executivo.
193	Suplementação dos subtítulos das ações voltadas à realização de grandes eventos a cargo da Presidência da República e dos Ministérios da Justiça e da Defesa.	a) Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014; b) excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional; c) Reserva de Contingência; e d) anulação de dotações dos grupos de natureza	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XXVIII, “a”, “b”, “c” e “d”.	Decreto do Poder Executivo.

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO
		de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras” de outros subtítulos, até o limite de 30% da soma dessas dotações, no âmbito de cada subtítulo.		
194	Distribuição, aos respectivos beneficiários, dos recursos dos <i>royalties</i> do petróleo.	Reserva de Contingência - <i>Royalties</i> do Petróleo ou constantes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014 relativo a esses recursos.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XXIX.	Decreto do Poder Executivo.
197	Atendimento de despesas com a remuneração de agentes financeiros, no âmbito da unidade orçamentária “71.104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda”, limitado a 30% do subtítulo.	a) Excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional; e b) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014.	LOA-2015, art. 4º, <b>caput</b> , inciso XXV, alíneas “a” e “b”.	Decreto do Poder Executivo.

## II - CRÉDITOS SUPLEMENTARES DEPENDENTES DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO
120	Suplementação acima dos limites autorizados na LOA-2015, ou não autorizada no texto da referida Lei.	a) Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, observado o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000; b) excesso de arrecadação de receitas, inclusive do Tesouro Nacional; c) anulação de dotações orçamentárias, inclusive da Reserva de Contingência; e d) recursos de operações de crédito internas e externas.	Lei específica.	Lei de abertura do crédito suplementar correspondente.
121	Remanejamento de dotação incluída ou acrescida à programação em decorrência de emenda individual, classificada com RP 6, indicado pelo Poder Legislativo nos termos da alínea “a” do inciso II do art. 59 da LDO-2015.	Anulação de dotação decorrente de emenda do mesmo autor, classificada com RP 6, com impedimento insuperável de ordem técnica de empenho da despesa, justificado pelos Poderes, MPU e DPU nos termos do inciso I do art. 59 da LDO-2015.	Lei específica.	Lei de abertura do crédito suplementar correspondente.



### III - CRÉDITOS ESPECIAIS

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO
200	Inclusão de categoria de programação não contemplada na LOA-2015.	a) Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, observado o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000; b) excesso de arrecadação de receitas, inclusive do Tesouro Nacional, de doações e de convênios; c) anulação de dotações orçamentárias, inclusive da Reserva de Contingência; e d) recursos de operações de crédito internas e externas.	Lei específica.	Lei de abertura do crédito especial correspondente.
201	Inclusão de programação de emenda individual, classificada com RP 6, indicada pelo Poder Legislativo nos termos da alínea "a" do inciso II do art. 59 da LDO-2015, não contemplada na LOA-2015.	Anulação de dotação decorrente de emenda do mesmo autor, classificada com RP 6, com impedimento insuperável de ordem técnica de empenho da despesa, justificado pelos Poderes, MPU e DPU nos termos do inciso I do art. 59 da LDO-2015.	Lei específica.	Lei de abertura do crédito suplementar correspondente.

### IV - CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO
500	Atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.	Quaisquer fontes de recursos.	Art. 167, § 3º, combinado com o art. 62, ambos da Constituição.	Medida Provisória.

### V - OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO
600	Remanejamento de fontes de recursos entre dotações	Redução de dotações em uma fonte de recursos e	LDO-2015, art. 38, § 1º,	Portaria do Secretário

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO
	orçamentárias e/ou substituição de uma fonte de recursos pela inclusão de superávit financeiro da mesma ou de outra fonte ou de excesso de arrecadação de outra fonte, podendo haver a alteração concomitante do Identificador de Uso - IDUSO e/ou do Identificador de Doação e de Operação de Crédito - IDOC, mantendo-se o valor e os demais atributos da programação.	acréscimo em outra fonte, e vice-versa.	inciso III, alínea "a".	de Orçamento Federal para as fontes de recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.
601	Alteração do IDUSO, mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações consignadas a qualquer IDUSO, remanejadas para outro IDUSO, no âmbito do mesmo subtítulo.	LDO-2015, art. 38, § 1º, inciso III, alínea "a".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal.
602	Alteração de esfera orçamentária, mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações em uma esfera orçamentária remanejadas para outra esfera.	LDO-2015, art. 38, § 1º, inciso III, alínea "a".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal.
610	Alteração de Modalidade de Aplicação, mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações em uma Modalidade de Aplicação remanejadas para outra modalidade.	LDO-2015, art. 38, § 3º.	Não há. Realizada direta-mente no SIAFI.
700	Alteração do Identificador de Resultado Primário (RP), exceto RP 6, mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações classificadas em um Identificador de Resultado Primário, remanejadas para outro identificador.	LDO-2015, art. 38, § 1º, inciso III, alínea "a".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal.
710	Ajustes nas codificações orçamentárias, desde que não impliquem em mudança de valores e na finalidade da programação.	Devem ser mantidas as mesmas informações da categoria de programação, exceto o código alterado.	LDO-2015, art. 38, § 1º, inciso III, alínea "c".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal.
910	Ajuste de Arquivo relativo à alteração do Identificador de Doação e de Operação de Crédito - IDOC, mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações consignadas a qualquer IDOC, remanejadas para outro IDOC.	Inexiste, pois não altera a LOA-2015.	Não há. Efetuado somente intrasistemas (SIOP/SIAFI).
911	Remanejamento entre POs, inclusive com a criação de PO.	Redução de dotações de outros POs no âmbito do mesmo subtítulo para acréscimo de outro PO.	Inexiste, pois não altera a LOA-2015.	Não há. Efetuado somente intrasistemas (SIOP/SIAFI).
920	Transposição de dotações orçamentárias da mesma categoria de programação de uma unidade orçamentária para outra (DE/PARA), no caso de reestruturação organizacional do Poder Executivo ou de transferência de atribuições de unidade, órgão ou entidade, extinto, transformado, transferido, incorporado ou desmembrado.	Cancelamento de dotações do órgão/unidade/entidade, extinto, transformado, transferido, incorporado ou desmembrado.	LDO-2015, art. 49, ou lei específica.	Decreto do Poder Executivo.
921	Transposição, remanejamento ou transferência de dotações orçamentárias de uma categoria de programação para outra, classificadas, exclusivamente, na função 19 - Ciência e	Cancelamento de dotações orçamentárias de categoria de programação classificada, exclusivamente, na função 19 - Ciência e	Art. 167, § 5º, da Constituição.	Decreto do Poder Executivo.

TIP O	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO
	Tecnologia e/ou nas subfunções 571 - Desenvolvimento Científico; 572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e 573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico, nos termos do § 5º do art. 167 da Constituição.	Tecnologia e/ou nas subfunções 571 - Desenvolvimento Científico; 572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e 573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico, inclusive de órgãos diferentes.		
930	Alteração de GNDs de créditos extraordinários abertos e reabertos, destinados, exclusivamente, ao atendimento de despesas relativas à calamidade pública, podendo haver a criação de GNDs.	Redução de dotações de outros GNDs no âmbito do mesmo subtítulo.	LDO-2015, art. 43, § 2º.	Decreto do Poder Executivo.
940	Inclusão de categoria de programação na LOA-2015, até o limite do saldo negativo apurado em decorrência da execução na antevigência dessa Lei, nos termos do art. 53 da LDO-2015.	Anulação de até 20% das dotações de outros subtítulos, constantes da LOA-2015, à conta de quaisquer fontes de recursos.	LDO-2015, art. 53, § 2º.	Decreto do Poder Executivo.
941	Suplementação de dotações orçamentárias até o limite do saldo negativo apurado em decorrência da execução na antevigência dessa Lei, nos termos do art. 53 da LDO-2015.	Anulação de até 20% das dotações de outros subtítulos, constantes da LOA-2015, à conta de quaisquer fontes de recursos.	LDO-2015, art. 53, § 2º.	Decreto do Poder Executivo.

Observações:

- a) na anulação de dotações orçamentárias, deve ser observado, no que couber, o disposto nos arts. 16, 17 e 27 desta Portaria;
- b) a suplementação ou a anulação de dotações entre subtítulos, mediante a utilização do tipo de alteração orçamentária "107", não poderá ser superior ao limite de 30% (trinta por cento) do valor do respectivo subtítulo aprovado na LOA-2015, consideradas as alterações já efetivadas por meio do tipo "100";
- c) na anulação de dotações, é vedado o cancelamento de quaisquer valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais, salvo quando houver solicitação expressa de seu autor ou indicação do Poder Legislativo. No caso de emendas coletivas, também deverá ter a anuência expressa da bancada estadual ou da Comissão;
- d) em todas as alterações orçamentárias, devem ser observadas as vinculações constitucionais e legais de receitas vigentes;
- e) os créditos suplementares abertos por Decreto com a concomitante modificação de identificadores de uso e de resultado primário e de esfera orçamentária, no âmbito do mesmo subtítulo, ou de fontes de recursos, deverão conter no amparo legal o art. 38, § 2º, da LDO-2015, devendo ser observado o disposto no art. 50 dessa Lei;
- f) o remanejamento de eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias relativas aos benefícios auxílio-alimentação ou refeição, assistência pré-escolar, assistência médica e odontológica e auxílio-transporte, para o atendimento de outras despesas, inclusive da própria unidade orçamentária, somente poderá ocorrer se, comprovadamente, não houver necessidade de suplementação das referidas dotações de outras unidades orçamentárias de cada órgão orçamentário dos respectivos Poderes, do MPU e da DPU;
- g) a alteração de títulos das ações e dos subtítulos, prevista no art. 38, § 1º, inciso III, alínea "b", da LDO-2015, não deve ser realizada por meio de alteração orçamentária, devendo a sua solicitação observar o disposto no § 1º do art. 7º desta Portaria;
- h) na abertura dos créditos suplementares, poderão ser incluídos GNDs, além dos aprovados no respectivo subtítulo, desde que compatíveis com a finalidade da ação orçamentária correspondente; e
- i) o cancelamento de dotações com RP 6 somente poderá ocorrer se destinado à suplementação de dotações com RP 6 decorrentes de emenda do mesmo autor, devendo ser realizado por intermédio dos tipos 183, "a" e "b", ou 184, conforme o caso, mantendo-se a identificação da emenda original na suplementação e o montante de recursos

alocados na LOA-2015 para ações e serviços públicos de saúde.





## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

### DESPACHO

À SPR, com as informações prestadas pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade deste Tribunal (0171213).



Documento assinado eletronicamente por **MAURICIO CALDAS DE MELO, DIRETOR-GERAL**, em 16/06/2016, às 19:35, conforme art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida em [https://sei.tse.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=0171528&crc=E2E70D1E](https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=0171528&crc=E2E70D1E), informando, caso não preenchido, o código verificador **0171528** e o código CRC **E2E70D1E**.